

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

DANIEL MACHADO BRUNO

**O LUGAR DE “RAÍZES DO BRASIL” NO PENSAMENTO POLÍTICO  
E SOCIAL BRASILEIRO**

Porto Alegre  
2019

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

DANIEL MACHADO BRUNO

**O LUGAR DE “RAÍZES DO BRASIL” NO PENSAMENTO POLÍTICO E SOCIAL  
BRASILEIRO**

Porto Alegre

2019

DANIEL MACHADO BRUNO

**O LUGAR DE “RAÍZES DO BRASIL” NO PENSAMENTO POLÍTICO E SOCIAL  
BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História na área de concentração de História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu

Porto Alegre

2019

## Ficha Catalográfica

B898L Bruno, Daniel Machado

O lugar de "Raízes do Brasil" no pensamento político e social brasileiro / Daniel Machado Bruno . – 2019.

106 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu.

1. Raízes do Brasil. 2. Pensamento social. 3. Ensaio histórico. 4. Historismo. 5. Radicalismo. I. Abreu, Luciano Aronne de. II. Título.

DANIEL MACHADO BRUNO

**O LUGAR DE “RAÍZES DO BRASIL” NO PENSAMENTO POLÍTICO E SOCIAL  
BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História na área de concentração de História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Aprovada em: 07 de março de 2019.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu – PUCRS (Orientador)

---

Prof. Dr. Bernardo Ricupero – USP

---

Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes – PUCRS

Porto Alegre

2019

Para Helô, pelas sem-razões da companhia amorosa de todas as horas que tornou a experiência do mestrado mais leve, assistida e acompanhada.

Para os meus pais, por todos os estímulos valiosos que tornaram possível dar continuidade a essa caminhada.

Para Emílio (*in memoriam*), meu exemplo de leitor.

Para Gennaro, pelas doses de experiência e sabedoria compartilhadas permanentemente.

Para Isabela, meu exemplo de sensibilidade.

## AGRADECIMENTOS

Todo trabalho que, como este, leva um par de anos desde a sua primeira – e primitiva – ideia de elaboração até a sua realização final deve-se a uma série de fatores, presenças e discussões que seria, no mínimo, deselegante não referir. Ainda que se possa cometer ausências injustificáveis, manifestamos aqui nossos agradecimentos às presenças fundamentais, sem as quais este trabalho não teria se tornado possível ou exequível. Agradeço, primeiramente, ao CNPq pela disponibilidade da bolsa integral de mestrado que financiou esta pesquisa desde seu começo, a que esperamos que possa, no momento turbulento e embaraçado em que vivemos, financiar tantas outras à espera de apoio para sua concretização.

Um agradecimento especial ao meu orientador, Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu, pelo constante estímulo e pela fecunda troca de ideias que nossas conversas, mais do que formais reuniões de orientação, proporcionaram. As certezas e as inquietações próprias do processo de busca do saber que surgiram em cada um dos nossos encontros estão, certamente, representadas neste trabalho, que muito deve à sua correção de rumos e reconhecida precisão de apontamentos.

Menção deve ser estendida às secretárias do Programa de Pós-graduação em História da PUCRS pela constante receptividade, atenção e zelo com que se dispunham a tirar muitas das dúvidas nesse espaço de dois anos de pesquisa. A elas, unem-se os profissionais da Biblioteca Central da PUCRS, a quem agradeço pelo atendimento sempre simpático das demandas de trabalho que constantemente solicitei. Incluso também, por último, mas não menos importante, está o pessoal que atende os bares da PUCRS pelo café tão necessário de cada dia para a execução das tarefas que, no conjunto, transfiguraram-se nesta pesquisa.

Ao professor Marçal de Menezes Paredes, por ter aceitado o convite para a participação na banca examinadora da dissertação e pelas discussões de ideias que mantivemos na disciplina do PPGH e fora das aulas. Sua concepção de história como experiência hermenêutica, à moda lacapriana, heterodoxa, é compartilhada como tentativa ao longo dessas páginas. Ao professor Bernardo Ricupero, por ter aceitado de prontidão o convite para participação na banca examinadora e pela oportunidade de diálogo com um analista que, até então, só a experiência de leitura havia possibilitado.

Ao amigo Gabriel Costaguta, interlocutor de ideias e debates intelectuais que a vida aproximou a ponto de se tornar um grande companheiro de todas as horas. À sua constante parceria, troca de ideias, estímulo, leitura crítica das versões anteriores do texto e, mesmo,

poder-se-ia tranquilamente dizer, influência, não há agradecimentos que um breve parágrafo poderia resumir. Graças a muitas de nossas conversas periódicas, saí com uma ideia melhor formulada e mais bem articulada depois de exposta. Muito obrigado!

Aos colegas, amigos e professores (as) com quem tive o prazer de compartilhar o espaço de discussões durante as aulas, cafés e seminários da pós-graduação, meu muito obrigado por nossos debates polêmicos e frutíferos. Eles, de certa forma, refletem-se na realização deste trabalho.



*Uma das singularidades da história do Brasil é que este é um país que se pensa contínua e periodicamente. Ele se pensa de forma particularmente sistemática, no contexto de conjunturas críticas ou a partir de dilemas e perspectivas que se criam quando ocorrem rupturas históricas. Nessas ocasiões, a sociedade nacional como um todo, ou em alguns dos seus setores sociais mais atingidos pela ruptura, ou mais interessados nela, logo se põem a analisar o curso dos acontecimentos, suas raízes próximas e remotas, suas tendências prováveis no futuro.*

(Octavio Ianni)<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> C.f. IANNI, Octavio. “Tendências do pensamento brasileiro”. *Tempo Social*, nº 2, vº 12, São Paulo, nov. 2000.

## RESUMO

Este trabalho tem por propósito promover uma releitura do livro “Raízes do Brasil” com o objetivo de esclarecer o processo significativo de revisão ao qual o texto foi submetido por Sérgio Buarque de Holanda desde sua segunda edição de 1948. Nesse escopo, construiu-se uma interpretação que buscou enfatizar a perspectiva de historicização que o discurso adquiriu a partir do ato de revisão, responsável, ao nosso ver, por torná-lo radical, relativista e progressista. Desse modo, pretende-se demonstrar, por meio da análise diacrônica das edições, que a imagem radicalmente democrática construída em torno do texto e de seu autor apresenta maior correspondência tendo em vista a versão renovada do livro, a qual redesenhou a argumentação referente à organização da sociedade brasileira, à implantação da democracia no país e aos condicionantes da identidade nacional. A linha interpretativa historicista que passou a percorrer o texto alterou substancialmente o sentido do discurso produzido e, com efeito, o alcance político da obra, aspecto que já fora bastante explorado por seus analistas. Em avanço a esse quadro, desenvolve-se nesta pesquisa a interpretação do ensaio histórico como forma representativa do pensamento de raiz sociocultural de Sérgio Buarque, responsável pela formulação da imagem do Brasil como o lugar das “sobrevivências arcaicas”. Imbricado o passado no presente, o Brasil contemporâneo vive a experiência do “desenraizamento”, o sentido da “nossa revolução”, conforme sugeriu o autor. Essa é a trilha de nossa releitura do texto clássico, oitenta anos depois.

**Palavras-chave:** Raízes do Brasil; Historismo; Ensaio histórico; Radicalismo; Pensamento social.

## ABSTRACT

The aim of this study is to foster a re-reading of the book “Raízes do Brasil” to clarify the significant procedure for revision which the text was submitted by Sérgio Buarque de Holanda since its second edition (1948). In this scope, we built an interpretation emphasizing the historical perspective the discourse acquired from the act of revising which we consider was the responsible for making its tone radical, relativist and progressist.

Therefore, this work seeks to demonstrate, through a diachronic analysis of the editions, that the radically democratic image built surrounding the text and its author presents a better alignment considering the renewed version of the book. This version redesigned the argument concerning the organization of the Brazilian society, the establishment of democracy and the determining factors of national identity. The historical line of interpretation which began to cover the text changes substantially the message of the discourse produced and, consequently, the political scope of the work, aspect that has been well explored by its analysts.

Going further than this framework, this research develops the interpretation of the historical essay as the representative form of sociocultural thought of Sérgio Buarque, who was responsible for the formulation of the image of Brazil as the place of “archaic survivals”. Imbricated the past in the present, contemporary Brazil lives the experience of “uprooting”, the meaning of “our revolution”, as suggested by the author. That is the trail of our re-reading of the classic text eighty years later.

**Key words:** “Raízes do Brasil”; Historicism; Historical essay; Radicalism; Social thought.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2. SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA E <i>RAÍZES DO BRASIL</i> NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO POLÍTICO E SOCIAL BRASILEIRO</b> .....	18
2.1. AS INTERPRETAÇÕES SOCIOLÓGICAS SOBRE <i>RAÍZES</i> : ENTRE AS AGENDAS RADICAIS E LIBERAIS DA MODERNIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO NACIONAL.....	23
2.2. AS INTERPRETAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS SOBRE <i>RAÍZES</i> : UMA CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA E LIBERAL <i>A POSTERIORI</i> .....	35
<b>3. A HISTORICIZAÇÃO DO DISCURSO EM <i>RAÍZES</i> COMO ATO HERMENÊUTICO DA ATUALIZAÇÃO DO TEXTO NO ESPELHO DO TEMPO</b> ...	42
3.1. UMA NOVA LEITURA DE NOSSAS RAÍZES HISTÓRICAS: O PASSADO COMO “HERANÇA” E O PRESENTE COMO TEMPORALIDADE DA “DISSOLUÇÃO” .....	43
3.2. AS TEMPORALIDADES RADICAIS DA NAÇÃO EM <i>RAÍZES DO BRASIL</i> : A RECONFIGURAÇÃO DA DEMOCRACIA E DA IDENTIDADE NACIONAL NA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA .....	54
<b>4. CULTURA POLÍTICA, SOCIEDADE E MODERNIDADE: O ENSAIO HISTÓRICO, A EXPERIÊNCIA DO TEMPO E O PENSAMENTO SOCIOCULTURAL DE SÉRGIO BUARQUE NA PROJEÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA</b> .....	68
4.1. O PASSADO QUE <i>NÃO</i> PASSA: O BRASIL DAS “SOBREVIVÊNCIAS ARCAICAS” NO PENSAMENTO SOCIOCULTURAL BUARQUEANO .....	69
4.2. UMA INTERPRETAÇÃO MODERNA(ISTA) E <i>NÃO</i> DE-FINITIVA: O ENSAIO HISTÓRICO NA PROJEÇÃO DAS RAÍZES DO BRASIL CONTEMPORÂNEO .....	79
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	96
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	99

## 1. INTRODUÇÃO

*“Es indudable que el acto de la interpretación tiene dimensiones políticas. No es un emprendimiento hermenéutico autónomo que se mueve en el plano del significado puro para efectuar una ‘fusión de horizontes’ que garantice la continuidad de la autoridad con el pasado. En algún sentido relevante, la interpretación es una forma de intervención política que introduce al historiador en un proceso crítico que relaciona pasado, presente y futuro a través de modos complejos de interacción que entrañan tanto continuidades como discontinuidades”.*

*(Dominick LaCapra)<sup>2</sup>*

Como reler um clássico do pensamento social, oitenta anos depois? Em um texto-conferência intitulado *Weber e a interpretação do Brasil*, apresentado em 1997 na Universidade Nacional de Brasília (UnB), para o Seminário Internacional Max Weber, o sociólogo Luiz Werneck Vianna (1999) defendeu o seguinte ponto de vista:

A tentativa de apropriação de um clássico é um processo em que, como inevitável, ele como que nasce outra vez, vindo à luz a partir de perguntas e de inquietações sobre a nossa realidade, importando, no caso, a recepção que concedemos a ele no nosso contexto cultural.<sup>3</sup>

Essa reflexão – a pretensão de “apropriação de um clássico” - concerne à ordem de preocupações que tivemos ao nos propormos a realizar a releitura de um texto canônico do pensamento social brasileiro e, por cobertura, da cultura nacional: *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982). Ao selecionarmos o texto como fonte primária do trabalho, isto é, como discurso a ser analisado, deparamo-nos com uma série de questões às quais o fato de se tratar de um cânone nacional certamente condicionou: o principal problema que se apresentava correspondia, com efeito, à possibilidade de avançar em relação ao que já estava consolidado pela vasta produção historiográfica dedicada a interpretá-lo. Como e onde poderíamos inovar no estudo de *Raízes*, após tantos trabalhos de competentes intérpretes das Ciências Humanas nacionais?

Chamou nossa atenção a constatação de que a produção recente sobre o livro destacava a necessidade de se comparar as suas primeiras edições – sobretudo a primeira e a segunda

---

<sup>2</sup> Cf. LACAPRA, Dominick. “Repensar la historia intelectual y leer textos”. *Giro Lingüístico e Historia intelectual*. Buenos Aires, Universidad Nacional de Quilmes, 1998, pp. 283-84.

<sup>3</sup> Ver: VIANNA, Luiz Werneck. “Weber e a interpretação do Brasil”. *Novos Estudos*, nº 53, março 1999, p. 33.

versões, de 1936 e 1948, respectivamente –, em estudos que se firmaram nos últimos anos<sup>4</sup>. Inserindo-se nesse campo dos estudos, o ponto de partida não seria outro que não proceder à comparação entre as edições do texto e, em diálogo crítico com os apontamentos dos intérpretes, analisar que razões subjaziam a alteração substancial de *Raízes* em um interregno de apenas doze anos. A inovação, como visto, não estava na estratégia metodológica, que já vinha sendo empregada, mas em outra constatação oriunda da leitura abrangente de boa parte da historiografia.

As mudanças efetuadas no texto, bastante marcantes em termos da reformulação de argumentos e parágrafos inteiros, de acréscimo ou supressão de conceitos, ideias e citações de autores, foram interpretadas por uma lente de enfoque particularmente político, que sustentou a inflexão progressista e democrática do livro a partir da revisão para sua segunda edição. Como será discutido ao longo da dissertação, essa linha interpretativa problematizou a imagem atribuída ao livro de “democrata radical”<sup>5</sup> em seu contexto original (a edição *princeps*, de 1936), construída, entre outros, pela crítica abalizada de Antonio Candido<sup>6</sup>, e classificou-o conforme sua edição e época de produção.

Os novos estudos apontaram a afinidade do texto com a produção intelectual conservadora e autoritária dos anos 1930 no país, a partir da presença de fontes teóricas “germânicas” que respaldaram Sérgio Buarque, após seu retorno de viagem como correspondente de jornal a Alemanha: o irracionalismo, o conservadorismo e o organicismo. Por essa linha argumentativa, *Raízes* aproximava-se mais do pensamento autoritário da época – de antessala do regime estado-novista – do que à posição que lhe foi conferida de cânone do pensamento radical-democrático, a qual, por sua vez, aplicar-se-ia somente após a versão revisada<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> Ver: MELLO, Evaldo. “Posfácio: *Raízes do Brasil* e depois”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, 27ª edição, p. 229 [1995]; ROCHA, João Cezar de Castro. “O exílio como eixo: bem-sucedidos e desterrados ou Por uma edição crítica de *Raízes do Brasil*”. In: MONTEIRO, Pedro Meira & EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008, pp. 245-275. Como realização dessa proposta, cita-se o livro recente de edição crítica do livro. Consultar: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil: edição crítica*. Organização de Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

<sup>5</sup> Cf. GOMES, Ângela de Castro. “Apresentação”. In: *Revista Brasileira de História*, Dossiê “Sérgio Buarque de Holanda: 80 anos de *Raízes do Brasil*”. São Paulo, v. 36, nº 73, 2016, p. 15.

<sup>6</sup> Ver: CANDIDO, Antonio. “O significado de *Raízes do Brasil*”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 27ª edição, 2014 [1967], pp. 9-24.

<sup>7</sup> Como exemplo de trabalhos que construíram essa linha interpretativa que revisou a mensagem política do texto, consultar: FELDMAN, Luiz. “Um clássico por amadurecimento: *Raízes do Brasil*”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 28, nº 82, junho 2013, pp. 119-140; MATA, Sérgio da. “Tentativas de desmitologia: a revolução conservadora em *Raízes do Brasil*”. *Revista Brasileira de História*, vol. 36, nº 73, pp. 1-25; SCHLEGEL, Rogério. “*Raízes do Brasil*, 1936: O estatismo orgânico como contribuição original”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 32, nº 93, fevereiro/2017, pp. 2-37; VAINFAS, Ronaldo. *O imbróglio de Raízes: notas sobre a fortuna crítica*

Por essa visada, o processo de revisão do livro colocou-o em consonância com o contexto de transição democrática pelo qual passava o país no período do pós-Estado Novo (1945) e com a experiência mundial do pós-Segunda Guerra (1945), conjuntura política da publicação de sua nova versão<sup>8</sup>. Sem desconsiderar essa hipótese, que reabriu o debate em torno da semântica política do clássico e que trouxe contribuições à renovação dos estudos da área do pensamento social brasileiro, ficava em aberto a consideração de outro fator relevante, talvez decisivo, o que pretendemos demonstrar, que atuou como força motriz da revisão: a historicização do discurso como ato hermenêutico de alcance político em face de sua atualização frente ao contexto.

Segundo nossa hipótese de trabalho, o texto foi refigurado em torno da perspectiva radicalmente histórica (historista)<sup>9</sup> que reorganiza os argumentos referentes às temáticas de organização da sociedade, de adaptação do modelo democrático no país e da identidade nacional, cuja dinâmica dos processos sociais que ligam o passado e o presente passaram a reforçar a tese da assimetria entre as temporalidades da vida social. Nesse espectro, a presença do passado no tempo presente a partir da constatação da vigência contemporânea de heranças e traços psicoculturais, identitários e políticos que caracterizam o processo escalar de transformação social de ingresso à modernidade – em curso desde o final do século XIX, conforme o autor –, fundamenta a leitura e imagem de um Brasil das “sobrevivências arcaicas”. Essa, respondendo à questão por que começamos a introdução, é a nossa proposta de compreensão da revisão e, por extensão, do significado do livro em seu legado ao pensamento social nacional. Por esse caminho, mediante a dimensão de temporalização a que são submetidas as teses do livro, pretendemos avançar em relação ao estado da arte atual de apreciação de *Raízes*.

Mobilizando a estratégia comparativa das primeiras edições, temos por propósito demonstrar a transformação por que passou o texto para torná-lo radical e progressista mesmo

---

da obra de Sérgio Buarque de Holanda. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 36, nº 73, 2016, pp. 1-22; WAIZBORT, Leopoldo. “O mal-entendido da democracia. Sergio Buarque de Hollanda, *Raízes do Brasil*, 1936”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 26, nº 76, junho/2011, pp. 39-62.

<sup>8</sup> Sobre a tese do peso da mudança de atmosfera da época no contexto do pós-1945 como efeito decisivo na reestruturação de *Raízes*, consultar as seguintes interpretações: Ver: SALLUM JR., Brasília. “As raízes do Brasil e a democracia”. In: *Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, v. 7, nº 19, pp. 40-59, maio-agosto 2012; AVRITZER, Leonardo. “O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018”. *Novos Estudos*, CEBRAP, São Paulo, v. 37, n. 2, pp. 273-289, maio-agosto 2018; SCHLEGEL, Rogerio. “*Raízes do Brasil*, 1936: o estatismo orgânico como contribuição original”. RBCS, vol. 32, nº 93, fevereiro/2017.

<sup>9</sup> Utilizamos essa expressão no sentido empregado por Maria Odila Dias para classificar a perspectiva histórica do pensamento do autor. Consultar: DIAS, Maria Odila. “Negação das negações”. In: MONTEIRO, Pedro Meira & EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*, p. 321. Ver também: GUIMARÃES, Eduardo Henrique de Lima. “A modernidade brasileira reconta as tradições paulistas”. In: MONTEIRO, Pedro Meira & EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). Op. cit., p. 49.

inserido em uma época hegemonicamente conservadora; por essa razão, denominamos o processo de atualização, na medida em que a coordenada “tempo” é decisiva a essa reformulação. Para demonstrar a hipótese investigativa, estruturamos o desenho da dissertação em torno de três capítulos: a) o primeiro, denominado “Sérgio Buarque de Holanda e *Raízes do Brasil* na história do pensamento político e social brasileiro”; b) o segundo, intitulado “A historicização do discurso em *Raízes* como ato hermenêutico da atualização do texto no espelho do tempo”; e c) o terceiro, cujo título empregado é “Cultura política, sociedade e modernidade: o ensaio histórico, a experiência do tempo e o pensamento sociocultural de Sérgio Buarque na projeção da nação brasileira”.

No primeiro capítulo, será realizada a crítica historiográfica das interpretações sobre o livro, cujo propósito é mapear os estudos realizados e categorizá-los em matrizes analíticas e políticas que, sob a perspectiva sociológica – referente aos estudos dedicados à apreensão de temas substanciais da obra, em análise sincrônica do texto – ou sob uma perspectiva mais propriamente historiográfica – quanto aos estudos direcionados à análise diacrônica das edições, em seus diferentes contextos e versões alteradas –, construíram leituras divergentes sobre a mensagem política do livro e sua correspondente inserção no pensamento nacional. Como será investigado, trata-se de uma disputa interpretativa e simbólica acerca da construção do sentido conferido ao processo histórico de modernização da sociedade – a “nossa revolução”, nos termos do autor<sup>10</sup> -, que opõe posições liberais a posições radical-democráticas defendidas pelos analistas de perspectiva sociológica, sobretudo em relação aos prognósticos da modernização e da democratização nacional.

Do ponto de vista dos trabalhos recentes da historiografia, os quais performaram a análise diacrônica das versões do texto tendo em vista a caracterização do processo de revisão efetuado por Sérgio, a posição política atribuída sofre radical deslocamento. Conforme os mais recentes estudos defenderam, a edição original do livro pode ser compreendida como alinhada à constelação conservadora e autoritária que demarcava o contexto político e intelectual organicista dos anos 1930, inclusive sendo classificada como “estatista orgânica”<sup>11</sup>. Esse debate em torno do enquadramento político do livro é o foco do capítulo.

Para o segundo capítulo, avançaremos na proposta de que se processou uma nova leitura da história – de representação do estatuto do passado na configuração do presente – conduzida

---

<sup>10</sup> Essa expressão dá nome ao capítulo final de *Raízes*, o sétimo. Consultar: “Nossa revolução”. In: HOLANDA, *Raízes do Brasil*, pp. 201-224.

<sup>11</sup> Cf. SCHLEGEL, Rogério. “*Raízes do Brasil*, 1936: O estatismo orgânico como contribuição original”, p. 3.



por Sérgio Buarque em *Raízes*, o que, ao mesmo tempo (por implicação conjunta) em que tornou sua interpretação mais radical e progressista do ponto de vista político, conforme a tradição sedimentou<sup>12</sup>, deixou-a abertamente historicista<sup>13</sup>. Essa nova perspectiva que o texto assumiu impactou, diretamente, sua linha argumentativa, o que será demonstrado no cotejamento entre as passagens revisadas no que concerne à organização da sociedade e do Estado brasileiro e ao tratamento da identidade nacional enquanto modo de comportamento social e político proveniente das estruturas da formação colonial do país e ainda vigente em seu contexto de releitura.

Desdobrando-se a discussão da temporalidade como dimensão que a obra adquiriu após a revisão, desenvolveremos no terceiro capítulo a ideia de que o processo de transformação social designado como revolucionário pelo autor ampara-se na constatação de um desajuste temporal entre as esferas socioeconômicas, culturais e políticas da sociedade, provocado pelo desenraizamento que o ingresso à modernidade suscita. Desse modo, os ritmos temporais dissonantes de cada instância da realidade projetam a imagem de uma nação assimétrica, mal organizada e, não obstante, reforça a tese de abertura do livro: somos (continuamos sendo?) “ainda hoje uns desterrados em nossa terra”<sup>14</sup>. Como eixo do capítulo, partiremos da análise da dissolução das heranças coloniais na lente projetiva do devir histórico que o autor “acompanha” como intérprete e testemunha ocular, e sustentaremos a ideia de que o ensaio histórico – forma discursiva adotada pelo autor para construir sua interpretação da sociedade – é representativo do pensamento sociocultural buarqueano que legou, à cultura nacional, o modelo interpretativo do Brasil das “sobrevivências arcaicas”.

---

<sup>12</sup> A interpretação de *Raízes* que acentua o caráter progressista da mensagem política do livro foi cristalizada pela tradição de intérpretes (a fortuna crítica) que a leu desde os trabalhos pioneiros de Candido, como exploramos no primeiro capítulo. Do ponto de vista da historiografia recente, ainda que essa tese dominante tenha sido problematizada, por meio da estratégia metodológica de comparar as primeiras edições, o que permitiu perceber-se os distintos horizontes políticos de análise entre elas, o eixo de leitura ainda é predominantemente atento à natureza política da revisão realizada, sem considerar, no mesmo plano, o câmbio na leitura da história (sobre o passado e sua projeção nas dinâmicas de processos sociais do presente) – o conteúdo de nossa proposta interpretativa.

<sup>13</sup> Sobre o termo, não o aplicamos ao tratamento de uma corrente da historiografia a que foi durante muito tempo associado, sobretudo aos metódicos e positivistas do século XIX, fundadores da ciência histórica de matriz francesa, que seriam, segundo a crítica consagrou, defensores de uma temporalidade linear, progressiva, preocupada sobretudo com o plano “acontecimental” - os fatos de curta duração. Sobre essa concepção e uso do termo, ver: CATROGA, Fernando. “Ainda será a História Mestra da Vida?” In: *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, Edição Especial, n. 2, pp. 7-34, 2006. Quando aplicamos a noção, referimo-nos à adoção de uma perspectiva histórica mais explícita que passa a lastrear os argumentos do livro, no que concerne desde ao tratamento mais básico da indicação de notas de rodapé, lugares e datas dos acontecimentos, até a dimensão mais complexa da “processualização” das teses que, ao serem historicizadas, adquirem teor mais relativista e radical, isto é, menos esquemático e essencialista.

<sup>14</sup> Cf. HOLANDA, *Raízes do Brasil*, p. 35.

Por esse propósito, embarcaremos na discussão do ensaio histórico como forma decisiva a ser considerada na compreensão de *Raízes* enquanto interpretação radicalmente em aberto, voltada à análise da ordem do transitório, da mudança social. Como desfecho de nossa interpretação, sugerir a formulação de uma imagem do Brasil – das “sobrevivências arcaicas” – é o ponto, ainda que não conclusivo, na medida em que a perspectiva compreensiva nos respalda, de chegada da nossa proposta de releitura desse clássico, oitenta anos depois.

## 2. SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA E RAÍZES DO BRASIL NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO POLÍTICO E SOCIAL BRASILEIRO

*“Cualquier texto llega a nosotros cargado y hasta abrumado de interpretaciones con las cuales estamos consciente o inconscientemente en deuda. La canonización misma es un procedimiento no sólo de selección sino de interpretación selectiva, a menudo orientada hacia la domesticación. Como intérpretes, estamos situados en una capa sedimentada de lecturas que exigen una excavación”.*

(Dominick LaCapra)<sup>15</sup>

Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), crítico literário, ensaísta e historiador do período colonial e imperial brasileiro, é um autor sobre o qual há vasta produção historiográfica. Sua juventude modernista, a interpretação acerca do lastro personalista e oligárquico que condiciona o desenvolvimento da democracia em nossa sociedade e sua leitura global da história do império brasileiro mobilizam a fortuna crítica dedicada a analisar sua contribuição à cultura intelectual do país<sup>16</sup>, lugar em que é inscrito por seus analistas como um dos chamados “intérpretes do Brasil”<sup>17</sup>.

Ingressando nesse quadro analítico – as interpretações do país -, cuja matéria é objeto de estudo do campo de pesquisa conhecido como pensamento político e social brasileiro<sup>18</sup>, as

---

<sup>15</sup> Ver: LACAPRA, Dominick: “Repensar la historia intelectual y leer textos”. In: PALTÍ, Elías (org.). *Giro Lingüístico e Historia intelectual*, Buenos Aires, Universidad Nacional de Quilmes, 1998, p. 264.

<sup>16</sup> Segundo o historiador Ronaldo Vainfas, Sérgio Buarque de Holanda trata-se “sem dúvida o [do] mais completo, o mais erudito historiador brasileiro”. Ver: “O imbróglío de *Raízes*: notas sobre a fortuna crítica da obra de Sérgio Buarque de Holanda”. In: Dossiê Sérgio Buarque de Holanda: 80 anos de *Raízes do Brasil*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 36, nº 73, 2016.

<sup>17</sup> Designação referente ao gênero de interpretações paradigmáticas que buscaram compreender a história do país, analisando o passado no âmbito social, político, econômico e cultural, e oferecer alternativas de futuro no processo de modernização nacional. Sobre isso, ver os seguintes conjuntos de trabalhos: AXT, Gunter & SCHULER, Fernando (orgs.). *Intérpretes do Brasil: cultura e identidade*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004; BOTELHO, André. *Passado e futuro das interpretações do país*. Tempo Social, São Paulo: Revista de Sociologia da USP, v. 22, n. 1, 2010; BOTELHO, André & SCHWARCZ, Lilia (orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; PERICÁS, Luiz Bernardo & SECCO, Lincoln Ferreira (orgs.). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014; RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007.

<sup>18</sup> As interpretações do país, tidas como clássicas e predominantes na leitura da história nacional, tornaram-se objeto de inúmeros estudos e fontes de interpretação da sociedade, sustentando a criação de um campo de pesquisa que articula as análises sobre o passado do país à formulação de propostas e prognósticos sobre o futuro da nação. Nessa perspectiva de trabalho que vincula as interpretações à agenda política da nação, consultar: BOTELHO, André & LAHUERTA, Milton. *Interpretações do Brasil, pensamento social e cultura política: tópicos de uma necessária agenda de investigação*. Perspectivas, v. 28, pp. 7-15, 2005; BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007; CANDIDO, Antonio. *Radicalismos*. Estudos Avançados, São Paulo, vol. 4, nº 8, jan.- abril 1990; RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*; LYNCH, Christian. *Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970)*. Dados, Revista de Ciências Sociais, vol. 56, nº 4, 2013, pp. 727-767; LYNCH, Christian. *Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens*. Revista

temáticas abrangem os processos de constituição da sociedade e de sua modernização, em torno de questões-chave como a identidade nacional, as estruturas socioeconômicas em transformação, o complexo cultural indispensável para o processo de democratização da nação e o modelo de Estado adequado à formação histórica nacional, por exemplo. Esse conjunto de temas, que já fora chamado pela historiografia de agenda de problemas<sup>19</sup> da nação, conformou a moldura teórica do debate político-intelectual<sup>20</sup> inscrito no contexto dos anos 1930 – época de formulação dessas interpretações –, e, conforme a literatura política tem reafirmado recentemente, ainda apresenta certa atualidade na compreensão de processos sociais contemporâneos<sup>21</sup>.

Nesse sentido, por interpretar, substancialmente, em *Raízes do Brasil* os dilemas sociais abertos pelo processo histórico de transição do passado rural à sociedade moderna e urbana industrializada, os quais concernem à reconstrução das estruturas sociais e da identidade nacional, pode-se dizer que esse texto ensaístico foi responsável pela inserção do autor no cânone seletivo das interpretações do Brasil e poderíamos dizer ainda que a sua leitura baliza a interpretação da própria obra como um todo de Sérgio Buarque. Como apontara Sérgio da Mata,

---

Brasileira de Ciência Política, nº 19, Brasília, janeiro-abril de 2016, pp. 75-119; SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

<sup>19</sup> Sobre esse debate, pode-se afirmar, apoiando-nos em Wanderley Guilherme dos Santos, que esse conjunto de questões (a agenda de problemas elaborada na época) se tornou uma espécie de mapa simbólico para pensar a nação, delineando, de algum modo, o horizonte do pensável em termos da vida política brasileira desde sua formulação na primeira metade do século XX. Pode-se dizer que se caracterizou historicamente por transcender o contexto de sua elaboração e se tornou constitutivo do processo de desenvolvimento social e político da nação, representando um *corpus* de dilemas e problemas que ainda estão, muitas vezes, por ser superadas do ponto de vista do avanço da sociedade democrática brasileira. Ver: SANTOS, Wanderley G. “Paradigma e história: a ordem burguesa na imaginação social brasileira” in *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978, pp. 15-63.

<sup>20</sup> Esse debate político-intelectual foi chamado de *debate da formação nacional*<sup>20</sup>, por ser relativo à construção da nação e à reestruturação institucional do Estado brasileiro entre as conjunturas dos anos 1920 a 1940. Essa expressão foi utilizada por Gabriela Nunes Ferreira em: “A relação entre leis e costumes no pensamento político e social brasileiro”. In: *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010, pp. 55-75.

<sup>21</sup> Sobre isso, é possível lembrar a análise do intérprete do pensamento político e social brasileiro Wanderley Guilherme dos Santos, escrita nos anos 1970, sobre a perspicácia do diagnóstico dos analistas do país dos anos 1930: “Entre 1930 e 1939 produzem-se no Brasil as mais argutas análises sobre o processo político nacional, elaboram-se as principais hipóteses sobre a formação e funcionamento do sistema social, e articula-se o conjunto de questões que, em verdade, permanecerão até hoje como o núcleo fundamental embora não exaustivo de problemas a serem resolvidos teórica e praticamente”. “Paradigma e História: A ordem burguesa na imaginação social brasileira”. In: *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978, p. 38. Em artigo escrito recentemente, Leonardo Avritzer analisa o processo de reviravolta democrática que o país vivencia na conjuntura atual, lançando mão das teses de Sérgio Buarque acerca da compatibilidade entre o modelo político democrático e a formação nacional e a necessidade de solapar as bases cordiais e oligárquicas da cultura política brasileira para o avanço democrático. Assim, autores daquele período são revisitados para compreender dilemas e desafios históricos no sentido da modernização e do aprofundamento da democracia que ainda concernem ao Brasil contemporâneo. Ver: AVRITZER, Leonardo. *O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018*. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v. 37, n. 02, maio-agosto 2018, pp. 273-289.

a biografia intelectual de Holanda está indissociavelmente ligada à trajetória e recepção das teses de *Raízes* enquanto texto-interpretação da sociedade brasileira<sup>22</sup>.

Na literatura dedicada à interpretação do texto, existe divergência em torno do sentido político atribuído ao posicionamento do autor. Diante da apreensão da obra por diferentes gerações de intérpretes, manifestou-se uma disputa interpretativa a respeito da semântica política das teses formuladas no livro, o que pode ser melhor vislumbrado a partir da identificação de duas matrizes explicativas referentes à sua mensagem política. A linha interpretativa corrente no pensamento político e social brasileiro atribuiu ao autor a posição de pensador democrático – um “democrata radical”<sup>23</sup> –, associando a imagem de Holanda diretamente à leitura de *Raízes* como interpretação progressista da história nacional, a qual teria produzido prognósticos no sentido do avanço do processo de democratização do país<sup>24</sup>. Essa leitura percorre a historiografia do pensamento social desde as análises do crítico literário Antonio Candido, tendo em vista o *corpus* de textos escritos por esse autor ao longo das décadas de 1960, 80 e 90 que estabeleceu uma matriz interpretativa sobre o texto, a qual defende, sobretudo, a tese da existência de um projeto político *radical* esboçado no capítulo final de

---

<sup>22</sup> A respeito desse argumento, da vinculação da imagem de Sérgio Buarque à escrita de *Raízes do Brasil* e seu impacto na avaliação e interpretação da obra em geral do autor, Sérgio Da Mata assinala: “Às vezes, a biografia de um livro está umbilicalmente ligada à de seu autor. Isso certamente vale para *Raízes do Brasil*”. Ver: MATA, Sérgio da. “Tentativas de desmitologia: a revolução conservadora em *Raízes do Brasil*”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2016, p. 64. Já Fernando Novais, em prefácio a *Capítulos de história do Império*, faz a seguinte reflexão, convergente com a tese de Da Mata: “E, mais ainda, essa perspectiva permite, tanto quanto podemos compreender, visualizar de forma articulada o conjunto da vasta obra de Sérgio Buarque, para além do corpus estritamente historiográfico. É que ele foi sempre e permanentemente, antes de tudo, um ‘intérprete do Brasil’”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de história do Império*. Organização de Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 9.

<sup>23</sup> A imagem de Sérgio Buarque como intelectual radical-democrático está contida nas interpretações de Antonio Candido, a pioneira e basilar na perspectiva desse ponto de vista, e de Gildo Brandão, que se utiliza da mesma categoria analítica aplicada ao pensamento de Buarque de Holanda. Ver: CANDIDO, Antonio. “O significado de *Raízes do Brasil*”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014 [1967], 27ª ed; “Sérgio em Berlim e depois”. *Novos Estudos*, n. 3, pp. 4-9, 1982; “Radicalismos”. São Paulo: Estudos avançados, vol. 4, n.º 8, 1990. BRANDÃO, Gildo. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. Na linha interpretativa compartilhada com esses trabalhos, que definem Sérgio Buarque como pensador democrático por excelência, basta considerar uma série de estudos que enfatizam a temática da democracia como chave do pensamento do autor, para além de *Raízes*. Ver: LAMOUNIER, Bolívar. *Tribunos, profetas e sacerdotes: Intelectuais e ideologias no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014; PIVA, Luiz Guilherme. *Ladrihadores e semeadores: A modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)*. São Paulo: Editora 34, 2000; RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*; WEFFORT, Francisco. *Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens*. São Paulo: Ática, 2006.

<sup>24</sup> Candido, no artigo “Sérgio em Berlim...”, chega a apontar, inclusive, a defesa de uma proposta revolucionária no capítulo final de *Raízes*. Em perspectiva semelhante, Guilherme Piva, em “Ladrihadores e semeadores...”, define como democrático o sentido e o conteúdo do processo de modernização previsto por Holanda. O conceito de democracia como dilema do processo que a modernização das estruturas nacionais apresenta é explorado nos estudos de Brasílio Sallum Jr. e de Leonardo Avritzer. Ver: SALLUM JR., Brasílio. “As raízes do Brasil e a democracia”. *Sinais sociais*, v. 17, n. 19, 2012; AVRITZER, Leonardo. *O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018*.

*Raízes*<sup>25</sup>. Este ponto de vista permanece influente em trabalhos mais contemporâneos como, por exemplo, os de Francisco Weffort e de Gildo Marçal Brandão, que, ao revisitarem *Raízes*, corroboraram a leitura de Candido e definiram o texto como representativo de um pensamento *radical de classe média* (Brandão, 2007) e sob o apodo de *socialista democrático* (Weffort, 2006).

Mobilizando outra perspectiva política, existem estudos que definiram, por sua vez, o texto como portador de uma mensagem *liberal* (Lamounier, 2014; Souza, 2015), cujo sentido da interpretação buarqueana seria mais bem decifrado – por hipótese – se acompanhasse a modelagem da crítica ao estado patrimonial brasileiro atrelada à proposição da construção de uma sociedade de mercado, sob a institucionalidade do estado republicano. Ainda que difiram na definição do teor político-ideológico do livro, essas duas linhas de interpretação política são construídas a partir de uma *matriz sociológica* comum, na medida em que o substrato de análise fundamenta-se na decodificação das agendas de país que derivam do entrecruzamento de temas culturais, sociais e políticos estruturantes da formação histórica brasileira, tais como os processos de modernização, reconstrução da identidade nacional (captadas a partir da discussão entre cordialidade e civilidade na obra) e emergência de uma cultura política alinhada ao desenvolvimento democrático da sociedade. Ao utilizar, portanto, um arranjo interpretativo que procura apreender as teses de caráter político e social sustentadas no texto, os intérpretes se dedicaram a analisar, em síntese, os diagnósticos e prognósticos em torno das agendas de modernização e democratização nacional, e as divergências residiram quanto à hermenêutica da natureza ideológica – se *liberal* ou *radical-democrática* – atribuída à concepção de sociedade e de Estado na narrativa de Buarque de Holanda sobre a história nacional.

Recentemente, essa matriz interpretativa sobre *Raízes* tem sido revista e discutida por novos intérpretes a partir de um enfoque crítico que aponta a apreciação da edição contemporânea (e definitiva)<sup>26</sup> da obra como responsável pela imagem democrática construída

---

<sup>25</sup> Sobre o tópico tratado - a presença de um programa político na interface do texto -, Candido destacou o ensaio como singular na defesa de “uma posição política radical em face do presente” (Candido, 1982, p. 8). Este aspecto é, como lembrou Robert Wegner, uma das polêmicas em torno do livro: “[...] a ausência de fecho programático, característica tão notada pelos primeiros críticos [...]” (Wegner, 2016, p. 117). Em perspectiva contrária, Avelino Filho apontou a inexistência de um programa político no livro. Sobre isso, ver: AVELINO FILHO, George. *Cordialidade e civilidade em Raízes do Brasil*. In: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/12-encontro-anual-da-anpocs/gt-13/gt29-5/6655-georgeavelino-cordialidade/file>. Consultado em 30/09/2018.

<sup>26</sup> Consideramos definitiva por se tratar da última versão de *Raízes* a receber as alterações de conteúdo promovidas pelo autor, desde então a edição que foi sendo reproduzida até a mais recente. Trata-se, no caso, da 5ª edição, de 1969. Vale ressaltar que a partir dessa edição foi introduzido o prefácio de Candido, como segue atualmente. Compartilhamos nesse aspecto da análise de Conrado Pires de Castro, que defende o mesmo ponto de vista. Ver: CASTRO, Conrado Pires. “A ‘eterna juventude’ de um clássico”. In: MONTEIRO, Pedro Meira & SCHWARCZ, Lilia. *Raízes do Brasil: edição crítica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 423.

em torno de seu autor, deixando de lado a análise das versões anteriores do texto. Nesse sentido, conforme essa nova tendência de estudos tem sugerido, parece ter se estabelecido um “duradouro e quase canônico enquadramento do livro e do autor”<sup>27</sup> no curso das interpretações do nosso pensamento político e social.

Assim, de posse dessa atual perspectiva, o olhar investigativo é processual e diacrônico, orientado à análise comparativa das diferentes edições de *Raízes*, tendo em vista a necessidade de compreender o texto em suas alteradas versões e inscrevê-lo em seus distintos contextos intelectuais e político-sociais de produção, na medida em que, segundo seus analistas, ocorreram mudanças substanciais nas teses do autor em termos de conteúdo político<sup>28</sup>. Nessa linha interpretativa, o debate acerca do significado político de *Raízes* é reaberto sob o prisma de problematizar a visão democrática e liberal atribuída desde a edição original do livro (1936) em nome de uma postura que, em sua publicação há mais de oitenta anos, seria de ordem mais próxima à constelação ideológica *conservadora*, tendo por coordenadas filosóficas o organicismo e o irracionalismo como matrizes intelectuais de leitura da formação histórico-social brasileira. Por essa abordagem, que credita aos contextos de escrita e reescrita da obra repercussão direta no sentido que o texto foi tomando, compreendemos tratar-se de uma *matriz historiográfica* vinculada à hermenêutica do significado das intervenções realizadas em *Raízes* – sobretudo em suas duas primeiras edições (1936 e 1948) – a partir da análise das razões que subjazeram essa operação que modificou profundamente a concepção política da obra.

Em torno, portanto, do exame das perspectivas políticas (radical, liberal e conservadora) que essas duas matrizes interpretativas (sociológica e historiográfica) mobilizam para a compreensão da obra, à luz de seus contextos intelectuais de escrita, avançaremos na análise e na discussão de suas principais teses acerca da semântica política do texto<sup>29</sup>, o qual, não obstante ter sido lançado pela primeira vez há mais de oitenta anos, continua a nos indagar a

---

<sup>27</sup> Esta é expressão utilizada por Angela de Castro Gomes na apresentação ao dossiê lançado pela revista brasileira de História sobre os oitenta anos de *Raízes* do Brasil. Ver: Apresentação, in Dossiê “SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA: 80 ANOS DE *RAÍZES DO BRASIL*”, p. 15.

<sup>28</sup> Sobre as mudanças substanciais realizadas nas três primeiras versões de *Raízes* (1936; 1948; 1956) por Sérgio Buarque, os intérpretes apontam o sentido de “mutação ideológica” (FELDMAN, 2016), “expurgos” (WAIZBORT, 2011) e “depurações” (VAINFAS, 2016) para reforçar a tese da necessidade de ler os contextos de escrita e reescrita do texto como forma de compreender a transformação da mensagem de teor político do livro. Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/08/1804828-a-importancia-de-se-falar-da-mutacao-ideologica-de-raizes-do-brasil.shtml>, consultado em 29/09/2018, às 11h25.

<sup>29</sup> Para tanto, fica claro que o ângulo de análise de nossa dissertação volta-se às interpretações historiográfico-políticas sobre *Raízes*, focadas na apreensão da posição política sustentada por Buarque de Holanda, na medida em que se voltam à compreensão do lugar ocupado pelo autor entre os intérpretes da nação e à interpretação de seu pensamento. Em torno dessas interpretações, as temáticas sociais e culturais aparecerão, visto que o limite entre as instâncias é tênue e as dimensões da vida social estão articuladas no texto.

respeito de seu sentido e de seu potencial explicativo para a história da sociedade brasileira contemporânea. Esse é o próximo desdobramento do capítulo.

## 2.1. AS INTERPRETAÇÕES SOCIOLÓGICAS SOBRE *RAÍZES*: ENTRE AS AGENDAS RADICAIS E LIBERAIS DA MODERNIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO NACIONAL

Na introdução deste capítulo, apresentamos apontamentos do que entendemos se constituir como as duas matrizes de análise que conformam as linhas interpretativas políticas sobre o lugar ocupado por *Raízes* no quadro do pensamento político e social. Desdobrando nossa proposta de categorização da historiografia<sup>30</sup> dedicada à análise da semântica política do texto, a vertente explicativa que sustentou o posicionamento de *Raízes* como texto-chave do pensamento radical-democrático constitui as teses historiográficas que ajudaram a cristalizar o lugar de Holanda como pensador progressista no debate intelectual do seu tempo – na análise sincrônica vinculada à edição original – e na longa duração das linhagens do pensamento político nacional<sup>31</sup>.

Essa variante interpretativa, por seu potencial explicativo e pela inserção que tem no campo do pensamento social no que diz respeito à construção da imagem do livro e do autor, delineou uma perspectiva política que foi responsável por conferir ao texto a posição de construção democrática do Brasil nação, cujo programa ideológico teria por coordenada uma mensagem política radical em face da sua contemporaneidade. Para tanto, essa perspectiva apoiou-se na leitura de Buarque de Holanda sobre as condições de possibilidade do processo de implantação da democracia no país, a partir do exame de seus limites e dilemas. No bojo dessa leitura, encontra-se a premissa que articula a análise da formação nacional brasileira – em suas estruturas sociais, políticas, culturais e econômicas chave do passado – a um programa político orientado ao presente, isto é, voltado à ação política contemporânea informada pelas diretrizes intelectuais provenientes da leitura histórica dos problemas que condicionam estruturalmente o desenvolvimento da nação.

---

<sup>30</sup> Por historiografia, estamos compreendendo, em sentido amplo, a operação analítica e sintética em torno de trabalhos que possuem perspectiva histórica e empreendem a escrita da história do pensamento político e social brasileiro. Como inspiração a essa concepção historiográfica, ver os seguintes conjuntos de trabalhos: MALERBA, Jurandir e ROJAS, Carlos Aguirre (org.). *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru: São Paulo, EDUSC, 2007. FREITAS, Marcos Cezar de (org.). “Historiografia brasileira em perspectiva”. São Paulo: Contexto, 2014.

<sup>31</sup> Nessa perspectiva de trabalho, o estudo de Gildo Marçal Brandão é referência na elaboração das (chamadas por ele) “linhagens” do pensamento político nacional. Para além deste, há outros estudos que sugerem a existência de matrizes teórico-políticas do pensamento nacional, ver: LAMOUNIER, Bolívar. *Tribunos, profetas e sacerdotes: Intelectuais e ideologias no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014; LYNCH, Christian. *Cartografia do pensamento político brasileiro*.



Essa premissa interpretativa<sup>32</sup> é responsável pela construção do estatuto epistemológico do campo do pensamento político e social brasileiro, que funde as interpretações à perspectiva da *práxis*<sup>33</sup>. Compreender este nexos é fundamental para analisar a hipótese que sustenta a classificação da posição política do autor e perceber a disputa simbólica em torno da semântica do texto no cânone das interpretações do país. Por essa razão, quando propusemos a investigação do lugar ocupado pelo livro no pensamento social, o que está em disputa é a natureza ideológica das teses delineadas em *Raízes*.

Ao se debruçarem sobre os diagnósticos e prognósticos aventados por Sérgio Buarque em torno da agenda da modernização e da democratização social, isto é, materializando na produção do texto a análise do passado articulada a um projeto político do futuro nacional, essa modalidade que denominamos de matriz sociológica atribuiu ao autor o lugar de expoente da matriz de pensamento democrático nacional, sob o prisma de leitura do texto ensaístico como portador de uma mensagem política de teor progressista<sup>34</sup>. Em torno dessa análise, constituiu-se a chave interpretativa que se tornou tese dominante no pensamento social brasileiro, sustentando uma matriz historiográfica que criou raízes neste campo intelectual. Representativos dessa chave de leitura sobre *Raízes* são os estudos de cientistas sociais que, sob a abordagem da sociologia e da ciência política, buscaram interpretar o texto como uma resposta aos desafios que os temas da modernização e da democratização acarretavam estruturalmente à sociedade brasileira<sup>35</sup>.

---

<sup>32</sup> Thiago Nicodemo trabalhou este pressuposto nos termos de articulação entre a atividade acadêmica e intelectual e o posicionamento político cujo engajamento é necessário em face do presente histórico, na mesma linha proposta por Antonio Candido. Ademais, esse é o nexos que constitui o estatuto epistemológico do pensamento político e social brasileiro, uma visão histórica da formação nacional que embasa propostas políticas alternativas do futuro-presente. Sobre isso, ver: NICODEMO, Thiago. *Para além de um prefácio: ditadura e democracia no diálogo entre Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 36, n° 73, 2016, pp. 159-180.

<sup>33</sup> Ao empregarmos o conceito de *práxis* nessa dissertação, temos por referência a lógica de uma ação política orientada teoricamente por ideias que disputam a arena político-ideológica, em sentido próximo ao conceito empregado por Wanderley Guilherme dos Santos. Ver: *A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa*. In: “Ordem burguesa e liberalismo político”. São Paulo: Duas Cidades, 1978, pp. 65-117.

<sup>34</sup> Este é o núcleo simbólico da disputa interpretativa em torno do sentido de *Raízes*, a qual poderia ser definida nos seguintes termos: Qual o caráter da mensagem política do texto? A tese que sustenta a posição democrática do autor polemiza com a interpretação de que inexistente um fecho programático no texto que possibilitaria definir a natureza de um projeto político ou mesmo de um prognóstico ao cabo do livro que pudesse ser compreendido enquanto modelo democrático. Representativo da segunda leitura, Avelino Filho apontou, inclusive, a possibilidade de uma saída autoritária nos contornos do texto como consequência da coexistência entre os valores sociais da cordialidade ainda vigente e as estruturas sociais em processo de modernização. Sobre isso, ver: AVELINO FILHO, George. *Cordialidade e civilidade em Raízes do Brasil*. In: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/12-encontro-anual-da-anpocs/gt-13/gt29-5/6655-georgeavelino-cordialidade/file>. Consultado em 30/09/2018.

<sup>35</sup> Nessa perspectiva, podem ser agrupados os trabalhos que definem o pensamento democrático de Sérgio a partir da análise da modernização, da democratização e os estudos que, em torno dessa temática, destacaram-se por definir uma tradição própria de pensamento para classificar o caráter do discurso que emana de *Raízes* dentre os

Na órbita desses estudos, que percorrem interpretações produzidas desde os anos 1960 até estudos mais recentes, o paradigma interpretativo são as análises do crítico Antonio Candido (1969; 1982; 1986; 1990) a respeito do que ele sedimentou no pensamento social como se tratando de um “clássico de nascença”<sup>36</sup>. No artigo intitulado *Sérgio em Berlim e depois*, o crítico afirmou a singularidade política do texto no contexto intelectual de sua produção:

Fascinados pela brilhante análise tipológica dos capítulos precedentes, os leitores nem sempre perceberam direito uma **singularidade do livro**: era o único "retrato do Brasil" que terminava de maneira premeditada por uma **posição política radical em face do presente**. De fato, o livro é, ao mesmo tempo, uma análise do passado (que pegou mais) e uma **proposta revolucionária de transformação do presente** (que pegou menos).<sup>37</sup> (grifo nosso).

Caracterizando a posição política imanente de *Raízes* como de caráter radical, Candido mapeou o que se trataria de uma linhagem progressista do pensamento político nacional que, desde Joaquim Nabuco e Manoel Bonfim, reage a “um dos traços fundamentais da mentalidade e do comportamento político no Brasil”<sup>38</sup>. Esta visão, segundo Candido, nasce da posição política que ele denomina *radicalismo de classe média*<sup>39</sup>, o qual, apesar de não se constituir em paradigma revolucionário derivado do olhar das classes inferiores, destaca-se por ser novo em relação ao costumeiramente produzido – o pensamento conservador assentado no olhar aristocrático das elites brasileiras.

De acordo com o autor,

Pode-se chamar de radicalismo, no Brasil, o conjunto de idéias [sic] e atitudes formando contrapeso ao movimento conservador que sempre predominou. Este conjunto é devido a alguns autores isolados que não se integram em sistemas, pois aqui nunca floresceu em escala apreciável um corpo próprio de doutrina politicamente avançada, ao contrário do que se deu em países como o Uruguai, Peru, México e Cuba. Digo que o radicalismo forma contrapeso, porque é um modo progressista de reagir ao estímulo dos problemas sociais prementes, em oposição ao modo conservador. Gerado na classe média e em setores esclarecidos das classes dominantes, ele não é um pensamento revolucionário e, embora seja fermento transformador, não se identifica senão em parte com os interesses específicos das classes trabalhadoras, que são o segmento potencialmente revolucionário da sociedade.<sup>40</sup>

---

ensaios políticos da nação. Por essa razão, ao intitularmos de “interpretações matriciais”, entendemos se tratarem das teses historiográficas que, ao analisarem a semântica do discurso do texto, apontam o lugar ocupado pelo autor nas matrizes políticas do pensamento nacional. Podem ser inseridos nessa perspectiva os seguintes estudos: Brandão (2007), Cardoso (2013), Lamounier (2014), Piva (2000), Ricupero (2007), Sallum Jr. (2012), Weffort (2006).

<sup>36</sup> Expressão proposta por Antonio Candido no prefácio a *Raízes*. Ver: CANDIDO, Antonio. “O significado de *Raízes do Brasil*”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, 27ª ed.

<sup>37</sup> Cf. CANDIDO, Antonio. “Sérgio em Berlim e depois”. *Novos Estudos*, nº 3, julho de 1982, p. 5.

<sup>38</sup> Ver: “Radicalismos”. São Paulo: *Estudos avançados*, vol. 4, nº 8, 1988, p. 4.

<sup>39</sup> Interessante notar que o conceito de radicalismo se tornaria fecundo entre os intérpretes para pensar o pensamento do Sérgio de *Raízes*, como no trabalho de Gildo Marçal Brandão.

<sup>40</sup> Cf. CANDIDO, op. cit., p. 4.

Quando situado no debate intelectual do qual participou nos anos 1930-1940 junto a outros cânones do pensamento político e social, como Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr., foi realçado, portanto, o que seria o compromisso progressista original do texto de Holanda em meio às narrativas que vigoravam à época, eivada de autoritarismos à esquerda e à direita - entre as posições extremistas do comunismo e do integralismo -, em que o autor seria a figura representante do horizonte de construção democrática nacional. Basta recorrer à formulação triádica proposta pelo analista – o núcleo formado por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque e Caio Prado Jr. – para pensar em Buarque de Holanda como defensor de temas progressistas da agenda nacional entre aqueles por ele considerados os intérpretes mais representativos da sociedade brasileira:

Para nós, os três autores citados [Freyre, Holanda e Prado Jr.] foram trazendo elementos de uma visão do Brasil que parecia adequar-se ao nosso ponto de vista. Traziam a denúncia do preconceito de raça, a valorização do elemento de cor, a **crítica dos fundamentos “patriarcais” e agrários**, o discernimento das condições econômicas, a **desmistificação da retórica liberal**.<sup>41</sup> (grifo nosso).

Neste excerto, destacamos os pontos que acreditamos estarem diretamente envolvidos com a análise de Holanda e que justificariam por hipótese a defesa do pensamento do autor como crítico do liberalismo oligárquico – ideologia lida, nessa lente, como direcionada mais às ideias do que às ações de mudança prática – e desvelador das estruturas econômicas e socioculturais (agrarismo e patriarcalismo) que regem o *status quo* nacional ao mesmo tempo em que são entraves às possibilidades de desenvolvimento do que seria um modelo democrático urbano e industrial moderno. Em outra citação, na sequência da argumentação anterior no prefácio, Candido afirma o posicionamento democrático do autor frente aos que seriam os pensadores autoritários do período:

Esses nossos antagonistas [os jovens de direita] preferiam certos autores mais antigos, com orientação metodológica de tipo naturalista ou (no sentido amplo) positivista, como Oliveira Viana e Alberto Torres, dos quais tiravam argumentos para uma visão hierárquica e autoritária da sociedade, justamente a que Sérgio Buarque de Holanda criticava em *Raízes do Brasil*.<sup>42</sup>

As citações acima, retiradas do famoso prefácio do autor a *Raízes*, escrito em 1967 e introduzido na quinta edição do livro – datada de 1969 -, desde então ele próprio já tornado clássico da apresentação e interpretação do texto<sup>43</sup>, corroboraram na construção da imagem de

---

<sup>41</sup> Idem, “O significado de Raízes do Brasil”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, 27ª ed. p. 12.

<sup>42</sup> Op. cit.

<sup>43</sup> Ver: CANDIDO, Antonio, “O significado de Raízes do Brasil”.

Sérgio Buarque como cânone do pensamento democrático, imagem que seria reforçada em outros artigos de Candido ao longo dos anos 1980. Em texto de *post-scriptum*<sup>44</sup> à edição atual de *Raízes*, o autor reforçaria a visão sobre Sérgio Buarque como expressivo de uma mensagem política democrática e radicalmente ligada à defesa dos interesses do povo em sua busca pela democratização da sociedade, o que bem poderíamos dizer parece se constituir numa espécie de biografia cruzada<sup>45</sup> entre os dois pensadores, característico do próprio modo de pensar de Candido, aplicado, em seu exercício de crítica, ao pensamento do Sérgio de *Raízes*:

Há meio século, neste livro, Sérgio deixou claro que só o próprio povo, tomando a iniciativa, poderia cuidar do seu destino. Isto faz dele um coerente radical democrático, autor de contribuição que deve ser explorada e desenvolvida no sentido de uma política popular adequada às condições do Brasil, segundo princípios ideológicos definidos.<sup>46</sup>

Candido construiu, dessa forma, a interpretação que se tornou referência na compreensão das posições políticas de Holanda como naturalmente democráticas, tornando-se modelo para uma série de estudos sobre o livro<sup>47</sup>. Por todas essas questões apontadas na análise, o tema da ascensão do povo no destino democrático do país como desafio histórico de superação das raízes do atraso emerge na interpretação de Candido como a marca definitiva do lugar de Sérgio Buarque na historiografia brasileira, elevado ao conteúdo símbolo de sua mensagem política, para usar a expressão do crítico.

Essa leitura, que configura o cerne da interpretação de Candido, balizará, de certo modo, toda uma linha de interpretação da historiografia do pensamento social que, em torno do substrato analítico formulado pelo crítico (a posição política radicalmente democrática que emerge das páginas finais de *Raízes*), tomando-a como postulada, fundamentará a inserção de Buarque de Holanda como pensador da construção da democracia e de um projeto de modernidade que ilumina a superação do atraso oligárquico e cordial de raiz ibérica (na terminologia buarqueana) que condicionaria o desenvolvimento histórico brasileiro. Essa articulação entre modernização e democracia, de um lado, e iberismo e oligarquização da ordem

---

<sup>44</sup> Consultar: CANDIDO, Antonio. "Post-scriptum". In: HOLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*, op. cit.

<sup>45</sup> Sobre isso, consultar o artigo de Thiago Nicodemo. Ver: NICODEMO, Thiago. *Para além de um prefácio: ditadura e democracia no diálogo entre Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 36, nº 73, 2016, pp. 159-180.

<sup>46</sup> Cf. CANDIDO, ibidem, p. 26.

<sup>47</sup> A título de corroborar com esse argumento, a inclusão do famoso prefácio a *Raízes* em todas as edições a partir de sua escrita denota a amplitude da interpretação do autor que, desde então, tem condicionado a recepção do livro.

política e social, de outro, é enfatizada na agenda de pesquisa dessa modalidade interpretativa como núcleo do sentido político do texto<sup>48</sup>.

Tal é o caso da tese de Luiz Guilherme Piva, o qual analisa o tema da modernização nacional a partir do diagnóstico do passado brasileiro – do qual se extrai que o atraso é o legado ao presente – e dos prognósticos políticos que postulam a sua superação, tendo como objeto as obras dos pensadores inscritos na conjuntura histórica dos anos 1920 a 1940, com Sérgio Buarque entre eles<sup>49</sup>. Guilherme Piva concebeu *Raízes* como texto em que o prognóstico da modernização é visto como desdobramento da temática da construção da democracia no Brasil, isto é, a modernização é percebida como imperativo do país para a qual Sérgio Buarque e seus contemporâneos apresentaram caminhos alternativos de superação das raízes do atraso nacional.

Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte são autores preocupados com o “sentido” do Brasil: todos veem, cada qual a seu modo, um significado singular no passado, no presente e no futuro do país. Mas, embora dediquem muito de seu esforço a mergulhos no passado e a críticas no presente, é o futuro o que lhes interessa, mesmo quando isso não esteja tão claramente explicitado, caso de Holanda. A **investigação do passado e do presente só ganha sentido pela obsessão com a construção do porvir.**<sup>50</sup> (grifo nosso).

Articulada a leitura dos diagnósticos do passado com os prognósticos de superação dos dilemas presentes e a construção do futuro, a análise desses autores se difere por suas perspectivas político-ideológicas, isto é, dos conteúdos conceituais que mobilizaram e aplicaram seja na compreensão da realidade histórica brasileira, seja para prospectar desafios a serem conquistados na história política e social do país. Sobre o projeto em vista nos contornos de *Raízes*, Piva apontou que, diferentemente de Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, Holanda mais especulou sobre o porvir nacional do que propôs um programa de ação política.

Segundo Piva,

Diferentemente do Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda não oferece um projeto de modernização, um conjunto de medidas de determinado teor e dotado de uma direção clara que orientasse uma ou outra via de modernização rumo à sociedade futura. Mas tem, claramente, em *Raízes do Brasil*, a idéia [sic] da modernização brasileira como centro de suas preocupações e elaborações.<sup>51</sup>

---

<sup>48</sup> Na leitura de Bernardo Ricupero, o projeto de modernização de *Raízes* pode ser bem definido como americanista, em reflexão de tom culturalista político, em oposição ao passado rural e oligárquico brasileiro, identificado, por sua vez, com o iberismo. Ver: RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*.

<sup>49</sup> Cf. PIVA, Luiz Guilherme. *Ladrilheiros e semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)*.

<sup>50</sup> *Ibidem*, p. 19.

<sup>51</sup> *Ibid.*, p. 153.

Ainda que não atribua um projeto de modernização acabado no pensamento de Sérgio, o fato de tomá-lo como pensador democrático que registra o desafio modernizador da sociedade o coloca na mesma categoria dos pensadores políticos do período, distanciando-se apenas pela coloração política de suas teses. No excerto abaixo, Piva aponta o tema democracia como nuclear à interpretação do intelectual em *Raízes*:

[...] nas especulações de caminhos e barreiras à americanização [tida neste estudo como característica cultural do processo de modernização nacional], deixa implícita a confiança nas massas (embora seja notável a ausência de indústrias, imigração, sindicatos, conflitos no mundo que vislumbra nos anos trinta) como fonte e garantia do avanço democrático.<sup>52</sup>

É em torno do lastro democrático do pensamento do autor que Piva construiu sua oposição a Vianna, reforçando, ainda que seja apontada a semelhança de diagnósticos em ambos, a diferença radical sobre a concepção política dos autores. O modelo político como referencial da análise é mobilizado para confrontar o pensamento desses intelectuais:

A ambiguidade entre o Estado ou sistema político ideais e as imposições da realidade nacional presente em Oliveira Vianna percorre também a principal obra de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, de 1936. Mudam alguns conteúdos e muda, radicalmente, a predileção sobre qual sistema político é o melhor para o Brasil [...].<sup>53</sup>

É basicamente em torno do projeto de modernização e de desenvolvimento do país que as interpretações de Bernardo Ricupero e de Gildo Marçal Brandão convergem com a tese de Piva. Ricupero assinalou a posição americanista de *Raízes* no debate político-intelectual da época, na medida em que, mesmo que Sérgio Buarque compartilhasse um diálogo de fundo com autores como Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, em torno de diagnósticos e temas de análise sobre o passado histórico, Buarque assumia uma posição modernizadora no livro que buscava desobstaculizar os caminhos para o estabelecimento da democracia no país e, associada a ela, delinear o caminho próprio à modernização nacional, diferentemente da postura que seria mais iberista dos outros ensaístas<sup>54</sup>.

Ricupero analisou que,

De qualquer forma, pode-se considerar que, de maneira geral, muitos dos principais temas de Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda são similares e derivam de suas avaliações quanto ao predomínio do latifúndio na maior parte da história brasileira. No entanto, a partir de perspectivas teóricas e políticas distintas, chegam a conclusões diferentes e mesmo opostas sobre os resultados desse fenômeno. É possível até sugerir que nessas diferentes posições aparecem posturas iberistas e americanistas. [...] Pode-se associar Gilberto Freyre e, de forma mais problemática,

---

<sup>52</sup> Ibid., p. 156.

<sup>53</sup> Ibid., p. 23.

<sup>54</sup> Cf. RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*.

Oliveira Vianna ao iberismo. Já Sérgio Buarque enxerga com bons olhos o desenvolvimento que conduz ao Brasil ao que se pode chamar de americanismo, mas sugere que se poderia manter algumas características das relações sociais anteriormente desenvolvidas no Brasil, estabelecendo, de certa maneira, um caminho próprio à modernização do país.<sup>55</sup>

Desse modo, Ricupero defendeu a aproximação de Sérgio Buarque à posição americanista por sustentar a afinidade entre os processos de desenvolvimento urbano-industrial da sociedade ao enraizamento no país de uma tradição cultural dominante em países anglo-saxônicos, que articula os conceitos de modernidade, liberalismo e democracia.

Para o autor,

Sérgio Buarque, de maneira similar, relaciona o iberismo ao ambiente rural, que leva ao predomínio da família, ao passo que o americanismo estaria emergindo com o desenvolvimento das cidades, o que aproximaria o Brasil dos países ocidentais modernos.<sup>56</sup>

No âmbito de análise das convicções políticas de Buarque frente a seus interlocutores de debate, Ricupero, na esteira do argumento defendido por Candido no prefácio a *Raízes*, destaca a crítica buarqueana ao suposto realismo do pensamento autoritário, tendo Oliveira Vianna como alvo central:

Sérgio Buarque de Holanda critica, porém, o patriarca do pensamento autoritário brasileiro, Alberto Torres, por acreditar que “a letra morta”, a lei, o que Oliveira Vianna provavelmente chamaria de “política objetiva”, poderia corrigir o descompasso [entre os costumes do povo e as instituições políticas]. Ou seja, **o autor de Raízes do Brasil radicaliza a crítica** de conservadores e do pensamento autoritário ao idealismo de liberais e da República, **aplicando-a aos próprios autoritários**, segundo ele, **também herdeiros da herança rural e da cultura ibérica, que só teria fim com a urbanização.**<sup>57</sup> (grifo nosso).

A hipótese do autor defendeu, assim, a postura americanista de Holanda, articulando a defesa do processo de urbanização com o imperativo do projeto de modernidade distanciada das raízes dos nossos problemas e dilemas políticos, em outras palavras, do nosso atraso. Holanda assume, por conseguinte, a posição de ensaísta da modernização e da construção da democracia no horizonte do pensamento político e social nacional.

Essa percepção encontra convergência na interpretação de Gildo Marçal Brandão, que atribuiu a Sérgio Buarque o conceito de “pensamento radical de classe média”, fazendo referência direta à análise de Candido a respeito da produção de um discurso de verniz radical que visa à democratização da sociedade brasileira<sup>58</sup>. Nesse sentido, em sua hipótese de trabalho

---

<sup>55</sup> Ibidem, p. 124.

<sup>56</sup> Ibid., op. cit.

<sup>57</sup> Ibid., pp. 119-20.

<sup>58</sup> Cf. BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*.

que sustentou a existência de famílias intelectuais que estruturaram historicamente o debate político-ideológico e o desenho institucional do país, o autor de *Raízes* é inserido na linhagem do “pensamento radical de classe média”, trabalhada enquanto categoria do pensamento político brasileiro por Marçal Brandão. A categoria, que visa a dar conta de uma linhagem intelectual expressiva do pensamento nacional, seria composta por autores tão díspares como Manoel Bonfim, Victor Nunes Leal, Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso, em torno de personagens que se destacariam por propor soluções democráticas para o país, em que pese a falta de explanação do autor sobre como isso se apresenta concretamente, tratando-se, antes, de uma tentativa de agrupar autores que se distanciaram do pensamento autoritário, este, sim, mais bem definido em sua análise<sup>59</sup>.

Em relação a *Raízes* e à matriz política a qual pertence Sérgio Buarque, disse Brandão:

Se for assim, talvez seja possível reconhecer a centralidade de Sérgio Buarque de Holanda e recortá-lo de modo que encontre identidades entre autores tão díspares como Manuel Bomfim, Nestor Duarte, Vitor Nunes Leal, Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. E talvez não seja exagerado caracterizar esse pensamento democrático como socializante, quase sempre socialista, de matriz liberal, por vezes constitucionalista.<sup>60</sup>

A modernização do país, seu processo de desenvolvimento, é tema que aproxima a leitura de Brandão a de Piva. No excerto abaixo, retirado do livro, Brandão destacou a problemática do desenvolvimento nacional como tema chave a que diferentes constelações intelectuais e políticas tentam equacionar historicamente:

O que me interessa, pois, é investigar a existência dessas “famílias intelectuais” no Brasil, reconhecer suas principais características formais e escavar sua genealogia. [...] E formular, por fim, uma hipótese sobre o modo como essas correntes responderam aos desafios postos pelo desenvolvimento histórico-político do país.<sup>61</sup>

Colocado assim, o desafio do desenvolvimento político nacional torna-se um processo social de grande amplitude que cria, por ser um problema de larga escala histórica, a condição de possibilidade da existência de diferentes famílias intelectuais que, por seu turno, respondem de forma variável à questão. O desafio da modernização emerge no texto, portanto, como a

---

<sup>59</sup> A título de exemplificação, para o pensamento autoritário, Gildo Marçal trabalhou a categoria “Idealismo orgânico” para classificar a tradição de pensamento em que se insere, por exemplo, Oliveira Vianna, utilizando-se de expressão cunhada pelo próprio intelectual, mas retirando-lhe o substrato ideológico que carregava. Por esta categoria, Gildo compreende o diagnóstico do caráter inorgânico da sociedade civil que fundamenta a proposição de um modelo político de Estado forte que seja responsável por sua organização<sup>59</sup>, a qual Vianna seria um dos expoentes dessa família intelectual.

<sup>60</sup> Ibidem, pp. 37-8.

<sup>61</sup> Ibid., pp.29-30.



agenda política que diferentes projetos de sociedade, a de Sérgio de *Raízes* inclusive, buscam empreender.

Em procedimento de análise semelhante, Francisco Weffort compreendeu o sentido político do texto e o pensamento de Holanda a partir da transição do Brasil arcaico para o moderno urbano-industrial, caracterizando-se, assim, por retomar a linha de interpretação que destaca o projeto de modernização democrática de *Raízes*:

Para o entendimento da **transformação do Brasil rural em país urbano e industrial** foram decisivas as primeiras obras de Oliveira Viana, Caio Prado Jr., Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Esses autores não foram - nem pretenderam ser - cientistas políticos. Foram sociólogos, eventualmente antropólogos, e se dedicaram a uma abordagem histórica e cultural da sociedade, da mestiçagem, do povo e das classes sociais. Foram, sobretudo, ensaístas.<sup>62</sup> (grifo nosso).

Trata-se de uma interpretação que também construiu o sentido de *Raízes* como texto que se reporta ao processo de modernização nacional, para o qual oferece caminhos, e é portador de uma agenda democratizante no quadro do pensamento político nacional, aspecto este que fica claro quando analisadas as citações abaixo:

Sobre Sérgio Buarque, Weffort afirmou:

Na época em que surgiram os primeiros livros de Caio Prado e Sérgio Buarque, eram extremamente débeis as condições sociais e culturais que teriam podido dar maior realce e consistência a seu pensamento, sobretudo a suas projeções políticas. (...). Embora mais distante da política do que outros ensaístas, ele tinha preferências por ideias socialistas democráticas, que o levaram, quase ao fim da vida, a assinar a ata de fundação do Partido dos Trabalhadores.<sup>63</sup>

Weffort ressaltou o que seriam as convicções políticas pessoais do pensador em sua trajetória, transpondo caracteres da biografia à interpretação do autor, fixando, assim, o significado de seu pensamento sem historicizar a relação entre a produção intelectual e a tomada de decisão do engajamento cidadão. Interessante notar que o conteúdo desse projeto de modernidade que, na interpretação de Weffort, assim como em Piva, Brandão e Ricupero, apresenta uma natureza radicalmente democrática, socializante, é interpretado como portador de um sentido liberal de compreensão das transformações do mundo social em trabalhos como os de Bolívar Lamounier e Jessé Souza.

Assim se manifesta a disputa interpretativa em torno da semântica política do texto, o que se materializa em torno da atribuição de posições políticas *radical-democráticas* (nos trabalhos de Candido, Marçal Brandão, Piva, Ricupero e Weffort, como vimos) e *liberais* (nos

---

<sup>62</sup> Cf. WEFFORT, Francisco. *Formação do Pensamento Político Brasileiro: Ideias e Personagens*, p. 9.

<sup>63</sup> *Ibidem*, pp. 258-59.

estudos de Lamounier e de Jessé Souza)<sup>64</sup>. Essas são, em linhas gerais, as duas perspectivas políticas mobilizadas pela historiografia cuja lente de análise orienta-se à hermenêutica do projeto de nação contido nas páginas de *Raízes*. Ao indagarem o sentido da mensagem política do texto, tanto Lamounier quanto Souza destacaram o liberalismo das teses de Holanda, ainda que o valorizando de maneira distinta<sup>65</sup>.

Segundo Lamounier,

Na voga autoritária daquele período [primeira metade do século XX], Sérgio despontou como uma fulgurante exceção. Ele não foi um conservador, muito menos um reacionário ou direitista. Foi um **liberal; um liberal cético**, sem dúvida, mas foi. Não se identificava como tal, e talvez nem apreciasse ser descrito nesses termos, mas essa é a designação apropriada ao seu modo de pensar – ao seu ceticismo, inclusive.<sup>66</sup> (grifo nosso).

Nesse excerto, Lamounier expôs a maneira com que compreende o pensamento de Holanda, visto como representante de uma tradição liberal, que, na tese panorâmica do autor, está em disputa pelo poder na história republicana com a vertente autoritária<sup>67</sup>. Nesse trabalho, em que analisou o conceito de intelectual frente aos papéis sociais de tribunos, profetas e sacerdotes em suas sociedades históricas determinadas, o autor explorou a presença de Sérgio Buarque no pensamento nacional como “antiprofeta”<sup>68</sup>, cético com o contexto político e social que se apresentava no momento da produção de *Raízes*.

---

<sup>64</sup> Há na tendência recente da historiografia inclusive posições que relativizam o caráter democrático da edição *princeps* do livro, interpretando-o próximo a posições do *conservadorismo autoritário* dos anos 1930, tendo em vista que essa tendência, como fora apresentado na introdução do capítulo, coteja as diferentes edições do texto, dinâmica em que a compreensão da mensagem política torna-se dependente da conjuntura político-social em que a obra recebe sua reedição. Nessa perspectiva, estão os seguintes trabalhos, todos eles a serem trabalhados na segunda sessão deste primeiro capítulo. Ver: WAIZBORT, Leopoldo. *O mal-entendido da democracia: Sergio Buarque de Hollanda, Raízes do Brasil, 1936*. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2011, vol.26, n.76, pp.39-62; SALLUM JR., Brasília. *As raízes do Brasil e a democracia*. Sinais sociais, v. 17, n. 19, 2012; FELDMAN, Luiz. “Um clássico por amadurecimento: *Raízes do Brasil*”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 28, nº 82, junho 2013; Op. cit. “Organizar a desordem: *Raízes do Brasil* em 1936”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 58, nº 4, 2015; SCHWARCZ, Lilia & MONTEIRO, Pedro Meira. *Raízes do Brasil: edição crítica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016; SCHLEGEL, Rogério. “*Raízes do Brasil, 1936: O estatismo orgânico como contribuição original*”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 32, nº 93, fevereiro/ 2017.

<sup>65</sup> Como será visto, em Lamounier o liberalismo adquire o sentido de ideologia democrática que defende em essência, contra os autoritarismos, o Estado Democrático de Direito. O conceito de democracia, em seu viés institucionalista, acaba por se confundir com o próprio conceito de liberalismo, enquanto pares associados. Já em Souza, em perspectiva crítica, o liberalismo adquire o sentido de ideologia conservadora, de manutenção do *status quo* de oligarquização da ordem político-social.

<sup>66</sup> Cf. LAMOUNIER, Bolívar. *Tribunos, profetas e sacerdotes: intelectuais e ideologias no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, pp. 206-07.

<sup>67</sup> Segundo Lamounier: “Quanto ao conteúdo, a história republicana brasileira caracteriza-se por um claro paralelismo entre dois veios. De um lado, o liberalismo, do outro, o antiliberalismo, este com uma bifurcação básica entre o protofascismo e o marxismo”. In: *Tribunos, profetas e sacerdotes: intelectuais e ideologias no século XX*, p. 176.

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 207.

O modo como o pensamento de Buarque se desenvolveu no debate nacional é interpretado pelo autor como promotor de uma “cultura político-intelectual” – na terminologia de Lamounier – que contrapôs concepções de política e de sociedade, assentadas no relacionamento entre o Estado e a sociedade civil, que, no caso brasileiro, teriam em Oliveira Vianna e Sérgio Buarque, do ponto de vista autoritário e do liberal, respectivamente, os seus expoentes intelectuais. O confronto entre as teses dos autores foi lido sob o prisma do modelo de Estado defendido nos textos, revelador da agência de um Estado centralizado e autoritário à vista (em Vianna), ou o prognóstico do desenvolvimento futuro de um Estado democrático-republicano, constituinte da ordem pública impessoal (em Holanda).

Esta é a lente que o analista imputa à interpretação de *Raízes*, que justifica o argumento da construção do Estado democrático (liberal e republicano, na acepção de Lamounier) como núcleo da tese buarqueana, que a tornaria uma leitura ainda atual, segundo o autor, para a compreensão dos desafios da sociedade brasileira. Para Jessé Souza, essa interpretação que, em Lamounier adquire o sentido de defesa do Estado de Direito e dos parâmetros institucionais do sistema democrático, apresenta-se, de outro modo, como tese de sustentação da ordem social tal como ela é <sup>69</sup>. Na tese de Souza, os intelectuais brasileiros foram cooptados ou aderiram ideologicamente à manutenção da ordem social desigual voltada ao enriquecimento de poucos privilegiados, “escolhidos”, na medida em que elaboraram as visões de mundo que dão sentido a essa configuração do mundo social. É sob essa lente que o autor interpretou o lugar de Sérgio Buarque no pensamento nacional – o qual seria o produtor-mor do chamado “culturalismo brasileiro”.

Associado ao culturalismo brasileiro, hegemônico na construção da identidade nacional, Sérgio Buarque seria tributário do pensamento de Freyre em sua leitura da mestiçagem como fator nuclear de constituição da nacionalidade brasileira, criando, para o analista, o mito nacional da convivência harmônica entre as raças, que Sérgio desenvolveria, na lente sociológica de Jessé, sob um viés liberal de idealização do americanismo (tendo os Estados Unidos em primeiro plano) como sinônimo de modernidade.

Assim, para Jessé Souza,

O aspecto decisivo – traço comum a toda a tradição liberal brasileira – é a relação com uma imagem “idealizada” dos Estados Unidos. E, do mesmo modo como coube a Freyre sistematizar a versão mais convincente de nosso mito nacional, coube a Sérgio Buarque sistematizar todo o estoque de ideias e representações que daria substância e

---

<sup>69</sup> In: SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015.

poder de convencimento ao **culturalismo liberal e conservador no Brasil**.<sup>70</sup> (grifo nosso).

Indo diretamente ao centro da crítica conceitual ao pensamento de Buarque, a imagem do homem cordial e do patrimonialismo como traços persistentes da cultura nacional surgem como alvos da lente sociológica materialista de Souza:

O homem cordial não tem classe social, mesmo em um país tão desigual como o Brasil sempre foi. Ou seja, desde o início essa noção esconde conflitos sociais de toda a espécie e cria um ser “genérico” que existe unicamente para ser contraposto ao “protestante ascético” como símbolo da cultura norte-americana. Essa contraposição indica um caminho ao Brasil: o do afeto e da emotividade pré-moderna em direção ao mundo da racionalidade distanciada da impessoalidade protestante. A política preside aqui e determina o uso de todas as categorias pseudocientíficas.<sup>71</sup>

[...] Mas a verdadeira cereja do bolo do liberalismo conservador brasileiro é uma invenção de Buarque que, desta vez, nada deve a Gilberto Freyre: a materialização institucional do homem cordial na noção de “patrimonialismo”. Essa é a outra noção fundamental do livro de Buarque destinada a uma história de glória, primeiro nas ciências sociais, depois na esfera pública política, abrangendo a direita e a esquerda. É que Buarque reinterpreta o “personalismo” freyriano, ou seja, a noção do brasileiro como um homem emotivo guiado por preferências sentimentais, em “patrimonialismo”.<sup>72</sup>

Dotado de uma visão que se pretende científica da realidade social brasileira, Jessé atribuiu categorias de pseudociência (ideologia) à elaboração teórica de Buarque, afirmando-o como criador da corrente liberal conservador que nutre a imagem do Estado como foro de apropriação patrimonialista. Nesse sentido, elaborar a crítica política da concepção de homem cordial e patrimonialismo tornou-se, no exercício de Jessé, uma profissão de fé da afirmação de uma leitura materialista frente a uma interpretação que, em *Raízes*, é do âmbito psicossocial, objetivando apontar traços de persistência cultural, e não definindo diretrizes de ação política, aspecto que o autor pareceu desconsiderar ao torná-lo responsável pela gestação de uma tradição da cultura política brasileira.

## 2.2. AS INTERPRETAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS SOBRE *RAÍZES*: UMA CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA E LIBERAL *A POSTERIORI*

Neste tópico de análise, discutiremos a perspectiva historiográfica contemporânea que tem sido responsável por renovar o debate intelectual sobre as interpretações políticas de *Raízes*, revisitando o posicionamento político que as teses do livro assumem em suas diferentes edições. O postulado que embasa essa modalidade interpretativa sustenta que as alterações promovidas

---

<sup>70</sup> Ibidem, p. 43.

<sup>71</sup> Ibid., p. 45.

<sup>72</sup> Ibid., p. 48.

por Holanda no texto reconfiguram o programa ideológico desse, na medida em que teriam ocorrido verdadeiros “expurgos”<sup>73</sup> em sua reedição, sobretudo na segunda versão (1948). Desse modo, se na linha interpretativa orientada por uma matriz sociológica a semântica política do texto é pensada ora como *radical-democrática*, ora como *liberal*, na abordagem historiográfica que tem sido compreendida como “revisionista”<sup>74</sup> o debate é reaberto sob o prisma de problematizar a visão democrática e mesmo liberal aplicada, sobretudo, à edição original de *Raízes* (de 1936).

Nessa linha interpretativa que tem se tornado cada vez mais recorrente nas análises contemporâneas sobre o livro e o pensamento político do autor, a historiografia passou a classificar como progressista, sem ressalvas, a leitura a partir da segunda edição do texto, relativizando, dessa forma, o caráter democrático aplicado *ad totum* na interpretação do livro. Datadas a partir dos anos 2000, em efervescência na última década sobremaneira, esses estudos têm produzido releituras críticas do texto que, partindo da análise comparativa de suas edições, basicamente as três primeiras (1936, 1948 e 1956), questionam seu *lugar democrático* sedimentado no pensamento social brasileiro.

O movimento interpretativo que estrutura esses trabalhos pode ser compreendido como um esforço de inserção do texto em seu contexto de produção intelectual e político-social que visa a discutir, a partir de novos problemas de pesquisa, a interpretação de fundo que definiu *Raízes* – desde a sua edição *princeps* – como texto paradigmático do pensamento democrático nacional<sup>75</sup>. Trata-se, assim, de um enfoque especialmente preocupado com a relação entre o texto e seus diferentes contextos de reescrita e ressignificação política.

---

<sup>73</sup> Consultar: WAIZBORT, Leopoldo. “Raízes do Brasil: Inércia e transformação lenta”. In: MONTEIRO, Pedro Meira & SCHWARCZ, Lilia. *Raízes do Brasil: edição crítica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, pp. 465-470.

<sup>74</sup> Ver: MATA, Sérgio da. “Tentativas de desmitologia: a revolução conservadora em Raízes do Brasil”. *Revista Brasileira de História*, p. 64.

<sup>75</sup> No elenco desses estudos, inseridos na perspectiva historiográfica que revisita a leitura do texto e discute sua interpretação progressista preponderante, consultar os seguintes trabalhos: MATA, Sérgio, op. cit.; FELDMAN, Luiz. “Um clássico por amadurecimento: *Raízes do Brasil*”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 28, nº 82, junho 2013; Idem, “Organizar a desordem: *Raízes do Brasil* em 1936”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 58, nº 4, 2015; NICODEMO, Thiago. “Para além de um prefácio: ditadura e democracia no diálogo entre Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, nº 73, 2016, pp. 159-180; SALLUM JR., Brasília. *As raízes do Brasil e a democracia*. Sinais sociais, v. 17, n. 19, 2012; SCHLEGEL, Rogério. “*Raízes do Brasil*, 1936: O estatismo orgânico como contribuição original”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 32, nº 93, fevereiro/ 2017; SCHWARCZ, Lilia & MONTEIRO, Pedro Meira (orgs.). *Raízes do Brasil: edição crítica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016; VAINFAS, Ronaldo. “O imbróglgio de Raízes: notas sobre a fortuna crítica da obra de Sérgio Buarque de Holanda”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, nº 73, 2016, pp. 19-40; WAIZBORT, Leopoldo. *O mal-entendido da democracia: Sergio Buarque de Hollanda, Raízes do Brasil, 1936*. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2011, vol. 26, n.76, pp.39-62.

Inseridos nessa perspectiva, podem ser agrupados os estudos que se distanciaram da leitura de sua versão definitiva – edição que desde 1969 virou a padrão, sendo resultado das alterações – e cotejaram os argumentos retirados, reformulados e os incluídos no livro como forma de compreender a ressignificação política do pensamento de Holanda. Sob esse prisma, o problema fulcral da investigação se torna decifrar as razões que motivaram o exercício de atualização do texto, o qual produziu efeitos discursivos em sua recepção, condicionando a moldura política que *Raízes* passou a obter de interpretação progressista da sociedade brasileira. Assim, de “clássico de nascença” *Raízes* se torna um “clássico por amadurecimento”<sup>76</sup>, na medida em que foi após as suas reedições que o texto canônico assumiu paulatinamente o *status* de interpretação progressista da história nacional, imagem até então cristalizada desde sua origem pela vertente sociológica.

Esse exercício de releitura do ensaio se concretiza a partir de novos tópicos de crítica, como colocá-lo em debate com seus interlocutores de época, como, por exemplo, os intelectuais Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, percebendo os diagnósticos em comum do passado rural brasileiro que existiam entre esses pensadores de correntes ideológicas distintas e conformavam o “lugar comum”<sup>77</sup> intelectual da época; apontar a relação entre a trajetória do autor e sua transposição na interpretação do texto como fator condicionante da análise e discutir-se as razões da inflexão existente entre a 1ª e a 2ª edições do livro, etc. É sabido que Sérgio Buarque compartilhou com os intelectuais de sua geração a preocupação teórico-política de construção da nação, que, na fórmula sugerida por Holanda, seria a composição de “um todo perfeito de partes tão antagônicas”<sup>78</sup> que respeitaria o ritmo espontâneo da nossa cultura e nossas necessidades específicas, singulares, isto é, não oriunda de modelos importados de outros quadros nacionais, como era uso no período criticar o ideário liberal. Em torno dessa concepção de nação, a historiografia tem apontado a edição de 1936 do texto como referenciada no horizonte teórico do *organicismo, irracionalismo e conservadorismo*, estando o autor informado pelas chaves analíticas centrais do pensamento germânico do período desde sua jornada de trabalho na Alemanha<sup>79</sup>.

---

<sup>76</sup> Expressão cunhada por Luiz Feldman para contrapor a interpretação paradigmática de Candido sobre *Raízes* tratar-se de um “clássico de nascença”. Ver: *Ibid.*, op. cit.

<sup>77</sup> Cf. BRESCIANI, Maria Stella. *O charme da ciência e a sedução da objetividade*. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: UNESP, 2005.

<sup>78</sup> Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, 27ª ed. [1936].

<sup>79</sup> Sobre o contexto intelectual da estada de Sérgio na Alemanha e o impacto da constelação germânica de pensamento na versão original de *Raízes*, Da Mata afirmou ter influxo decisivo a chamada “revolução conservadora” alemã, aplicada em grande medida na escrita do texto. MATA, Sérgio da, op. cit.

Como exemplo, intérpretes como Ronaldo Vainfas e Sérgio da Mata defenderam a hipótese do processo de “desgermanização” (VAINFAS, 2016) como a razão estruturante da inflexão entre as duas primeiras edições do livro, na medida em que na edição original o texto assentava-se nos postulados da “revolução conservadora” (MATA, 2016) intelectual alemã. Isso implica em termos de significado político que, mais do que extrair das páginas do livro passagens de diálogo com Freyre e mesmo Vianna, por exemplo, autores ligados ao pensamento conservador, a intervenção no corpo do texto foi de maior radicalidade.

Assinalou Vainfas:

A diferença mais substantiva entre as duas edições de *Raízes* nada tem a ver com as ideias de Freyre. Trata-se de uma reviravolta conceitual que se pode resumir em uma palavra: **desgermanização** [...]. Na segunda edição, conceitos como “visão de mundo” [...] e “formas de vida” ou “mundo da vida” [...] são substituídos, respectivamente, por “ideias” e “formas de convívio”.<sup>80</sup> (grifo nosso).

Desdobrando esse argumento a respeito do sentido das mudanças realizadas por Holanda em face da segunda edição do texto, Vainfas utilizara os termos *depuração* e *expurgo* para dar o tom político das alterações feitas, ao comentar que “o fato é que Sérgio não apenas **depurou**, o mais que pôde, o organicismo que pulsava na edição de 1936, como **expurgou** autores, a exemplo de Oswald Spengler, Carl Schmitt e Ludwig Klages.”<sup>81</sup> (grifo nosso).

Da Mata, embarcando no mesmo debate acerca da germanização das teses de caráter político e social em *Raízes* de 1936, apontou a presença da constelação ideológica da chamada “revolução conservadora” alemã no texto. Para o autor, retirar justamente esse peso da revolução alemã em *Raízes* foi o caminho que indica a direção das mudanças promovidas:

Como quer que seja, a releitura da primeira edição de RdB [*Raízes do Brasil*] à luz de alguns dos principais representantes da revolução conservadora sugere que o Sérgio da década de 1930 estava influenciado justamente por aquelas obras em que grassava, como observou lapidarmente Antonio Candido, a “fantasia mais arbitrária e, dado o contexto histórico, perigosa”.<sup>82</sup>

Desse modo, é posta em xeque a interpretação de Candido e de toda uma modalidade interpretativa que atribuiu a Sérgio Buarque, desde a primeira edição do texto, a posição democrática radical. Seguindo os desdobramentos dessa perspectiva, tem-se por hipótese que *Raízes* passou por um processo de atualização em sua reedição e, somente assim, tornou-se progressivamente democrático, de modo que algumas de suas teses foram radicalizadas no sentido de retirar o diálogo implícito com a constelação conservador-autoritária germânica e

---

<sup>80</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Ibidem*, pp. 12-13.

<sup>81</sup> *Ibid.*, p. 13.

<sup>82</sup> MATA, Sérgio. *Ibidem*, p. 80.

brasileira, reconfigurando-o de modo mais alinhado aos parâmetros liberais da modernização nacional.

Segundo Leopoldo Waizbort,

[...] as alterações mostram que, em algum momento entre 1936 e o início dos anos de 1940, Sérgio Buarque de Holanda reformulou seus valores e posicionamentos políticos, passando a assumir uma defesa da democracia que marcará sua biografia a partir de então.<sup>83</sup>

Nesse debate de fundo político, os conceitos de cordialidade e civilidade são recuperados como contrapontos que desvelam as reorientações de nexos ideológico por que passou o texto, tendo em vista que de traço característico da psicologia social, a primeira tornou-se, a partir da segunda edição, obstáculo da herança ibérica ao desenvolvimento da sociedade moderna liberal, isto é, o horizonte histórico do processo de transformação social analisado pelo livro abria caminho ao imperativo da civilidade como coordenada normativa impessoal de democratização da vida social brasileira.

Sobre essa tensão entre os dois conceitos nucleares da obra, Feldman apontou que

Nessas duas maneiras de abordar a cordialidade – primeiro enaltecendo, depois criticando – estão as chaves da equação entre tradicional e moderno em *Raízes do Brasil*. Era o elogio da cordialidade, no quinto capítulo da **primeira edição**, que levava à defesa de um contraponto entre cordialidade e civilidade no capítulo final. Mais tarde, na **segunda edição**, o tratamento da cordialidade como uma herança indesejável levaria à defesa, no sétimo capítulo, da revolução em que a civilidade triunfaria sobre a cordialidade.<sup>84</sup> (grifo nosso).

Essas análises nos remetem à revisão da posição política imputada a Holanda em uma tentativa de releitura que atualmente tem destacado um sentido conservador na versão original. Para além de estar informado filosoficamente no irracionalismo e no organicismo, o livro estaria politicamente próximo às teses do conservadorismo em torno dos argumentos de defesa da formação de uma nação sólida e orgânica a partir de um Estado pujante. *Raízes* chegou a ser, nessa nova onda de estudos, inclusive categorizada como texto de caráter “estatista orgânico” (Schlegel, 2017)<sup>85</sup>, afastando-se da leitura das raízes radicais.

Por essa definição, vinculada a uma concepção de Estado como variante na estratégia de análise comparativa entre as edições, Schlegel propôs que

---

<sup>83</sup> Consultar: WAIZBORT, Leopoldo. *Ibidem*, p. 57.

<sup>84</sup> FELDMAN, Luiz. *Ibidem*, p. 441.

<sup>85</sup> Cf. SCHLEGEL, Rogério. “*RAÍZES DO BRASIL*, 1936. O estatismo orgânico como contribuição original”. Luiz Feldman, em artigo a uma revista eletrônica, chegou a utilizar a terminologia “radical conservadora” para compreender a mensagem política do livro clássico, tendo por base a comparação das edições de 1936 e 1948. Ver: <https://www.revistaserrote.com.br/2015/10/o-radical-conservador-por-luiz-feldman/>. Consultado em 2/10/2018.



Da versão original, emerge a defesa de um **Estado forte**, de traços oligárquicos, **eventualmente autoritário**, que deve se compor com o emocionalismo “em contraponto” – uma imagem usada pelo autor que sugere linhas musicais independentes, mas em harmonia, como a partitura de diferentes instrumentos em uma orquestra. **As revisões para a segunda e terceira edições** consolidaram a representação do Estado como ariete contra o individualismo e o personalismo, uma instituição que deveria criar as condições para o **florescimento de uma democracia** impessoal no país.<sup>86</sup> (grifo nosso).

Em torno dessa noção de Estado, Schlegel apontou a posição de interlocução de Holanda com o debate autoritário dos anos 1930-40, cujas propostas de Estado tinham como modelo a centralização e o autoritarismo, desvinculando-o, portanto, naquele contexto, de uma posição marcadamente progressista.

O autor propôs que

Revolvidas as várias camadas de interpretação que contemporaneamente se interpõem entre o leitor e a obra, transparece um **intelectual mais próximo do pensamento autoritário** dos anos de 1930 do que do “radicalismo democrático” que lhe foi atribuído por Antonio Candido [...].<sup>87</sup> (grifo nosso).

Se o Estado forte não é a solução definitiva pretendida *a posteriori*, como o ensaio a partir da versão mais liberal de 1948 fez questão de reiterar, a constituição de uma sociedade integrada, formada por um Estado pujante, com capacidade de protagonismo, é ressaltado por Schlegel na compreensão do sentido político do livro original. Segundo o autor, “[...] na edição *princeps*, Holanda prescreve protagonismo para o Estado, mas subordinado às características mais essenciais da sociedade. Para resumir em uma expressão, defendo que a originalidade da obra está em seu ‘estatismo orgânico’”<sup>88</sup>.

Se não era a mesma categoria utilizada pelos pensadores autoritários brasileiros dos anos 1930, como Oliveira Vianna, que empregou a noção de “idealista orgânico” ao pensamento de base conservadora que propugnava a defesa da agência interventora do Estado sobre a sociedade, tal interpretação recolocava Holanda em diálogo aberto com seus contemporâneos. Essa tem sido a abordagem que retoma a interpretação do texto original e, em sua diacronia, haja vista a análise comparativa entre suas diferentes versões, propõe uma nova hipótese de leitura acerca da mensagem política de *Raízes* e do conteúdo ideológico do pensamento de seu autor.

Como síntese desse debate historiográfico, a postura de revisão do sentido político sustentado por Buarque de Holanda entre as modificadas versões do texto tornou-se recorrente

---

<sup>86</sup> Cf. SCHLEGEL, Rogério. *Ibidem*, p. 2.

<sup>87</sup> *Ibid.*, p. 2.

<sup>88</sup> *Ibid.*, pp. 2-3.

nas análises contemporâneas dedicadas à interpretação de *Raízes*. Se a direção democrática e liberal que as teses tomaram ao longo dessa incursão é hoje fato decisivo na compreensão do clássico, suas motivações seguem sendo pensadas mediante a conjugação de circunstâncias do contexto histórico exterior à produção da obra (a democratização do regime político pós-Estado Novo; industrialização acelerada) e fatores internos à estruturação do discurso, como a já citada viravolta na leitura de viés germanizada, e a própria remodelação do estatuto epistemológico do ensaio, que recebeu impulso de erudição histórica<sup>89</sup>.

Na esteira da perspectiva que tem reposicionado o lugar do texto canônico no pensamento social como construção democrática *a posteriori*, a partir de sua segunda edição, o ângulo interpretativo que propomos parte dessa reconfiguração do debate intelectual e político sobre as interpretações de *Raízes* e procurará apreender a dimensão temporal que orienta as alterações estabelecidas no livro, de modo a sustentar como hipótese a mudança na dinâmica da historicidade constitutiva da relação entre passado, presente e futuro (entre as raízes do *atraso* e as potencialidades da *modernização*) do ensaio como chave compreensiva da *reatualização* do texto no espelho de seu tempo. Atualizadas suas teses e suas raízes renovadas, radicalmente. É esse o olhar que conduz nossa dissertação em face da análise do texto.

---

<sup>89</sup> Em texto relativo ao exame das mudanças realizadas ao longo dos doze anos entre a primeira e a segunda edição de *Raízes*, Robert Wegner assinalou a tomada de amplitude histórica no desenho dos argumentos que o livro recebeu em 1948: “Assim, em geral, pode-se dizer que, a partir da segunda edição, *Raízes do Brasil* se tornou um livro ‘indeciso’ entre a forma do ensaio de caráter nacional e as explicações de alcance histórico-sociológico”. Ver: WEGNER, Robert. “Doze anos que abalaram as Raízes do Brasil”. In: MONTEIRO, Pedro Meira & SCHWARCZ, Lilia (orgs.). *Raízes do Brasil: edição crítica*, pp. 476-77.

### 3. A HISTORICIZAÇÃO DO DISCURSO EM *RAÍZES* COMO ATO HERMENÊUTICO DA ATUALIZAÇÃO DO TEXTO NO ESPELHO DO TEMPO

*“Para sair-me sofrivelmente das empreitadas que aceitei, teria de passar por isso [aplicação obstinada de leituras e releituras], sem me descuidar de desfazer depois as marcas do meu esforço ainda sensíveis. Parecia-me indispensável dissipar essas marcas, que eram como andaimes destinados a desaparecer na construção acabada”.*

(Sérgio Buarque de Holanda)<sup>90</sup>

*“O conhecimento histórico consistia [para Sérgio Buarque] na intersecção entre os problemas do presente, que envolviam o historiador, e sua observação participante nos valores da época passada. Estabelecia-se certa comunhão entre o sujeito (historiador) e o objeto do conhecimento histórico (o processo do devir)”.*

(Maria Odila Leite da Silva Dias)<sup>91</sup>

Durante a última década, a historiografia processou, como vimos, uma operação de releitura ampla de *Raízes do Brasil* orientada no sentido de interpretar as modificações realizadas por Sérgio Buarque ao longo de suas primeiras edições, tomando-as como forma de intervenção política em seus diferentes contextos sociais de inserção. Tendo em vista investigar as razões que conduziram essa profunda revisão levada a cabo pelo autor, a perspectiva comparativa das três primeiras versões do texto (a análise diacrônica das edições de 1936, 1948 e 1956) tem sido adotada como estratégia metodológica de verificação das mudanças políticas introduzidas pelo autor, sobretudo, no intervalo de doze anos entre a primeira e a segunda versão, considerado pelos intérpretes o momento-chave da transformação<sup>92</sup>.

Intérpretes como Luiz Feldman, Sérgio da Mata e Rogério Schlegel, por exemplo, têm demonstrado em estudos recentes que a natureza do processo de revisão do livro é de enfoque particularmente *político* no que concerne às alterações configuradas, em consonância com o contexto de transição democrática do país no período do pós-Estado Novo (1945) e à experiência mundial do pós-Segunda Guerra (1945), conjuntura política na qual a segunda edição do texto fora escrita. Compartilhando da importância dessa lente interpretativa nos

---

<sup>90</sup> Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Apresentação”. In: *Tentativas de Mitologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979, p. 16.

<sup>91</sup> Ver: DIAS, Maria Odila (org.). *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Editora Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, série História, 1985, p. 21.

<sup>92</sup> Para os intérpretes que tem protagonizado a releitura crítica das edições de *Raízes do Brasil*, a terceira edição – de 1956 – tem sido concebida como a versão definitiva no que concerne às modificações realizadas por Sérgio Buarque ao longo do texto, embora o grau de alteração tenha sido particularmente forte na revisão para a segunda edição publicada. Consultar: WEGNER, Robert. “Doze anos que abalaram as raízes do Brasil”. In: MONTEIRO, Pedro Meira & SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). *Raízes do Brasil: edição crítica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, pp. 471-477; NICODEMO, Thiago. *Os planos de historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. In: História da historiografia, Ouro Preto, n. 14, abril 2014, p. 46.

contributos que trouxe à compreensão da inflexão progressista do livro após 1948, nossa proposta pretende avançar no diagnóstico de um outro fator decisivo que atuou como força motriz da revisão de *Raízes*: a historicização do discurso como ato hermenêutico de desdobramento político na reconstrução do ensaio de Buarque de Holanda. Segundo esse entendimento, o texto foi refigurado tendo por foco a questão-chave da temporalidade, em recurso cuja configuração da dinâmica dos processos sociais que articulam o passado e o presente nacional passa a ser compreendida à luz de um movimento que entrava o desenvolvimento da sociedade, reforçando a presença do passado (e de suas heranças) no tempo presente – a temporalidade da dissolução.

Como proposta de releitura do texto no sentido de verificar a nova configuração temporal de sua interpretação, procederemos ao cotejamento das edições para demonstrar a divergente interação do livro com sua época (na perspectiva comparativa de 1936 e de 1948) a partir do prisma da densidade histórica que a argumentação adquiriu entre essas versões. Em torno dessa coordenada, processou-se uma nova leitura da história – da relação estabelecida entre o passado e o presente da sociedade brasileira, que foi reforçada no texto –, e delineou-se a mudança de direção da linha interpretativa conduzida por Sérgio Buarque em *Raízes* rumo a uma leitura mais radical e progressista do ponto de vista político, como já fora apontado, e mais historiográfica, no sentido de *historista*. Essa nova tendência a que o texto foi submetido impactou na semântica e na forma com que foram apresentados os argumentos ao longo da interpretação, o que pode ser percebido, sobretudo, nas questões referentes à dinâmica dos processos sociais de transformação do país, à organização da sociedade e do Estado brasileiro e ao tratamento da identidade nacional enquanto modo de comportamento social e político. É a nossa próxima tarefa examiná-los.

### 3.1. UMA NOVA LEITURA DE NOSSAS RAÍZES HISTÓRICAS: O PASSADO COMO “HERANÇA” E O PRESENTE COMO TEMPORALIDADE DA “DISSOLUÇÃO”

Mobilizado por uma lente amparada na perspectiva da História Intelectual, compreender o modo de interação entre o texto (*Raízes*) e sua época como discurso que constrói sentidos sobre a sociedade brasileira passou de objetivo da atividade hermenêutica a nossa problemática de pesquisa, na medida em que identificamos uma nítida modificação na leitura do passado nas versões mais recentes do ensaio. Nesta leitura, a narrativa histórica deixou de consubstanciar-se na interpretação do *já acontecido* enquanto fato marcante do passado nacional e projetou-se na forma de impasses e dilemas cuja dinâmica dos processos sociais, ao não haver cessado,

impacta no desenvolvimento presente da sociedade. Nesse novo molde, a historicidade inscrita no texto<sup>93</sup>, na própria tessitura da escrita – nesse caso, de *reescrita* – revela o sentido da revisão do livro que, ao introduzir uma nova orientação histórica à sua linha argumentativa, alterou politicamente o modo como a mensagem do texto se relacionava com seu contexto intelectual e social. Trata-se de uma revisão, portanto, antes histórica, nos termos da mudança na concepção de tempo que subjaz o redesenho das teses do livro, do que exclusivamente política.

Para fundamentar nossa releitura da obra a partir de uma compreensão propriamente histórica da revisão realizada por Sérgio Buarque, as categorias de *experiências* e *expectativas*, formuladas pelo historiador alemão Reinhart Koselleck, tornam-se dispositivos analíticos operacionais na medida em que possibilitam compreender a história como constructo cultural imaginado, no qual da tensão entre os dois conceitos propostos conforma-se o tempo histórico. Entre suas justificações, seu uso permite introduzir à análise a proximidade da percepção temporal dos agentes históricos como qualidade de um tempo antropológico do vivido.

Para Koselleck,

As condições de possibilidade da história real são, ao mesmo tempo, as condições do seu conhecimento. Esperança e recordação, ou mais genericamente, **expectativa** e **experiência** – pois a expectativa abarca mais que a esperança, e a experiência é mais profunda que a recordação – são constitutivas, ao mesmo tempo, da história e de seu conhecimento, e certamente o fazem mostrando e produzindo a relação interna entre passado e futuro, hoje e amanhã.<sup>94</sup> (grifo nosso).

[...] A experiência é o **passado atual**, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias.<sup>95</sup> (grifo nosso).

[...] Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é **futuro presente**, voltado para o **ainda-não**, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto.<sup>96</sup> (grifo nosso).

---

<sup>93</sup> Sobre o conceito, em uma perspectiva da análise de discurso, trata-se de pensar que “o que chamamos historicidade é o acontecimento do texto como discurso, o trabalho dos sentidos nele. Sem dúvida, há uma ligação entre a história externa e a historicidade do texto (trama de sentidos nele) mas essa ligação não é direta, nem automática, nem funciona como uma relação de causa-e-efeito. Não vemos nos textos os ‘conteúdos’ da história. Eles são tomados como discursos, em cuja materialidade está inscrita a relação com a exterioridade”. Ver: ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 3ª edição, 2001, p. 68. Como complementação a essa compreensão, em outro texto, Orlandi sustenta que “(...) se se pode pensar uma temporalidade, essa é a temporalidade interna, ou melhor, uma relação com a exterioridade tal como ela se inscreve no próprio texto e não como algo lá fora, refletido nele. Não se parte da história para o texto [...] se parte do texto enquanto materialidade histórica. A temporalidade (na relação sujeito/sentido) é a temporalidade do texto”. Cf. ORLANDI, Eni. *Discurso em Análise: Sujeito, Sentido, Ideologia*. São Paulo: Pontes, 2012, p. 113.

<sup>94</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 308.

<sup>95</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*, pp. 309-310.

<sup>96</sup> Idem., *ibidem*, p. 310.

À nossa vista, a concepção de historicidade que subjaz a abordagem koselleckiana pode ser contributo teórico para compreender o câmbio do discurso entre as duas primeiras edições do livro como uma forma encontrada pelo autor de reformular a interação do texto com seu contexto em torno de uma nova dimensão temporal. Essa perspectiva nos dispõe a perceber que o tempo, de fator que acompanha os processos de modernização e democratização da sociedade na edição de 1936, é promovido a eixo de uma leitura histórica da sociedade cujos desenhos da identidade nacional, da democracia e dos modelos de organização da sociedade e do Estado brasileiro recebem transformações substanciais, na medida em que as dinâmicas desses processos de mudança escalar abrem-se às potencialidades de desenvolvimento no presente. Em uma imagem a título de síntese, o ensaio adquire, nas versões posteriores à revisão efetuada, uma perspectiva de tempo que o dessencializa da ontologização do passado nacional<sup>97</sup> – radicado na formação do caráter nacional brasileiro, por exemplo – e abriga a dinâmica da mudança contida nos desdobramentos de processos sociais que ocorrem no presente, vivenciados pelo intérprete enquanto sujeito social, cuja semântica histórico-política é pôr em xeque, finalmente, a “velha” ordem ainda reinante<sup>98</sup>.

Lançando mão do conceito de experiência como aporte de uma lição da história para a compreensão da realidade político-social do país, Sérgio Buarque sustentou a posição de que, somente por meio do complexo de transformações estruturais da sociedade, criam-se as condições históricas de mudança efetiva que possibilita reorganizar a vida nacional.

Segundo Sérgio Buarque,

A experiência já tem mostrado largamente como a pura e simples substituição dos detentores do poder público é um remédio aleatório, quando não precedida e até certo ponto determinada por transformações complexas e verdadeiramente estruturais na vida da sociedade.<sup>99</sup>

Esse excerto, presente desde a primeira edição de *Raízes*, projeta o processo de transformação da sociedade como uma solução – um “remédio”, segundo o termo utilizado pelo autor –, ao problema diagnosticado – o desajuste entre a realidade social e os princípios políticos

---

<sup>97</sup> Em relação ao tratamento da própria forma ensaística do texto em meio ao conjunto de mudanças introduzidas por Sérgio Buarque desde a revisão da segunda edição, o crítico Robert Wegner sustentou que o texto ficou “indeciso entre a forma do ensaio de caráter nacional e as explicações de alcance histórico-sociológico”. Ver: WEGNER, Robert. “Doze anos que abalaram as raízes do Brasil”. In: MONTEIRO, Pedro Meira & SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). *Raízes do Brasil: edição crítica*, 2016, p. 477.

<sup>98</sup> Para o historiador Evaldo Cabral de Mello, o foco da mudança está na transição do discurso ensaístico de fundo sociológico ao discurso historiográfico, que aliás reverberaria, segundo ele, o próprio impulso da trajetória intelectual e acadêmica de Sérgio Buarque, voltada ao campo histórico. Consultar: MELLO, Evaldo Cabral de. “*Raízes do Brasil* e depois”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014 [1995], p. 225.

<sup>99</sup> Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, 27ª edição, p. 212.

e normas de conduta constitucionais que regem as instituições nacionais –, mas só foi acompanhado pela indicação de que esse processo social tem como temporalidade o *presente* a partir da edição revisada, de 1948. Na edição anterior, a definição era a de um fato marcante do passado, de duração já concluída, o que indica uma nova leitura da história. Aliás, a mudança efetuada no título de dois capítulos do livro (o terceiro e o quarto) manifestam essa ordem de preocupação – na primeira edição, o capítulo terceiro apresentava o título *O passado agrário* e o capítulo quarto *O passado agrário (continuação)*, substituídos, a partir da edição de 1948, respectivamente, por *Herança rural* e *O semeador e o ladrilhador*, o que desponta, sobretudo na avaliação do primeiro capítulo a sofrer alteração, a noção de que o passado torna a ser compreendido como herança ao tempo presente que ainda não “passou”, no sentido etimológico mais estrito do termo<sup>100</sup>. Abaixo, apresentamos a comparação entre duas passagens do texto onde se manifestam as concepções desse processo de transformação da sociedade, onde pode-se perceber o sentido da revisão realizada.

Para o autor, na edição revisada,

A grande revolução brasileira não é um fato que se registrasse em um instante preciso; é antes um processo demorado e que **vem durando** pelo menos há três quartos de século. Seus pontos culminantes associam-se como acidentes diversos de um mesmo sistema orográfico. Se em capítulo anterior se tentou fixar a data de 1888 como o momento talvez mais decisivo de todo o nosso desenvolvimento nacional, é que a partir dessa data tinham cessado de funcionar alguns dos freios tradicionais contra o advento de um novo estado de coisas, que só então se faz inevitável. Apenas nesse sentido é que a Abolição representa, em realidade, o marco mais visível entre duas épocas.<sup>101</sup> (grifo nosso).

Na edição original, ele afirmava que “a grande revolução não **foi** um facto [sic] que se pudesse assinalar [sic] em um instante preciso; **foi** antes um processo demorado e que **durou** pelo menos tres [sic] quartos de seculo [sic].”<sup>102</sup> (grifo nosso).

Na comparação entre os excertos, destacamos as três alterações relativas ao emprego dos tempos verbais na frase – da forma “foi” (em 1936) para “é” (após 1948), mudança que se repete uma vez, e da forma “durou” (conforme a 1ª edição) para o composto “vem durando” (desde a segunda versão) –, que revelam uma nova temporalização da tese de mudança social: a compreensão de que o processo que em 1936 Sérgio Buarque julgava como fato característico do século XIX nacional, por isso a conjugação verbal no tempo pretérito, a partir da segunda

---

<sup>100</sup> Para verificação, conferir a modificação realizada no título desses dois capítulos em: MONTEIRO, Pedro & SCHWARCZ, Lilia (orgs.). Op. cit., p. 117 e p. 161.

<sup>101</sup> Excerto retirado da edição de 2014, porém já revisado e apresentado nessa configuração final desde o reparo da segunda edição, de 1948. Ver: *Raízes do Brasil*, 2014, p. 204.

<sup>102</sup> Cf. HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 1ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936, p. 136.

edição recebeu a carga histórica de fenômeno atual (daí o uso dos termos “é” e “vem durando”, que sugerem sua vigência no presente), tornando-se responsável pela construção da sociedade brasileira contemporânea. Esse novo arranjo da composição dos verbos implica um dispositivo argumentativo que remete diretamente a uma nova densidade temporal do quadro de transformação social demarcado como o processo revolucionário nacional. Como acontecimento em curso, cujo fato da Abolição emerge como momento simbólico do complexo de modificação da estrutura econômica da sociedade, esse processo caracteriza-se por produzir, ao longo de seu desenvolvimento, um “novo estado de coisas”, isto é, uma nova ordem que, no presente, encontra-se em construção, na medida em que se está diante da dissolução de um modelo que ainda suscita ressonâncias.

Ao interpretar esse processo social que, conforme o autor, advém desde o Oitocentos nacional, Holanda classificou-o como uma *revolução lenta*:

Se a data da Abolição marca no Brasil o fim do predomínio agrário, o quadro político instituído no ano seguinte quer responder à conveniência de uma forma adequada à nova composição social. Existe um elo secreto estabelecendo entre esses dois acontecimentos e numerosos outros uma **revolução lenta, mas segura e concertada**, a única que, rigorosamente, temos experimentado em toda a nossa vida nacional.<sup>103</sup> (grifo nosso).

Sobre este ponto decisivo do texto – a leitura dessa transformação que Sérgio Buarque observava enquanto intérprete e “testemunha ocular” –, discute-se na historiografia a concepção ideológica da natureza do processo revolucionário em *Raízes*. Na interpretação de Sérgio Da Mata, em texto cuja intencionalidade nítida é a tentativa de “desmitologizar”<sup>104</sup> a primeira edição do livro do lugar de cânone democrático e aproximá-la do contexto conservador do debate intelectual de sua produção (nos anos 1930), o corte do processo teria coloração *conservadora*, porquê lento, concertado e sem sobressaltos que seriam de se esperar de fenômenos enquadrados como revolucionários<sup>105</sup>.

Sobre isto, Da Mata sustentou:

Em que há de consistir, portanto, a revolução brasileira? Na lenta superação do agrarismo e na ascensão da cidade que teria sido deflagrada em 1888. O que assistimos, assevera Sérgio, é um “lento cataclisma, cujo sentido parece ser o do aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura” (RdB, p.137), processo este que se confunde com “a transição para a ‘urbanocracia’” (RdB, p.45). O advento do novo se consumará quando nossas raízes forem fortes o suficiente para penetrar o

---

<sup>103</sup> Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 27ª edição, 2014, p. 203.

<sup>104</sup> MATA, Sérgio da. “Tentativas de desmitologia: a revolução conservadora em *Raízes do Brasil*”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2016, p. 14.

<sup>105</sup> Sobre a perspectiva das revoluções como momentos de aceleração do tempo, consultar: CATROGA, Fernando. *Op. Cit.*, pp. 24-25.



paralelepípedo, o cimento e o asfalto. **Há de ser uma revolução lenta, sem sobressaltos nem revolucionários. Uma revolução conservadora.**<sup>106</sup> (grifo nosso).

De outro ponto de vista, tendemos a nos aproximar da leitura feita por Gabriella Lima de Assis, que categorizou o processo revolucionário analisado no texto a partir de uma inclinação ideológica *liberal*, visto que a transformação, inevitável e “sem volta”, ainda que processada de forma lenta, projeta-se na construção de uma nova ordem.

Conforme Assis,

Há uma combinação da ideologia radical e da liberal. Sobre a necessidade de uma mudança profunda, o autor é radical; ele falou da necessidade de uma revolução. Em relação ao **ritmo dessa revolução, ele é liberal**, porque o autor caracteriza a **mudança como um lento processo.**<sup>107</sup> (grifo nosso).

Em convergência com a interpretação de Assis, sustentamos a posição de que a natureza do processo é *radical*, isto é, promove, em seu desenrolar, o deslocamento das raízes econômicas, sociais, políticas e culturais da nação em direção a um “novo estado de coisas”, para utilizar uma expressão do próprio Sérgio. Na compreensão da semântica da mudança revolucionária abordada no texto, a temporalidade se pluraliza – tratando-se de *temporalidades*<sup>108</sup> – em diferentes dinâmicas que dão conta de dimensões particulares do real: a temporalidade econômico-social, a política e a de instância cultural. Nesse sentido, se do ponto de vista do nível econômico e social a mudança já se apresenta realizada – por via da transição de uma estrutura agrária e escravocrata para a de predomínio urbano e livre –, conforme o próprio fato da Abolição selecionado como marco simbólico da transformação assinala, sob a perspectiva cultural o padrão de relações cordiais alinhadas a uma estrutura de fundo patriarcal e, no plano institucional, à ordem oligárquica não lograram desalojar-se da lógica personalista vigente, cuja lógica remontava à herança do estatuto colonial. Esse múltiplo das temporalidades – os diferentes “estratos do tempo”<sup>109</sup> – que moldam a experiência histórica

---

<sup>106</sup> Idem, ibidem, p. 14.

<sup>107</sup> ASSIS, Gabriella Lima de. “Raízes do Paraíso: uma análise whiteana de Sérgio Buarque de Holanda”. Tese de doutorado em História, UFMT, 2017, 223 f.

<sup>108</sup> A partir dessa noção pluralizada – “temporalidades” –, que defendemos como operacional à leitura de *Raízes*, criticamos a tese de que, no texto em foco, “a temporalidade trabalhada pelo ensaio de Buarque é rala”, como sustentou o crítico Alfredo Cesar Melo. Para ele, a dissolução no presente das raízes do passado indicava um processo linear e sequencial, contínuo, de pouca coexistência, quando, a nosso ver, é justamente a coexistência que rege o profundo estado de “transição” diagnosticado por Sérgio Buarque ao analisar a realidade social brasileira no texto. Para consultar a interpretação do crítico, ver: MELO, Alfredo Cesar. “Os mundos misturados de Gilberto Freyre”. *Luso-Brazilian Review*, vol. 43, n. 2, 2006, p. 42. Para uma concepção completamente distinta da elaborada por Melo, ver: WEGNER, Robert. “Um ensaio entre o passado e o futuro”. In: HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil – edição comemorativa de 70 anos*. Organização de Ricardo Benzaquen de Araújo e Lilia Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 350.

<sup>109</sup> Sobre a noção de “estratos do tempo”, metáfora espacial construída por Koselleck, defende-se a perspectiva da existência de uma infinidade de momentos temporais que compõem o “espaço de experiências” e o “horizonte de

brasileira estão *in process* de configurarem, na medida em que o processo carrega a potencialidade, uma mudança ampla e profunda da sociedade que será responsável por remodelar a nação rumo a uma organização social e política moderna, de feições burocráticas (impessoais) e democráticas.

Assim, em metáfora psicanalítica, é como se instássemos, finalmente, ao encontro das raízes que desenharam a nossa identidade social, cultural e política e vivêssemos a possibilidade de transformação/reinvenção do real. Se a condição de emergência do processo bem como as consequências que implica na desagregação da velha ordem colonial é de tipo radical, porque, em sentido marxiano<sup>110</sup>, altera as suas próprias raízes, a lógica do movimento, justamente por seu ineditismo na história do país e pela complexidade multidimensional que abarca (da esfera econômica à cultural), é *liberal* na medida em que seu ritmo é compassado, lento, sem provocar ruptura abrupta ou um momento rompante de aceleração do tempo na ordem social. A transformação é, definitivamente, processada.

Retomando Koselleck, poderíamos dizer que “uma experiência, uma vez feita, está completa na medida em que suas causas são passadas, ao passo que a experiência futura, antecipada como expectativa, se decompõe em uma infinidade de momentos temporais”<sup>111</sup>.

Em extensão à argumentação acerca do sentido da revolução *in process* no país, Sérgio Buarque sintetizou o fenômeno histórico sob o ponto de vista da observação de uma transição entre duas ordens, cuja duração da temporalidade, como acima tratamos, não é unívoca, e cuja manifestação não é por via de um rompante, uma irrupção catastrófica tipicamente revolucionária.

Sobre isto, afirmou o autor:

A forma visível dessa revolução não será, talvez, a das convulsões catastróficas, que procuram transformar de um mortal golpe, e segundo preceitos de antemão formulados, os valores longamente estabelecidos. É possível que algumas das suas fases culminantes já tenham sido ultrapassadas, sem que possamos avaliar desde já sua importância transcendente. Estaríamos vivendo assim entre dois mundos: um definitivamente morto e outro que luta por vir à luz.<sup>112</sup>

No excerto abaixo, a longa duração do processo de mudança social é explicitada, manifestando sua vivência enquanto testemunho de uma dissolução – “lento cataclismo”.

---

expectativas”. A concepção de tempo e sua duração é plural, múltipla e interconectada na fusão de uma nova temporalidade histórica. Consultar: KOSELLECK, Reinhart. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Ediciones Paidós, 2001.

<sup>110</sup> Referimo-nos à noção de que ser radical é ir ao encontro das raízes. Para Marx, a raiz para o homem é o próprio homem. Ver: MARX, Karl. *Crítica da filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010 [1843].

<sup>111</sup> KOSELLECK, R. *Futuro Passado*, p. 310.

<sup>112</sup> HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. 27ª edição, p. 215.

Afirmara Sérgio Buarque:

E efetivamente daí por diante estava melhor preparado o terreno para um novo sistema, com seu centro de gravidade não já nos domínios rurais, mas nos centros urbanos. Se o movimento que, através de todo o Império, não cessou de subverter as bases em que assentava nossa sociedade ainda está longe, talvez, de ter atingido o desenlace final, parece indiscutível que já entramos em sua fase aguda. **Ainda testemunhamos presentemente, e por certo continuaremos a testemunhar durante largo tempo, as ressonâncias últimas do lento cataclismo**, cujo sentido parece ser o do aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura para a inauguração de um estilo novo, que crismamos talvez ilusoriamente de americano, porque seus traços se acentuam com maior rapidez em nosso hemisfério.<sup>113</sup> (grifo nosso).

Neste argumento, que desenvolve a tese do processo revolucionário como um movimento de larga escala social e cultural, entende-se o seu sentido – *aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura* – como a configuração de um *ainda-não*, isto é, um “futuro-presente”<sup>114</sup>, para retomar a expressão koselleckiana. Assim, as experiências herdadas do passado – *as ressonâncias últimas do lento cataclismo* – constroem a cristalização de uma ordem contraposta ao modelo ibérico original no presente – o suposto americanismo.

Em termos da projeção que o processo recebe na lente interpretativa buarqueana, há uma *expectativa* cuja semântica política deriva de um prognóstico em que subjaz a dinâmica dos processos sociais em curso como fontes de uma história em constante fluxo, mutação – não é outra, por exemplo, a representação da imagem sugerida pelo autor quando a denomina de a “nossa revolução”<sup>115</sup>. Se o texto não é, porventura, acompanhado de um programa propriamente político, informado por diretrizes de ação no presente, como muitas vezes se esperou do livro dado o seu contexto de origem – cujos ensaios correntemente terminavam com uma proposta de solução político-institucional<sup>116</sup> – nem tampouco encerrado em um argumento incisivo e fechado, é de se ter em vista que a radicalidade da interpretação, conciliada a um ceticismo final weberiano<sup>117</sup>, que não se desdobra em uma projeção otimista, está em sua opção por uma

---

<sup>113</sup> Idem, ibidem, p. 204.

<sup>114</sup> Cf. KOSELLECK, *Futuro Passado*.

<sup>115</sup> Título do último capítulo da obra. Nessa perspectiva, mais do que fechar o argumento, abre-se radicalmente à transformação do presente. Cf. HOLANDA, Sérgio. “Nossa revolução”. In: *Raízes do Brasil*, 27ª edição, pp. 201-224.

<sup>116</sup> Cf. LAMOUNIER, Bolívar. “Formação de um pensamento autoritário na Primeira República”. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1990; COSTA, Valeriano. *Vertentes democráticas em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque*. In: Lua Nova – Revista de Cultura Política, nº 26, São Paulo, agosto 1992, pp. 219-248.

<sup>117</sup> Sobre o desfecho cético do livro, Pedro Meira Monteiro destacou: “Leia-se o final de *Raízes do Brasil*, e ver-se-á que poucas páginas de nossa literatura social são tão melancólicas”. “O brasileiro sem nenhum caráter: Sérgio Buarque de Holanda e o ‘homem cordial’”. In: RIBEIRO, Maria Thereza Rosa (org.). *Intérpretes do Brasil: leituras críticas do pensamento social brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001, p. 67.

mensagem *aberta*: aberta às transformações do presente, já imbricado no processo atual de redesenho de nossas raízes.

Estes argumentos recolhidos tornaram-se mais coerentes e sintonizados entre si após a revisão feita pelo autor que, ao introduzir uma abordagem mais histórica ao texto, permitiu que a mensagem do livro como um todo se tornasse mais radical e legitimamente aberta ao processo de transformação da sociedade. O peso do argumento histórico cristalizou o sentido do processo como trama inevitável da fabricação de uma organização social e política republicana que emerge como projeto de sociedade aspirado e, de forma mais explícita, desde a edição de 1948, tornado caminho redentor do complexo de transformação profunda (de dissolução das raízes) por que passava a realidade social desde fins do século XIX.

Procedendo à operação comparativa entre as edições, a partir de uma diferença sutil mas substancial na compreensão do tempo, a leitura acerca do papel do Estado e do modo como este se relaciona com a sociedade sofre novo impulso no interregno entre as duas edições.

Para Sérgio Buarque, após a revisão,

O Estado, entre nós, não precisa e não deve ser despótico – o despotismo condiz mal com a doçura de nosso gênio -, mas necessita de pujança e compostura, de grandeza e solicitude, ao mesmo tempo, se quiser adquirir alguma força e também essa respeitabilidade que os nossos pais ibéricos nos ensinaram a considerar a virtude suprema entre todas. Ele **ainda** pode conquistar por esse meio uma força verdadeiramente assombrosa em todos os departamentos da vida nacional. **Mas é indispensável que as peças de seu mecanismo funcionem com certa harmonia e garbo.**<sup>118</sup> (grifo nosso).

Na edição original,

O Estado, entre nós, de fato, não precisa e não deve ser despótico – o despotismo condiz mal com a doçura de nosso gênio – mas necessita de pujança e de compostura, de grandeza e de solicitude, ao mesmo tempo, se quiser adquirir alguma força e também [sic] essa respeitabilidade que os nossos paes [sic] ibéricos [sic] nos ensinaram a considerar como a virtude suprema entre todas. Ele pode conquistar por esse meio, e só por ele, uma força verdadeiramente assombrosa em todos os departamentos da vida nacional.<sup>119</sup>

A concepção do papel do Estado frente à organização da sociedade se vê alterada entre as edições sob o ponto de vista de relativizar sua força e capacidade de intervenção social a partir da segunda edição do texto, tornando o aparelho estatal dependente de determinadas condições de funcionamento da vida social para seu sucesso, de forma a nuançar um argumento que, se mantido inalterado, da maneira que se apresentava na primeira edição, acabaria por ser fortemente associado à tradição conservadora do pensamento social e político nacional, na

---

<sup>118</sup> Cf. HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*, 27ª edição, p. 210.

<sup>119</sup> Cf. HOLLANDA, Sergio. *Raízes do Brasil*, 1ª edição, p. 142.

medida em que poderia se depreender do texto a defesa de um “Estado forte”, princípio ordenador do pensamento de base conservadora. No texto, a relativização que defendemos como tônica da mudança realizada se manifesta a partir do emprego do advérbio “ainda” e da frase iniciada pela conjunção “mas”, os quais sugerem a existência de determinadas condições de possibilidade para o acontecimento desse fenômeno (o fortalecimento do Estado) e também supõem no presente certa presença do passado que interfere – ou, pelo menos, *ainda*<sup>120</sup> pode interferir – no curso dos processos sociais; no caso em tela, o aparelhamento político sobre a vida social.

A esse respeito, Rogério Schlegel destacou a metamorfose da concepção de Estado entre as duas primeiras edições de *Raízes* como promotora de um descolamento do texto da herança ibérica de constituição da sociedade colonial e uma reorientação de sua interpretação do Estado no sentido de entidade impessoal responsável pela construção da ordem pública democrática, como matriz contraposta ao personalismo oligárquico característico das relações sociais e políticas do país. Em torno dessa mudança capital, conforme o intérprete sustentou, produziu-se a reviravolta democrática do livro que deixa de ser *estatista orgânico* para se tornar *democrata radical*.

Conforme Schlegel,

A recuperação da primeira versão de *Raízes do Brasil* convida a cotejá-la com a produção que lhe foi contemporânea. O movimento revela um Sérgio Buarque de Holanda mais sintonizado com autores de seu tempo do que supõe a interpretação que se tornou convencional. Como sugere a comparação com *Força, cultura e liberdade*, o texto original mostra-se mais próximo do autoritarismo que vicejava no Brasil na década de 1930 do que do “radicalismo democrático raro naquela altura” que lhe atribuiu Antonio Candido ([1988] 2008, p. 34). Como se viu na segunda seção deste artigo, as metamorfoses do texto explicam em parte o mal-entendido. Afinal, as concepções de Holanda na primeira versão de *Raízes do Brasil* podem ser consideradas variação do que Oliveira Vianna chamou de “idealismo orgânico”.<sup>121</sup>

Ao perceber Holanda mais próximo dos pensadores autoritários da época mediante vários pontos convergentes com a versão original da obra, como, por exemplo, na referida concepção de Estado, Schlegel aproxima Sérgio Buarque da linhagem “idealista orgânica” do pensamento político nacional, com a ressalva da defesa em Holanda do primado da sociedade em face do Estado na construção da modernidade brasileira, o que o tornaria singular nesse

---

<sup>120</sup> Thiago Nicodemo apontou a presença do advérbio “ainda” nas versões posteriores do texto como força de reforçar uma articulação entre passado e presente que vislumbra um “horizonte de expectativa”, cujo ainda histórico cria mecanismos de entrave. Sobre isso, ver: NICODEMO, Thiago. *Os planos de historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. In: História da historiografia, Ouro Preto, n. 14, abril 2014, p. 48.

<sup>121</sup> Cf. SCHLEGEL, Rogério. “RAÍZES DO BRASIL, 1936. O estatismo orgânico como contribuição original”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 32, nº 93, fevereiro/2017, p. 29.

diálogo com os intelectuais conservadores da época e justificaria, do ponto de vista historiográfico, a construção de uma categoria analítica particular para a explicação de seu posicionamento – o *estatismo orgânico*:

A noção de **estatismo orgânico** que proponho contribui para individualizar sua obra da época [por defender a sociedade como responsável pelo processo de modernização nacional]. Supera o que há de paradoxal na concepção original de Oliveira Vianna – como ser idealista e orgânico ao mesmo tempo? –, contempla o protagonismo esperado do Estado e considera em sentido forte a perspectiva evolucionária da sociedade – na verdade, a prescrição de Holanda pode ser considerada mais orgânica do que outras propostas que se diziam orgânicas.<sup>122</sup> (grifo nosso).

Embora a interpretação de Schlegel tenha o mérito de pôr em diálogo o *Raízes* da primeira edição e seu autor com outros ensaístas seus contemporâneos de debate, particularmente os intelectuais conservadores e autoritários que demarcavam o campo político e intelectual de sua época<sup>123</sup>, o que representa um avanço importante do ponto de vista da historiografia intelectual ao reconstruir com maior precisão os contextos de debate dos textos<sup>124</sup>, sua tese enfrenta problemas ao sustentar, ao mesmo tempo, a metamorfose do Estado como ponto capital da revisão do texto – passando de um Estado forte, oligárquico e orgânico/funcional com relação à sociedade na primeira edição a um Estado impessoal e promotor de instituições liberal-democráticas a partir da segunda versão – e defender a preeminência da sociedade no papel de indução da modernização brasileira como valor constante às modificadas edições, incólume ao processo de revisão levado a cabo. Em que medida, portanto, a defesa de um Estado forte – categoria muito empregada por intelectuais autoritários em suas propostas de recriação institucional do Estado nos anos 1930 – permite-se conciliar com a valorização do primado da sociedade no desenvolvimento do país? Corre-se o risco, a nosso ver, de promover-se, assim, um espelhamento dos posicionamentos do debate e tomar posições que se aproximam em algumas temáticas como idênticas, em um ângulo de análise que, por tornar central o papel do Estado na interpretação das motivações da revisão, dimensiona em alta monta a sua transformação.

---

<sup>122</sup> Cf. SCHLEGEL, Rogério. *Ibidem*, p. 31.

<sup>123</sup> Schlegel, ao analisar diacronicamente as edições de *Raízes*, reconstitui o debate com Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Nestor Duarte. Sobre Vianna, chega a afirmar que o autor foi “miniaturizado” no texto após a revisão. Ver: *Op. cit.*

<sup>124</sup> A esse respeito, consultar: SKINNER, Quentin. *Visões da política: sobre os métodos históricos*. DIFEL: Difusão Editorial, 2005, v. 1.

### 3.2. AS TEMPORALIDADES RADICAIS DA NAÇÃO EM *RAÍZES DO BRASIL: A RECONFIGURAÇÃO DA DEMOCRACIA E DA IDENTIDADE NACIONAL NA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA*

Se, como vimos, a concepção do Estado é alterada de forma a conceber seu eventual fortalecimento como uma ressonância histórica do complexo ibérico formativo da nação brasileira, consubstanciada no uso do “ainda” como possibilidade ressaltada da presença de um passado que sobrevive no presente, essa mesma linha diretriz de interpretação histórica revisa o modo como a forma política democrática foi adaptada ao contexto nacional. Como exemplificação, o comparativo abaixo relativo às passagens sobre esse tema, respectivas à versão corrigida e à versão original, lança luz ao movimento geral de realinhamento do texto.

Na versão revisada,

A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de **acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios** que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos.<sup>125</sup> (grifo nosso).

Na 1ª edição, assim estava colocado:

A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semi-feudal importou-a e tratou de **acomodar-se como lhe fosse possível às suas leis**, que tinham sido justamente a bandeira de combate da burguesia europeia contra os aristocratas, e isso só porque essas leis pareciam as mais acertadas para a época e eram exaltadas nos livros e nos discursos.<sup>126</sup> (grifo nosso).

Nesse comparativo, mudou a perspectiva de como o modelo democrático foi acomodado no país: na edição revisada, o ângulo de adaptação parte do sistema político moderno e dirige-se à realidade brasileira pela ação da elite política da época – “a aristocracia rural e semifeudal” – como um movimento de fora para dentro em que a democracia é transplantada e conformada à lógica de poder oligárquico característica do contexto nacional; na edição original, o movimento de transplantação democrático levou a que a aristocracia se acomodasse aos princípios do modelo político (“às suas leis”). A revisão, ao alterar o giro de perspectiva do argumento, parece lançar luz sob outro aspecto sistematicamente revisitado por Holanda: a lógica organicista e, poderíamos acrescentar, realista/naturalista de algumas de suas argumentações. Nesse excerto em específico, ao inverter o processo de transplantação da democracia ao caso brasileiro, duas conclusões podem ser inferidas, ainda que aparentemente

---

<sup>125</sup> Cf. HOLANDA, *Raízes do Brasil*, 27ª edição, p. 192.

<sup>126</sup> Cf. HOLLANDA, *Raízes do Brasil*, 1ª edição, p. 122.

a modificação do parágrafo soe tênue: em primeiro lugar, o afastamento retrospectivo de uma linha realista-organicista de interpretação, tendo em vista que o problema anteriormente estava colocado na inadaptação da democracia ao ambiente social do país, isto é, na sua falta de organicidade à realidade social a que se destinava, e não propriamente na dominação política de uma aristocracia rural e semifeudal local, na medida em que, segundo o autor, o sistema moderno destoava do meio.

Com a alteração, por meio do emprego sutil de novos advérbios e da mudança da flexão verbal (“*onde fosse possível*” [pós-1948] x “*como lhe fosse possível*” [1936] e “*acomodá-la*” [pós-1948] x “*acomodar-se*” [1936]), o problema passa a ser colocado não mais na inadaptação *ad totum* da democracia à formação histórico-social do país, mas na forma política tradicional e oligárquica que regia as relações de poder na sociedade brasileira e, não obstante, tentava modernizar-se por via da adoção de um sistema democrático que era, no contexto, considerado bandeira da modernidade; por isso o recurso operacional de acrescentar à frase expressões como “fachada” ou “decoreção externa”, o que desloca o sentido do argumento e denota, em segundo lugar, uma crítica radical à inexistência de democracia no país por via da referência às relações de poder personalistas e oligárquicas, e não mais pelo recurso à tese da incompatibilidade de origem do modelo a nossa realidade. Assim nasce, progressivamente, a defesa radical da democracia no texto buarqueano, inclusive no que lhe é constitutivo do pensamento liberal, elemento que o tornaria reconhecido como o intérprete progressista (por dentro do modelo democrático) do pensamento social brasileiro desde a apreciação com nítidos contornos de seleção do cânone (panteão) produzida pelo prefácio famoso de Candido à quinta edição de *Raízes*.

Avançando no tratamento da democracia em relação ao ambiente social brasileiro, Sérgio Buarque realizou outra modificação que está sintonizada à questão da temporalidade como fio condutora de uma reflexão que se torna mais representativa de uma interpretação histórica. O passado como herança, imagem que defendemos como elemento explicativo da semântica histórico-política da revisão, é pensado como empecilho ao desenvolvimento da democracia, que, para tanto, necessita como condição de emergência da dissolução da velha ordem concebida como o modelo do atraso.

Segundo Sérgio Buarque,

Uma superação da doutrina democrática só será efetivamente possível, entre nós, quando tenha sido vencida a antítese liberalismo-caudilhismo. **Essa vitória nunca se consumará enquanto não se liquidem, por sua vez, os fundamentos personalistas e, por menos que o pareçam, aristocráticos, onde ainda assenta nossa vida social. Se o processo revolucionário a que vamos assistindo, e cujas etapas mais**



**importantes foram sugeridas nestas páginas, tem um significado claro, será este o da dissolução lenta, posto que irrevogável, das sobrevivências arcaicas, que o nosso estatuto de país independente até hoje não conseguiu extirpar. Em palavras mais precisas, somente através de um processo semelhante teremos finalmente revogada a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as consequências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar.**<sup>127</sup> (grifo nosso).

Nesta passagem, a noção do passado entendido como herança matricial do personalismo e de uma ordem social “colonial e patriarcal”, nos termos do autor, vigente no presente, o qual, por sua vez, é representado pela imagem da “dissolução lenta, posto que irrevogável, das [dessas] sobrevivências arcaicas”, sinalizam, mais uma vez, a nova leitura da história que a revisão do texto notabilizou: o passado adquire o sentido de experiência a ser encerrada, “extirpada”, no uso do autor, na medida em que processos que derivam de condições sociais já vivenciadas ainda presidem e constroem o desenvolvimento da nação não sob a forma de lembrança, mas como experiência de alcance contemporâneo – conforme a expressão de efeito temporal “até hoje”, introduzida a partir da segunda versão, sugere fortemente; no presente, portanto, vive-se o momento dilemático de dissolução da ordem que permita a emergência do novo; e o futuro é, inegavelmente, o caminho da superação de nossas raízes, o que, no contorno do texto, requer a vitória (e o desafio a ela atrelado) de “superação da doutrina democrática”. Essa discussão, componente do excerto acima manifesto, que destacamos em negrito e a que dedicamos a análise mais detida, foi incluída a partir da edição revisada de 1948, com alguns retoques a nível de ajuste (não estruturais no que tange ao sentido do argumento) na terceira edição, de 1956, que tornou definitiva a forma com que o argumento foi apresentado para as versões posteriores do clássico<sup>128</sup>.

Deste ponto de vista, a história é delineada como fenômeno hermenêutico que representa a tensão de um passado que se *presentifica* e, assim, se *atualiza* na contemporaneidade (“passado atual”, conforme a expressão koselleckiana) a partir da imagem de experiências inacabadas e dilemas não resolvidos que se desdobram em um presente crítico cujos impasses e aporias entravam o desenvolvimento da sociedade no sentido de seu avanço democrático, haja vista a sobrevida de reminiscências do estatuto colonial herdado. Nessa acepção, é o contexto emergente – percebido como experiência problemática – que mobiliza a operação historiográfica de identificar os traços herdados de estruturas passadas que, não obstante, a dinâmica dos processos sociais em curso não logrou superar, suscitando, como consequência,

---

<sup>127</sup> HOLANDA, *Raízes do Brasil*, 27ª edição, pp. 214-15.

<sup>128</sup> Sobre isso, consultar: MONTEIRO, Pedro Meira & SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). *Raízes do Brasil: edição crítica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, pp. 317-18. Cf. SCHLEGEL, Rogério. “RAÍZES DO BRASIL, 1936. O estatismo orgânico como contribuição original”, p. 11.

ressonâncias no tecido social. Este é, em termos capitais, o sentido que defendemos para compreender o pensamento histórico de Sérgio Buarque, cuja postura tornou-se mais radical e explícita a partir das modificações substanciais realizadas no arco da segunda edição do texto.

Em outra passagem, relativa à interação entre as ideias e a vida social, a mudança introduzida assinala, mais uma vez, o ritmo temporal que foi aplicado, dessa vez, à tese da importação de modelos políticos e culturais estrangeiros no caso brasileiro, imbricando a atualidade a partir dessa prática política regular da história nacional. Na revisão realizada pelo autor, podemos ler “Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos **ainda hoje** uns desterrados em nossa terra”<sup>129</sup> (grifo nosso). Todavia, na primeira edição do texto, encontrava-se assim exposta a tese de abertura do livro: “Trazendo de países distantes as nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão de mundo e timbrando em manter tudo isso em um ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos uns desterrados em nossa própria terra”<sup>130</sup>.

A expressão “ainda hoje”, inserida a partir da terceira edição do livro<sup>131</sup>, produz uma atualização na pertinência do sentimento de exílio, de um ser *desterrado* que presencia o descolamento da realidade social em relação à forma institucional e ao universo de ideias, sistematicamente, importados como modelos a serem aplicados no país. Mais uma vez, costura-se a presença do passado na órbita do presente.

Atingido diretamente pelas alterações do texto, o personalismo enquanto traço da identidade nacional que molda a vida social e política perde, a partir da revisão, a qualificação de noção essencialmente positiva do caráter nacional (em um tom outrora elogioso) e adquire um cariz de força potencialmente positiva, relativa, para tanto, ao cenário em que é lançada mão; em síntese, a tese acaba por ganhar dimensão histórica e se vê esvaziada de uma perspectiva de teor culturalista e mais essencialista de fundo.

Sobre isso, afirma Sérgio Buarque:

É inegável que em nossa vida política o personalismo **pode ser em muitos casos** uma força positiva e que ao seu lado os lemas da democracia liberal **parecem** conceitos

---

<sup>129</sup> Cf. HOLANDA, *Raízes do Brasil*, 27ª edição [1956], p. 35.

<sup>130</sup> HOLLANDA, *Raízes do Brasil*, 1ª edição, p. 3 *apud* SCHLEGEL, Rogério. Op. cit., p. 15.

<sup>131</sup> Sobre o processo de revisão referente à tese de abertura do livro, analisando-se as mudanças introduzidas no texto, conferir a seguinte análise: ROCHA, João Cezar de Castro. “O exílio como eixo: bem-sucedidos e desterrados ou Por uma edição crítica de *Raízes do Brasil*”. In: MONTEIRO, Pedro M. & EUGÊNIO, João Kennedy. *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; RJ: EdUERJ, 2008, p. 249.

puramente ornamentais ou declamatórios, sem raízes fundas na realidade.<sup>132</sup> (grifo nosso).

Na edição original, estava assim definido:

Entre nós, já o dissemos, o personalismo é uma noção positiva – **talvez a única verdadeiramente positiva que conhecemos**. Ao seu lado todos os lemas da democracia liberal **são** conceitos puramente decorativos, sem raízes profundas na realidade.<sup>133</sup> (grifo nosso).

Analisando as citações a partir de sua perspectiva original, da versão primeira, ao cotejamento com a versão das edições posteriores ao processo de revisão, destacamos as diferenças claras existentes na mensagem política em foco: de elogio ao personalismo como traço fundamental e positivo – “noção positiva” – da identidade nacional, no intervalo de doze anos em face da revisão, ele passa a se configurar como traço potencialmente positivo – “[...] *pode ser em muitos casos*” – justamente na medida em que os padrões universalizantes do modelo liberal-democrático não criaram aqui raízes orgânicas no nosso modo de ser e de comportamento político. Nesse sentido, justifica-se a eliminação da expressão destacada – “*talvez a única verdadeiramente positiva que conhecemos*” – e dá-se o emprego do verbo “parecer” – que transparece uma impressão, não um julgamento definitivo – no lugar do verbo “ser” – que mais parece definir uma essência – na versão corrigida. Apesar de não cotejar as edições na fundamentação de sua interpretação, o crítico Roberto Vecchi chamou a atenção para a persistência do personalismo como o principal obstáculo à implantação da democracia no país, sentido que, como visto acima, só tem sua razão de ser a partir da segunda edição de *Raízes*. Vecchi afirmou que “[...] Sérgio depreende que o vigor do caudilhismo e das oligarquias confirma a persistência dos fundamentos personalistas que representa o principal entrave ao estabelecimento da democracia”<sup>134</sup>.

Em extensão ao comparativo acerca da noção de personalismo ao longo das edições, a sequência da argumentação referente à interação entre esse traço identitário e o liberalismo na vida social brasileira revela uma postura menos taxativa (e negativa) de Holanda com relação ao personalismo no passar do tempo. Veja-se:

Isso explica como, entre nós e, em geral, nos países latino-americanos, **onde quer que** o personalismo – ou a oligarquia, que é o prolongamento do personalismo no espaço e no tempo – conseguiu abolir as **resistências liberais**, assegurou-se, por essa forma,

<sup>132</sup> HOLANDA, *Raízes do Brasil*, 27ª edição, p. 218.

<sup>133</sup> HOLLANDA, *Raízes do Brasil*, 1ª edição, p. 152.

<sup>134</sup> Consultar: VECCHI, Roberto. “Contrapontos à brasileira: *Raízes do Brasil* e o jogo das metáforas”. In: MONTEIRO, Pedro Meira & EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008, p. 374.

uma estabilidade política **aparente**, mas que de outro modo não seria possível.<sup>135</sup> (grifo nosso).

Na primeira edição, Sérgio havia apontado:

Isso explica bem como nos paizes [sic] latino-americanos, **onde o** personalismo – ou mesmo a oligarchia [sic], que é o prolongamento do personalismo no espaço e no tempo – conseguiu abolir as **resistencias** [sic] **da demagogia liberal**, acordando os instintos [sic] e os sentimentos mais vivos do povo, tenha assegurado, com isso, uma estabilidade política que de outro modo não teria sido possível.<sup>136</sup> (grifo nosso).

Comparando as duas passagens, pode-se perceber a maior relativização quanto ao poder de atuação do personalismo enquanto fenômeno cultural latino-americano, acrescentando-se ao advérbio “onde” à expressão “quer que”, o que apresenta o propósito de uma conjectura, uma possibilidade, e não mais uma certeza, e o adjetivo “aparente” ao lado da expressão “estabilidade política”, o que nuança o peso do personalismo – uma estabilidade aparente, mais do que afirmada, como estava na primeira edição – e, em associação, reduz a crítica do liberalismo como ideologia supostamente abstrata e mitológica – isto é, universalizante, artificial, ilusória – ao contexto de inadaptação à realidade social do país; na primeira versão, a vitória do personalismo ao “abolir as resistencias [sic] da demagogia liberal” representava a superação de um sentimento vivo, realista do povo às pretensões de uma plataforma política e ideário “inorgânico”, por isso o tom elogioso ao personalismo de outrora era coerente com a lógica do argumento. Essa alteração é bastante significativa na medida em que a crítica ao liberalismo era um ponto central na tradição de pensamento conservador e autoritário brasileiro, que apontava o artificialismo das instituições do modelo liberal da Primeira República e o “amorfismo” (desorganização) da sociedade civil, associada nessa interpretação ao problema da ordem política e da organização do poder político no país.

Em suma, no argumento autoritário, o problema estava na importação do ideário liberal a uma realidade social incompatível, e não propriamente na realidade local<sup>137</sup>. A retirada de termos enfáticos como “demagogia” no parágrafo destinado à revisão, substantivo ligado na frase à ideologia liberal, “instintos” e a expressão “sentimentos mais vivos” sinaliza a suavização da crítica radical até então ao liberalismo nas versões atualizadas do texto, na medida em que a defesa das perspectivas do vitalismo, espontaneísmo e organicismo

---

<sup>135</sup> HOLANDA, *Raízes*, 27ª edição, pp. 218-19.

<sup>136</sup> HOLLANDA, *Raízes*, 1ª edição, p. 152.

<sup>137</sup> Para uma interpretação clássica da formação do pensamento autoritário do período assinalado, ver: LAMOUNIER, Bolívar, Op. cit. Sobre a crítica da cópia – abordagem que caracterizou a negativa da importação de modelos político-institucionais liberais ao país no pensamento conservador, consultar: RICUPERO, Bernardo. “A crítica da cópia em Oliveira Vianna”. In: ABREU, Luciano & SILVEIRA, Helder. *De Vargas aos Militares: autoritarismo e desenvolvimento econômico no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, pp. 19-44.

correspondiam, à época, a estruturas modulares do pensamento conservador, conforme apontam alguns de seus intérpretes<sup>138</sup>.

Mais do que propriamente uma posição pessoal no debate intelectual da época, esse diagnóstico e sua presença na linguagem política utilizada pelo intérprete demarcava o universo de discussão política do contexto, marcado pela forte crise do sistema liberal no país e no mundo, como atesta a historiografia sobre o tema<sup>139</sup>. Por essa razão, desvencilhar-se de críticas ao liberalismo, como a realizada na edição de 1936, parece ter sido uma opção adotada tendo em vista o horizonte de enquadramento democrático do livro. Se remontarmos à experiência política e social generalizada do pós-1945 no contexto brasileiro e internacional, a crise dos regimes autoritários, derrotados na Segunda Guerra, alastrou-se nos contextos nacionais como modelos superados em face da aurora liberal-democrática, a qual promovia a primeiro plano o direito às liberdades e a defesa das conquistas democráticas dos direitos humanos recém-instituídos. Em jogo, estava a tentativa de delimitação do conceito de democracia e um possível esclarecimento acerca das divergências teóricas e políticas que essa noção apresentava no contexto de disputa ideológica dos modelos soviético e do liberal capitalista<sup>140</sup>.

Segundo Sérgio Buarque,

São essas, em suma, algumas das muitas questões constantes do documento que, em fins de 1948, a Unesco distribuiu largamente a estudiosos do mundo inteiro, acompanhando uma carta-circular de seu então diretor-geral, Julian Huxley. Nelas a palavra “democracia” assume papel saliente, o que não será em realidade para estranhar, quando se considere que ela representa a palavra-chave para o exame dos problemas mundiais de nosso tempo.<sup>141</sup>

Essa preocupação presentista com os “problemas de seu tempo”, para retomar a expressão utilizada no excerto acima, torna-se objeto recorrente da preocupação de Holanda em sua fase propriamente de historiador<sup>142</sup>, mas já pode ser, de certa forma, antecipada no zelo que teve ao esvaziar das reedições de seu texto o *lugar do comum*<sup>143</sup> da época de sua constituição original. Antonio Candido afirmou este aspecto histórico – a preocupação com o presente na

---

<sup>138</sup> WAIZBORT, Leopoldo. “O mal-entendido da democracia. Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil, 1936*”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 26, n° 76, junho 2011; MATA, Sérgio. Op. cit.

<sup>139</sup> Ver: BAUMER, Franklin. *O pensamento europeu moderno: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Edições 70, s/d, vol. II.

<sup>140</sup> Sobre isso, cf. HOLANDA, Sérgio B. “Os problemas da democracia mundial”. In: COSTA, Marcos (org.). *Para uma nova história: textos de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004 [1949], p. 22.

<sup>141</sup> Cf. HOLANDA, Sérgio. *Ibidem*, p. 24.

<sup>142</sup> Evaldo Cabral de Mello interpretou a mutação da trajetória intelectual de Sérgio a partir de *Raízes do Brasil* como uma transição entre o discurso sociológico e o historiográfico. Ver: “*Raízes do Brasil e depois*”, 2014 [1995], pp. 225-230.

<sup>143</sup> Expressão utilizada por Maria Stella Bresciani. Ver: BRESCIANI, Maria S. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Viana entre os intérpretes do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2005.

produção do texto – como uma das conjunções políticas características do pensamento de Sérgio Buarque.

Para Candido,

Se eu estiver extrapolando mais do que o permitido à especulação intelectual, registre-se que ao menos uma coisa é certa: *Raízes do Brasil* foi a única das “explicações do Brasil” daquele tempo **composta em função do presente**. Mais ainda: a referência ao presente se orientava por uma percepção aguda da dialética latino-americana em geral, brasileira em particular, da insubordinação e da submissão, cuja consequência política é o jogo de autoritarismo e rompante libertário.<sup>144</sup> (grifo nosso).

Esse zelo por parte do autor impacta no horizonte epistemológico das teses, que recebem um impulso histórico mobilizador da atualização de questões do livro conforme o tempo que o engendra. Em uma palavra, revela uma atitude de hermeneuta, visto que promove a (re)adequação do texto, do ponto de vista político, aos problemas de seu *novo* tempo. Isso repercute, por exemplo, no ato de nuançar posições que, se no debate original estavam em diálogo aberto com outros ensaístas do período<sup>145</sup>, como por exemplo Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, em uma atmosfera política de tendência fortemente conservadora<sup>146</sup>, foram rearranjadas (isto é, *historicizadas*) visando à sua atualização em face de outro contexto intelectual, político e social radicalmente diferente – o pós-1945 no Brasil e no mundo –, o que implica seu posterior *enquadramento* progressista no tempo e em sua recepção pela tradição que o cristalizou como cânone interpretativo.

Desse modo, a reformulação (por via do acréscimo e da supressão) do discurso na utilização de conceitos e vocábulos que constituíam o horizonte do pensável – de “expectativas” brasileiro – do debate intelectual de seu contexto de produção emerge como uma das plataformas de modificação do texto, desvencilhando-se de posições que, no plano de sua revisão, estavam associadas às linhagens conservadoras e autoritárias do pensamento nacional. O ato de revisão promoveu seu reconhecimento, desde então, pela crítica especializada e pelo

---

<sup>144</sup> Cf. CANDIDO, Antonio. “A visão política de Sérgio Buarque de Holanda”. In: MONTEIRO, Pedro M. & EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008, p. 35.

<sup>145</sup> Sobre o diálogo com a tradição conservadora e autoritária, referimo-nos especialmente a Gilberto Freyre e Oliveira Vianna, outros intérpretes da sociedade brasileira que, no contexto de produção fecundo dos ensaios, entre os anos 1920-40, tinham posições destacadas. Sobre a interpretação de *Raízes* de 1948 afastar-se do diálogo principalmente com a leitura freyreana da sociedade, ver: NICODEMO. Op. cit., p.

<sup>146</sup> Cf. CASSIMIRO, Paulo Henrique. *A Revolução Conservadora no Brasil. Nacionalismo, Autoritarismo e Fascismo no pensamento político brasileiro dos anos 30*. In: Revista Política Hoje, UFPE, vol. 27, edição especial, 2018, pp. 138-161; SANTOS, Wanderley Guilherme. *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. Rio de Janeiro: Duas Cidades, 1978.

grande público como pensador por excelência da vitalidade da democracia como forma política compatível à realidade social brasileira<sup>147</sup>.

A extensão do descolamento desse influxo organicista de que a obra estava vinculada em termos da linguagem política do debate intelectual pode ser medida na supressão de vocábulos correntes dos anos 1930, coordenadas da perspectiva conservadora que interpretava a sociedade como organismo social a ser moldado em suas diferentes fases evolutivas. Entre eles, expressões como “corpo social” e “orgânico” foram retirados das versões mais contemporâneas do texto, cuja mensagem política não mais estava sintonizada com o uso daqueles conceitos que, de certa forma, prendiam-no a um passado essencializado, de feição naturalista.

Na versão revisada, o argumento estava assim sintetizado: “Todo o nosso pensamento dessa época revela a mesma fragilidade, a mesma inconsistência íntima, a mesma indiferença, no fundo, ao **conjunto social**; qualquer pretexto estético serve-lhe de conteúdo”<sup>148</sup> (grifo nosso). Já na versão de 1936, “Todo o nosso pensamento dessa época revela a mesma fragilidade, a mesma inconsistência [sic] íntima, a mesma indiferença, no fundo, ao **corpo social**; todo pretexto estético [sic] pode servir-lhe de conteúdo [sic]”<sup>149</sup> (grifo nosso).

A comparação se torna mais elucidativa se percebermos que essa é uma medida recorrente da revisão, presente em vários outros argumentos ao longo da obra. No mesmo propósito, orienta-se a modificação apresentada abaixo:

Daí o melancólico silêncio a que ficou reduzida a casta de homens que no tempo do Império dirigia e animava as instituições, assegurando ao conjunto nacional certa **harmonia** que nunca mais foi restaurada.<sup>150</sup> (grifo nosso).

Na edição *princeps*, assim encontrava-se:

Dahi [sic] o melancólico [sic] silêncio [sic] a que ficou reduzida a casta de homens que no tempo do Imperio [sic] dirigia e animava as instituições, assegurando ao conjunto nacional uma certa **solidez organica** [sic], que nunca mais foi restaurada.<sup>151</sup> (grifo nosso).

---

<sup>147</sup> Em artigo recente, o reconhecido politólogo Leonardo Avritzer reforça a tese de Sérgio Buarque acerca da compatibilidade entre a formação nacional e a democracia para analisar as reviravoltas contemporâneas das instituições políticas nacionais à luz de um projeto de aprofundamento social democrático. AVRITZER, Leonardo. “O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018”. In: *Novos Estudos* CEBRAP, São Paulo, v. 37, n. 02, pp. 273-289, maio-agosto 2018.

<sup>148</sup> HOLANDA, *Raízes*, 27ª edição, p. 195.

<sup>149</sup> Idem, *Ibid.*, 1ª edição, p. 126.

<sup>150</sup> HOLANDA, *Raízes*, 27ª edição, p. 209.

<sup>151</sup> Idem. *Ibid.*, 1ª edição, p. 141.

A palavra *harmonia* ingressa no texto como lance de substituição à expressão “solidez orgânica”, carregada, por sua vez, fortemente pelo debate da época, com tonalidades conservadoras e mesmo autoritárias em termos da metáfora “biologicista” de fundamentação do pensar. Ao substituir a expressão “corpo social” por “conjunto social”, não é outra a zona de preocupação do autor: o organicismo explícito não condizia mais com a experiência liberal e democrática brasileira do período pós-1945.

Em outra passagem do texto, sintonizada com essa perspectiva, a forma de pensar organicista fica evidente como uma das coordenadas estruturantes da linha interpretativa da primeira versão do texto buarqueano.

Se na edição contemporânea compreendeu-se que

Em sociedade de origens tão nitidamente personalistas como a nossa, é compreensível que os simples vínculos de pessoa a pessoa, independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre os indivíduos, tenham sido quase sempre os mais decisivos. As agregações e relações pessoais, embora por vezes precárias, e, de outro lado, as lutas entre facções, entre famílias, entre regionalismos, faziam dela um **todo incoerente e amorfo**.<sup>152</sup> (grifo nosso).

Na primeira edição, a presença de uma concepção organicista era nítida. Veja-se:

Nossa sociedade era, assim, um **organismo amorfo e invertebrado**, apenas revolvido aqui e ali, frequentemente, pelas lutas entre facções, entre regionalismos e entre famílias poderosas, que se disputavam a preeminência ou que tinham contas a ajustar.<sup>153</sup> (grifo nosso).

A abordagem da sociedade brasileira e de seus problemas fundantes recebeu nova orientação, deixando para trás, como traço do passado a ser esquecido, a visão de um ser biológico “imaturo”, malformado e sem a disposição de uma linha hierárquica que a tornasse funcional – por isso *inorgânica* ou “invertebrada”, conforme estava inscrito na análise, recorrendo-se a palavras enraizadas na linguagem política autoritária da época<sup>154</sup> – para assumir os contornos de um produto do processo histórico, derivado de condições culturais e sociológicas do meio dominado pelo padrão de relações primárias desde a sociedade colonial. Nesse sentido, o redesenho do argumento, ao eliminar o vestígio autoritário das expressões – a

---

<sup>152</sup> HOLANDA, *Raízes*, 27ª edição, p. 71. Segundo a análise diacrônica minuciosa feita por Schlegel, essa revisão começou em 1948, mas se tornou definitiva em 1956. Entre essas duas edições, o ajuste foi de ordem mais sutil do que entre a edição de 1936 e a de 1948, por isso não a introduzimos aqui. Ver: SCHLEGEL, Op. cit., p. 14.

<sup>153</sup> HOLLANDA, *Raízes*, 1ª edição, p. 32.

<sup>154</sup> Valeriano Costa introduz a análise de Alberto Torres para mostrar como a crítica política autoritária estruturada em um ensaio histórico-sociológico apontava a existência de uma sociedade malformada, amorfa (quando não inexistente) cuja política, por conseguinte, tratava-se de disputa faccionária e oligárquica pelo controle do Estado. Ver: *Vertentes democráticas em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque*. In: Lua Nova: Revista de Cultura e Política, nº 26, São Paulo, agosto 1992.



substituição de “organismo amorfo e invertebrado” por um “todo incoerente e amorfo” –, procura afastar-se de um alinhamento às posições conservadoras do debate intelectual (ensaístico) daquele contexto e, mais uma vez, ressignificar o peso do argumento democrático da obra no balanço do tempo.

A título de exemplificação, a leitura da sociedade e da organização política do Estado em Alberto Torres, conhecido ensaísta conservador crítico da Primeira República<sup>155</sup>, identificou a lacuna histórica de uma sociedade agregada no país, exatamente na linha que Sérgio Buarque, na primeira edição do livro, havia destacado alguns anos depois. Alberto Torres afirmara que “[...] no Brasil, onde a sociedade não chegou a reunir sequer os elementos agregantes da tradição – **nem a sociedade existe, nem o Estado**”<sup>156</sup> (grifo nosso).

Na edição original, diga-se de passagem, Alberto Torres era referido no corpo do texto como interlocutor, e trechos de sua obra *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa da organização nacional* (1914) eram citados, o que, após a profunda revisão, foi alterado a ponto de ser apenas referenciado em nota de rodapé ao fim do texto e, no corpo do argumento, o pensador ter seu nome substituído pela expressão um “publicista ilustre”<sup>157</sup>. Nesse sentido, junto à interpretação de Schlegel acerca da miniaturização de interlocutores como Oliveira Vianna e Nestor Duarte<sup>158</sup>, poderíamos acrescentar Alberto Torres como autor que teve seu espaço de interlocução reduzido a partir da revisão que tornou *Raízes* um livro de teor claramente mais progressista.

Sob o ponto de vista da identidade nacional, um tema polêmico nas interpretações sobre o livro<sup>159</sup>, o processo de revisão procurou reconstruir o horizonte epistemológico em que se assentava a percepção do caráter brasileiro, com a preocupação à vista de esvaziar da mensagem original o organicismo e, mesmo, o essencialismo radicados no argumento identitário ao encerrar em um conteúdo mínimo nuclear o modo de ser brasileiro e seu correlato padrão de condutas. Com o processo de releitura buarqueana, não apenas a terminologia foi modificada com base no conceito proposto – “caráter brasileiro” e não mais “caráter nacional” –, mas também a tese recebeu nova configuração temporal ao ser historicizada e, por conseguinte, condicionada às circunstâncias culturais e sociais de sua existência.

---

<sup>155</sup> Consultar: LAMOUNIER, Bolívar. Op. cit.

<sup>156</sup> TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa da organização nacional*. Brasília: Universidade de Brasília, 4ª edição, 1982 (1914), p. 37.

<sup>157</sup> HOLANDA, *Raízes*, 27ª edição, p. 211.

<sup>158</sup> Ver: SCHLEGEL, Op. cit., pp. 31-32.

<sup>159</sup> Em relação a esse debate, consultar: SALLUM Jr., Brasília. “As raízes do Brasil e a democracia”. *Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, 2012, p. 44.

## Afirmou Holanda que

A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, **representam, com efeito, um traço** definido do caráter **brasileiro, na medida, ao menos, em que** permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal.<sup>160</sup> (grifo nosso).

As diferenças são nítidas ao se comparar esse trecho ao seu correspondente na edição *princeps*, onde constava que “A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas pelos estrangeiros que nos visitam, **formam um aspecto bem** definido do **caráter nacional**”<sup>161</sup> (grifo nosso).

Entre as alterações substanciais, uma especialmente salta à vista por seu significado e representação do ponto de vista da linguagem política que a molda, já antecipada: a retirada do qualificativo “nacional” na definição identitária – do *caráter*, no termo empregado pelo autor, substituído por “brasileiro” na versão contemporânea, após a revisão. Associada à modificação, a substituição do verbo formar – na frase, na flexão “formam” – pelo verbo representar – na frase, sob a forma de “representam” –, o que sugere uma concepção não mais definitiva, essencialista do modo de ser nacional, mas condiciona a identidade ao ambiente social e cultural que a informa – em tela, a ordem agrária e patriarcal. Subentende-se, desse modo, que, ao passo que a transformação social de larga escala pela qual o país passa incide, primariamente, sobre a estrutura econômica, há a possibilidade – poderíamos dizer, tendência – de que a própria identidade nacional seja reconstruída, na medida em que passa a ser compreendido como elemento historicamente condicionado. A escolha verbal não foi sem efeito, justamente porque se vincula ao acréscimo iniciado pela estrutura condicional frasal “*na medida em que [...]*”.

Contextualizando a mudança, no universo intelectual dos anos 1930, na linguagem política que se consolidou no período, expressões referentes à identidade e à organização social e política eram recorrentemente afixadas em sua perspectiva nacional, como epíteto político nacionalista que demarcava a defesa da singularidade da nossa experiência em sua vertente crítica às lentes impessoais e internacionalistas do liberalismo e do comunismo, por exemplo. O nacionalismo projetava-se como horizonte ideológico da época e constituía-se numa coordenada política na qual as interpretações do país, o denominado ensaísmo de 30, não lograram escapar. Segundo Paulo Henrique Cassimiro, o nacionalismo, sobretudo em sua vertente conservadora, protagoniza a busca da unidade social construída nos parâmetros da

---

<sup>160</sup> HOLANDA, *Raízes*, 27ª edição, p. 176.

<sup>161</sup> Idem, *ibidem*, 1ª edição, p. 101.

nação como desafio imposto à ordem liberal cosmopolita, de pretensa validade antropológica universal.

Amparado no estudo de Lucia Lippi Oliveira, Cassimiro aponta que

Lucia Lippi Oliveira nos lembra que a emergência dos nacionalismos no século XIX obedece à busca pela autenticidade e pela originalidade dos povos, ao mesmo tempo em que a ideia de nação buscava recuperar uma concepção pregressa de unidade, perdida com a fragmentação social da modernidade. Essa base conservadora, se bem que profundamente transformada pela emergência das ciências sociais na segunda metade do século XIX, legará um fundamento essencial ao nacionalismo: a crítica ao cosmopolitismo liberal entendido como alicerce de uma epistemologia e de uma antropologia universais, a partir das quais poderia ser deduzido o destino unívoco histórico dos povos.<sup>162</sup>

A versão original de *Raízes* estava alinhada do ponto de vista ideológico à crítica do liberalismo, como já vimos, em sua perspectiva argumentativa mais organicista; em seu conceito de nação, a defesa do realismo (de onde adveio o ângulo crítico à universalidade do liberalismo e de sua ideologia “abstrata”) e do espontaneísmo emergiam como coordenadas que regiam as estruturas de desenvolvimento da sociedade. Se a crítica ao liberalismo foi matizada e as referências mais tipicamente nacionalistas não passaram incólumes, por exemplo, na supressão dos qualificativos “nacionais” na definição da realidade e do modo de ser brasileiro, a tese da existência de um ritmo espontâneo próprio à sociedade brasileira que repele, portanto, importações exóticas de ideias e desenhos institucionais sob a égide das nossas “necessidades específicas” repercute na construção da nação como fenômeno de equacionamento de um contraponto compatível, coerente e, em uma palavra, complementar.

Como analisara Roberto Vecchi sobre essa perspectiva contrapontística,

O pensamento que a metáforização por uma outra linguagem como a musical de algum modo reveste em *Raízes do Brasil* vai além da oposição entre ordem e desordem: é bem mais a impossibilidade de resolução, a problematidade oximórica dessa oposição, assim como oximórica é a condição de uma nação, de uma cultura “desterrada em sua própria terra”.<sup>163</sup>

O antagonismo em *Raízes*, assim, não é resolvido pela superação da síntese dialética, como se poderia esperar da “metodologia dos contrários”<sup>164</sup>, mas desdobra-se na descoberta da “economia possível” que permite enquadrar e conviver em harmonia nossa pluralidade – um “todo perfeito de partes tão antagônicas”.

---

<sup>162</sup> CASSIMIRO, Paulo Henrique. *A Revolução Conservadora no Brasil. Nacionalismo, Autoritarismo e Fascismo no pensamento político brasileiro dos anos 30*, p. 141.

<sup>163</sup> Cf. VECCHI, Roberto. “Contrapontos à brasileira: *Raízes do Brasil* e o jogo das metáforas”, p. 379.

<sup>164</sup> Candido propôs essa expressão em sua leitura que sintetizou o jogo dialético dos pares no texto. Ver: CANDIDO, Antonio. “O significado de *Raízes do Brasil*”. In: HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*, 2014 [1967], p. 13.

Sobre isto, Sérgio Buarque, no desfecho do livro, arrematou:

Há uma **única economia possível** e superior aos nossos cálculos para **compor um todo perfeito de partes tão antagônicas**. O espírito não é força normativa, salvo onde pode servir à vida social e onde lhe corresponde. As formas superiores da sociedade devem ser como um contorno congênito a ela e dela inseparável: emergem continuamente das suas **necessidades específicas** e jamais das escolhas caprichosas.<sup>165</sup> (grifo nosso).

Em que pese certo organicismo do argumento de projeção sistêmica ainda remanescente após o exercício de revisão que, em boa medida, havia retirado seu peso, depreende-se que a formação da sociedade e seu desenvolvimento em termos de nação – o horizonte político do livro – passa pela operação intelectual, social e política da qual *Raízes* é um momento do encontro com o compasso e o ritmo que permitem promover a composição do espírito à matéria, isto é, à concretude da vida social que é de nossa singularidade enquanto escala nacional. O desenho da nação, inscrito na (re)construção da organização política e social experienciada no presente, abre-se dessa forma a uma perspectiva temporal dinâmica que fatora as raízes de sua desordem e configurar-se-á no desdobramento do processo em que o *ainda* histórico e suas “sobrevivências arcaicas”, como diz o autor, tornarem-se elementos de uma *já* velha ordem. Eis o novo itinerário temporal que ilumina a (re)leitura histórica de (das) *Raízes reatualizadas* e, no plano de interpretação da sociedade que o livro traça, o próprio fio condutor do discurso de “desenraizamento” que o autor produziu no ensaio histórico.

---

<sup>165</sup> HOLANDA, *Raízes*, 27ª edição, p. 224.

#### 4. CULTURA POLÍTICA, SOCIEDADE E MODERNIDADE: O ENSAIO HISTÓRICO, A EXPERIÊNCIA DO TEMPO E O PENSAMENTO SOCIOCULTURAL DE SÉRGIO BUARQUE NA PROJEÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA

*“Além disso, ele [Sérgio Buarque] era mais erudito que os outros [Gilberto Freyre e Caio Prado Jr.] e aí fica mais complicado ainda. É muito difícil, por isso há várias obras, várias teses sobre Sérgio Buarque, mas nenhuma é capaz de apanhá-lo”.*

(Fernando Novais)<sup>166</sup>

*“Há entre dois livros de Sérgio Buarque de Holanda, ‘Raízes do Brasil’ e ‘Do Império à República’ (História Geral da Civilização Brasileira), relação de complementaridade, de sorte que seria difícil analisar – eu diria, ler – o segundo sem retomar a perspectiva aberta no primeiro. Nos 36 anos que medeiam entre a publicação de ‘Raízes do Brasil’ e a de ‘Do Império à República’, não seria exagero acentuar que a visão social do país passou a ser demonstrada pelo último”.*

(Raymundo Faoro)<sup>167</sup>

No capítulo anterior, sustentamos a chave da temporalidade como fator que orientou a revisão realizada em *Raízes*, visto que as teses do livro, como vimos, receberam nova dinâmica histórica que alterou estruturalmente a relação entre o passado e o presente a partir da constatação da vigência contemporânea de heranças psicoculturais, identitárias e sociais da formação colonial no momento de (re)escrita do texto. Por heranças do passado remanescentes no presente, Sérgio Buarque compreende um conjunto de traços culturais que implicam o modo de ser brasileiro, conformam a construção de arranjos sociais (de prevalência da sociabilidade das relações ditas primárias às associações de grupos) e condicionam, com efeito, o funcionamento da ordem política. Como obra desse lastro, herdado do passado colonial, a cultura política personalista, assentada na individualidade como dimensão mais valorizada do que a impessoalidade, demarca a frouxidão da organização da sociedade.

Esses aspectos, tratados de forma mais sistemática primeiramente em *Raízes*, pela disponibilidade que o ensaio histórico-interpretativo da formação nacional possibilita, perpassaram a produção do autor em textos posteriores à reedição do clássico, como, por exemplo, na coletânea de ensaios *Tentativas de Mitologia* (1979) e no livro cânone da

---

<sup>166</sup> NOVAIS, Fernando. “A descolonização da história”. *Entrevista de Sylvia Colombo com Fernando Novais*. Caderno Mais, Folha de São Paulo. São Paulo, domingo, 20 de novembro de 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2011200506.htm>. Consultado em 13/01/2019.

<sup>167</sup> Ver: FAORO, Raymundo. “Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras”. In: *A República inacabada*. Organização e prefácio de Fábio Konder Comparato. São Paulo: Globo, 2007, p. 269.

historiografia política *Do Império à República* (1972), pertencente à coleção da História Geral da Civilização Brasileira, que Sérgio dirigiu em sessão destinada ao Brasil monárquico. Como constante argumento de *Raízes a Do Império à República*, a assimetria entre Estado e sociedade civil proveniente do complexo de formação da nação é destacada como resultado do descompasso entre as esferas socioeconômicas, culturais e políticas, cujos ritmos temporais dissonantes caracterizam a imagem de uma sociedade mal organizada, quando não, como apontou Sérgio, condicionou a percepção de uma “triste realidade”<sup>168</sup>.

Como proposta do capítulo, partindo-se da análise da dissolução do mundo social colonial a que o ensaio histórico se dedicou, examinaremos, justamente, o processo de transição escalar que encaminha a modernidade, para a qual defendemos a ideia de que a noção de temporalidade e, sobretudo, a perspectiva de representação da experiência do tempo podem ser concebidas, mais uma vez, como fio condutoras da interpretação que Sérgio Buarque, desde a segunda edição de *Raízes*, tornou-se construtor. Matiza-se, assim, a linha interpretativa que separa de forma linear e sequencial as fases da trajetória do pensamento do autor nas vertentes de crítico literário, ensaísta e historiador, na medida em que temáticas como a do fenômeno de transformação da sociedade e o horizonte de desenvolvimento da nação brasileira interpenetram-se ao longo do discurso, mais do que a crítica especializada tem apontado.<sup>169</sup>

#### 4.1. O PASSADO QUE NÃO PASSA: O BRASIL DAS “SOBREVIVÊNCIAS ARCAICAS” NO PENSAMENTO SOCIOCULTURAL BUARQUEANO

Como introdução à proposta de investigação do pensamento social e cultural de que Sérgio é produtor, a seguinte questão que o autor colocou para conduzir o exercício de compreender a realidade social brasileira em *Raízes* soa como autoexplicativa: “Como esperar transformações profundas em país onde eram mantidos os fundamentos tradicionais da situação que se pretendia ultrapassar?”.

---

<sup>168</sup> Sérgio, em *Raízes*, ao afirmar o abalo que as estruturas coloniais sofreram com o processo de modernização e urbanização da sociedade imperial, apontou o desencanto com a realidade em mutação que gerou nos discursos, na imprensa e nos livros o contexto de crise introduzida pela transformação escalar da sociedade. Ver: HOLANDA, *Raízes do Brasil*, 27ª edição, p. 193.

<sup>169</sup> Sobre a produção do discurso e as fases da trajetória intelectual de Sérgio Buarque, existem interpretações que pontuam transições marcantes no seu discurso, como a do historiador Evaldo Cabral de Mello, e outras que, mesmo que apontem diferenças entre a escrita de seus livros, sustentam a permanência de diretrizes nucleares de pensamento que já se encontravam no jovem crítico modernista. Para o primeiro caso, ver: MELLO, Evaldo Cabral. Op. cit. Na segunda linha de interpretação, consultar: COSTA, Marcos Antonio Silva. *Biografia histórica: a trajetória intelectual de Sérgio Buarque de Holanda entre os anos de 1930 e 1980*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, 2007. Nossa perspectiva, em diálogo com essas leituras, compreende como alguns temas interdisciplinares transitam nas postuladas diferentes fases da biografia intelectual do autor, sendo adaptados à forma do discurso, se mais literário, ensaístico ou historiográfico.

Ao que ele complementa:

Enquanto perdurassem intatos e, apesar de tudo, poderosos os padrões econômicos e sociais herdados da era colonial e expressos principalmente na grande lavoura servida pelo braço escravo, as transformações mais ousadas teriam de ser superficiais e artificiosas.<sup>170</sup>

A problemática levantada no livro abre uma agenda de interpretação do Brasil especialmente voltada à leitura dos processos históricos que formaram a sociedade e se tornaram obstáculos à modernidade nacional, na medida em que cristalizaram modos de ser e de comportamento arraigados na vida social desde a época colonial. É informado sob essa concepção que o autor formulou, na abertura do ensaio, a tese do artificialismo da nossa forma de vida – cultural, institucional, política –, sintetizado na famosa expressão “somos ainda hoje uns desterrados em nossa própria terra”<sup>171</sup>.

Ainda que essa interpretação possa ser lida pelo ângulo da identidade nacional, do desterro como “exílio” do brasileiro em sua própria terra, como bem sugeriu João Cezar de Castro Rocha<sup>172</sup>, o desdobramento dessa tese ao longo do livro impactou, a nosso ver, mais diretamente a problemática de organização da sociedade e da falta de correspondência entre as formas políticas, culturais e socioeconômicas da nação, haja vista a constatação do artificialismo como baliza<sup>173</sup>. À vista de compreender os fundamentos desse processo formativo – as raízes da história nacional –, Sérgio identificou no complexo cultural “ibérico” o modelo da vida social vigente no lado de cá do Atlântico.

Diz o autor:

À frouxidão da estrutura social, à falta de hierarquia organizada devem-se alguns dos episódios mais singulares da história das nações hispânicas, incluindo-se nelas Portugal e Brasil. Os elementos anárquicos sempre frutificaram aqui [no Brasil] facilmente, com a cumplicidade ou indolência displicente das instituições e costumes.<sup>174</sup>

---

<sup>170</sup> Cf. HOLANDA, Raízes do Brasil, 27ª edição, p. 92.

<sup>171</sup> Idem, op. cit., p. 35.

<sup>172</sup> Em excelente ensaio, Castro Rocha propôs a pertinência da temática do exílio na cultura brasileira, tendo *Raízes do Brasil* como suas fontes e Sérgio Buarque como o pensador que formulou o paradoxo do brasileiro “desterrado”. Consultar: ROCHA, João Cezar de Castro. “O exílio como eixo: bem-sucedidos e desterrados ou Por uma edição crítica de *Raízes do Brasil*”. In: MONTEIRO, Pedro Meira & EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008, pp. 245-275.

<sup>173</sup> Em torno desse diagnóstico da falta de correspondência e de desenvolvimento paralelo entre as instituições da vida social brasileira, aplicado à análise da ordem política, a atualidade da tese de Sérgio se faz presente como substrato à leitura da ciência política contemporânea nacional. Ver: REIS, Bruno. “Corporativismo, pluralismo e conflito distributivo no Brasil”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 38, n. 3, pp. 1-35.

<sup>174</sup> Cf. HOLANDA, op. cit., p. 37.

Essa dificuldade apontada de formar arranjos permanentes e sólidos na estrutura social para além da esfera privada constituída de círculos familiares e íntimos impõe empecilhos à capacidade de organização social e política do povo, na medida em que tal prática exige renúncia ao espírito de personalismo, valor mais nobre a essa tradição cultural. Esse é, para o autor, o legado ibérico cardeal do ponto de vista da formação de nossa sociedade:

A bem dizer, essa solidariedade, entre eles [espanhóis e portugueses], existe somente onde há vinculação de sentimentos mais do que relações de interesse – no recinto doméstico ou entre amigos. Círculos forçosamente restritos, particularistas e antes inimigos que favorecedores das associações estabelecidas sobre plano mais vasto, gremial ou nacional.<sup>175</sup>

De acordo com a citação acima, a condição que orienta as associações fora do âmbito familiar ainda obedece a uma lógica particularista, informada nas relações primárias mesmo em plano onde a ação deveria orientar-se segundo modelos mais racionais e vinculados à ordem de interesses coletivos, e não sob o ponto de vista dos sentimentos pessoais. Como resultado obtido dessa constante, os princípios políticos não se desenvolvem, a não ser pela imposição de uma personalidade sob outra – o que incorre em autoritarismo – ou pela “renúncia a essa mesma personalidade em vista de um bem maior”<sup>176</sup>, em uma situação extrema de preservação da vida e de bens, que faz lembrar, nesse aspecto, a origem da sociedade civil na perspectiva hobbesiana<sup>177</sup>.

O iberismo, termo utilizado por Sérgio para denominar a forma cultural transplantada da península ibérica para o Brasil, na conjuntura da empresa colonial, é a tradição que, segundo o autor, moldou historicamente o espírito brasileiro, do qual, principalmente, para ser mais preciso, a lusitanidade (herança lusitana)<sup>178</sup> emerge como ideário formativo:

Nem o contato e a mistura com raças indígenas ou adventícias fizeram-nos tão diferentes dos nossos avós de além-mar como às vezes gostaríamos de sê-lo. No caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns dos nossos patriotas, é que ainda nos associa à península Ibérica, a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir, até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou bem ou mal a essa forma.<sup>179</sup>

---

<sup>175</sup> Idem, op. cit., p. 45.

<sup>176</sup> Op. Cit.

<sup>177</sup> Consultar: HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Tradução de Rosina D’Angina. São Paulo: Martin Claret, 2ª ed., 2012 [1651].

<sup>178</sup> O peso lusitano na composição da forma cultural brasileira será reforçado na argumentação do autor quando ele aborda a transição do mundo rural para o urbano, tópico em que define a cultura brasileira como amplamente “ibérica e lusitana”, como lastro de permanência em meio ao contexto de forte transformação social. Ver: HOLANDA, op. cit., p. 205.

<sup>179</sup> HOLANDA, op. cit., p. 46.



A herança lusitana é diagnosticada a partir do espírito de “aventura”, proposição típico-ideal introduzida para compreender o processo de colonização do país, servindo, da mesma forma, para abordar o empreendimento colonial na América hispânica. O espírito aventureiro caracterizou a psicologia do movimento expansionista que levou os portugueses a formarem no além-mar uma cultura à sua semelhança, sob as condições de adaptação que o ambiente distinto obrigava.

Segundo Sérgio,

[...] o gosto da aventura, responsável por todas essas fraquezas, teve influência decisiva (não a única decisiva, é preciso, porém, dizer-se) em nossa vida nacional. Num conjunto de fatores tão diversos, como as raças que aqui se chocaram, os costumes e padrões de existência que nos trouxeram, as condições mesológicas e climatéricas que exigiam longo processo de adaptação, foi o elemento orquestrador por excelência. Favorecendo a mobilidade social, estimulou os homens, além disso, a enfrentar com denodo as asperezas ou resistências da natureza e criou-lhes as condições adequadas a tal empresa. Nesse ponto, precisamente, os portugueses e seus descendentes imediatos foram inexcedíveis. Procurando recriar aqui o meio de sua origem, fizeram-no com uma facilidade que ainda não encontrou, talvez, segundo exemplo na história.<sup>180</sup>

Na interpretação do autor, a base rural, cuja produção *grosso modo* latifundiária voltada para o comércio externo não deveu-se exclusivamente à capacidade dos portugueses de reeditarem sua experiência histórica – na medida em que assumir radicalmente essa tese importaria um paradoxo claro com a singularização política e social<sup>181</sup> do Brasil enquanto conceito, objeto da obra – nem tampouco aos imperativos do meio, o que acarretaria atribuir aos lusos um espírito de aventureiro “puro”, o que desarticulava a noção de tipo ideal weberiana mobilizada pelo autor<sup>182</sup>. Foi, como acontecimento, uma conjugação entre a vontade criadora dos portugueses, orientados por seu espaço de experiência colonial, e as condições impostas pelo clima tropical, inserido na dinâmica do mercado e do comércio mundial<sup>183</sup>.

Em síntese,

Essa primazia acentuada da vida rural concorda bem com o espírito da dominação portuguesa, que renunciou a trazer normas imperativas e absolutas, que cedeu todas as vezes em que as conveniências imediatas aconselharam a ceder, que cuidou menos em construir, planejar ou plantar alicerces, do que em feitorizar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão.<sup>184</sup>

---

<sup>180</sup> Ibidem, pp. 53-4.

<sup>181</sup> Sobre a experiência de singularização política e social que os conceitos sofrem na linguagem política, ver: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 192.

<sup>182</sup> HOLANDA, op. cit., p. 51.

<sup>183</sup> Ibidem, p. 109.

<sup>184</sup> Ibidem, p. 113.

Como estrutura construída ao longo de três séculos, a fisionomia da sociedade era marcadamente rural, o que provocou impactos persistentes no padrão de vida, no modo de organização política e na inserção da economia brasileira no mercado internacional. Tratava-se, com efeito, nas palavras do autor, de uma “civilização de raízes rurais”<sup>185</sup>, cujo meio satelizava a vida social em uma órbita de feições domésticas, familistas, patriarcais. Nesse complexo formativo, moldaram-se os padrões de convívio que se tornaram recorrentes na história nacional:

É efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação europeia: as cidades são virtualmente, se não de fato, simples dependências delas. Com pouco exagero pode-se dizer que tal situação não se modificou essencialmente até a Abolição. 1888 representa o marco divisório entre duas épocas; em nossa evolução nacional, essa data assume significado singular e incomparável.<sup>186</sup>

É nesse meio social, de amplo domínio rural, que se constituiu a forma de organização que serviu de modelo à ordem política: o patriarcalismo, tendo seu substrato no âmbito privado, “invadiu” o espaço público e se tornou regente das relações de poder na sociedade. Quando não característico das relações diretas entre proprietários latifundiários e os escravos, o agregado – este terceiro elemento, suposto “homem livre”<sup>187</sup> – sucumbia à lógica clientelística do favor e, assim, consolidava-se o mundo social que, mesmo fora do engenho, estava a ele articulado, de modo que, com um pouco de exagero na tinta, constituía-se como “um organismo completo e que, tanto quanto possível, se bastava a si mesmo”<sup>188</sup>.

Como norma das relações existentes, a lógica patriarcal (do pátrio poder) rente à estruturação familiar como núcleo primeiro da sociedade prolongara-se a toda a ordem social, inclusive nos espaços públicos:

Nos domínios rurais é o tipo de família organizada segundo as normas clássicas do velho direito romano-canônico, mantidas na península Ibérica através de inúmeras gerações, que prevalece como base e centro de toda a organização. Os escravos das plantações e das casas, e não somente escravos, como os agregados, dilatam o círculo familiar e, com ele, a autoridade imensa do pater-famílias.  
[...] O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade provada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as

---

<sup>185</sup> Ibidem, p. 85.

<sup>186</sup> Ibidem, p. 85.

<sup>187</sup> Sobre essa relação, entendida nos termos de “nexo efetivo da vida ideológica”, em segunda ordem, da sociedade brasileira, por efeito dos latifúndios, consultar a interpretação de Roberto Schwarz, amparada abertamente na discussão proposta em *Raízes*. Ver: SCHWARZ, Roberto. “As ideias fora do lugar”. In: *As ideias fora do lugar: ensaios selecionados*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, pp. 47- 64.

<sup>188</sup> HOLANDA, op. cit., p. 94.

nossas atividades. (...) O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família.<sup>189</sup>

Essa estrutura de base rural e de origem colonial, forjada na “comunidade doméstica” e cujas raízes concerniam à adaptação do transplante cultural lusitano ao meio tropical – o qual se caracterizava pela prevalência dos latifúndios como unidades da vida social, como microuniversos sociais de baixos vínculos associativos<sup>190</sup> –, forneceu o modelo de configuração política da nação, como era de se esperar, no processo transacionado de Independência<sup>191</sup>. Nessa conjuntura de emancipação política, a assimetria entre a sociedade e o Estado, em um momento fundante da constituição da nação, é diagnosticada por Sérgio em torno do afastamento progressivo de duas aspirações que estavam na ordem daqueles dias: o desejo de emancipação e a busca da unidade política em território marcado pelo isolamento entre suas regiões; projetos esses que só foram concretizados em meados do século em questão, de acordo com sua interpretação historiográfica heterodoxa proposta em *Do Império à República*<sup>192</sup>. De acordo com o autor, “no Brasil, as duas aspirações – a da independência e a da unidade – não nascem juntas e, por longo tempo ainda, não caminham de mãos dadas”<sup>193</sup>.

Se a temporalidade do primeiro evento se concluiu na abdicação de D. Pedro I em 1831, afastando a possibilidade de retorno do domínio lusitano, o segundo processo – a garantia da unidade nacional – teve duração de maior prazo, realizando-se, efetivamente, apenas após o controle dos movimentos separatistas<sup>194</sup> pelas forças imperiais. Esse fenômeno de unidade

---

<sup>189</sup> Ibidem, pp. 96-7.

<sup>190</sup> Temática bastante explorada em várias perspectivas políticas e valorativas do pensamento social brasileiro, o ruralismo como chave explicativa para o modelo político patriarcal e oligárquico da nação aparece em Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, etc. Sobre isso, consultar: GOMES, Ângela de Castro. “A experiência colonial e as raízes do pensamento social brasileiro: Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda”. *Revista Portuguesa de História*, Universidade de Coimbra, t. XLI 2010, pp. 291-304; FERREIRA, Gabriela Nunes. “A formação nacional em Buarque, Freyre e Vianna”. *Lua Nova [online]*, nº 37, 1996, pp. 229-247.

<sup>191</sup> Cf. HOLANDA, op. cit., pp. 100-01.

<sup>192</sup> Nessa leitura, o autor dissocia a independência, processo iniciado em 1822 com duração até 1831, do processo mais lento de garantia da unidade da pátria, tendo em vista a existência de vários movimentos separatistas até metade do século XIX, período ao qual Sérgio data, enfim, a conclusão do processo. Consultar: HOLANDA, Sérgio Buarque. “A herança colonial – sua desagregação”. In: *O Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, direção de Sérgio Buarque de Holanda, coleção História geral da civilização brasileira, tomo II, vol. 1, capítulo I, pp. 9-39, 1993. Para uma análise sobre as inovações que a leitura historiográfica de Sérgio sobre o Império traz, consultar: FURTADO, André & VENANCIO, Giselle Martins. “Passados (im)perfeitos ou a ótica buarqueana sobre o Império do Brasil na América”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, nº 73, 2016, pp. 135-157.

<sup>193</sup> Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque. “A herança colonial – sua desagregação”, p. 9.

<sup>194</sup> Interessante notar que, ainda que fossem movimentos de contestação ao estatuto colonial e, no pós-independência, às condições de organização da estrutura político-administrativa imperial, Sérgio reduziu sua força e potencial de sucesso, limitando-os às próprias condições geradas pela colonização lusitana. Os movimentos, para ele, tinham caráter “epidêmico”, superficial, não organizados. Ver: HOLANDA, *Raízes do Brasil*, 27ª edição, p. 103.

política assegurou a centralização do império, o fortalecimento, por conseguinte, do Estado e, assim, o período de maior harmonia social, ainda que sua estabilidade fosse, nas palavras do autor, aparente e transitória, e a assimetria não tivesse sido, por sua vez, resolvida de forma definitiva<sup>195</sup>.

Discernindo a temporalidade dos dois processos, Sérgio afirmara que

Não é demasiado pretender, assim, que o longo processo de emancipação terá seu desfecho iniludível em 7 de abril. É a partir de então que o ato de Independência ganha verdadeiramente um selo nacional. [...] Quanto a outro processo, que por vezes, mas nem sempre, se deixa confundir com esse, e que tem em mira uma unificação cabal das partes diferentes em que se dividia a monarquia portuguesa deste lado do Atlântico, apesar dos governadores-gerais e vice-reis, já não será exato pretender que encontra seu término no final do primeiro reinado. Pois não é durante a Regência e, ainda, nos oito ou nove anos que se seguem à Maioridade, que forças centrífugas latentes, capazes, sem um freio, de levar à desintegração do Império bragantino na América, se fazem mais ruidosamente manifestas? Se fosse possível marcar mais nitidamente o remate do processo tendente à unidade nacional, depois da dispersão, caberia talvez situá-lo por volta de 1848, o ano em que os nossos liberais quebram os remos.<sup>196</sup>

A estabilidade política que o período imperial suscitou na história nacional desde a segunda metade do Oitocentos, segundo a periodização cronológica proposta pelo autor, realizou à máxima o imperativo da razão de Estado, cristalizando a concepção que se tornaria imagem de um Brasil harmônico, na medida em que os conflitos tiveram trégua e a unidade política estava assegurada. Essa situação de equilíbrio atingida fundamentava-se no aparelhamento do Estado como tutor da sociedade; Dom Pedro II reeditava a imagem do “pátrio poder”, em nível nacional, do latifundiário dos domínios rurais, em nível familiar. A estrutura política, ainda que centralizada no Império, mantinha sua lógica autárquica e patriarcal.

Para o autor, está nesse acabamento a consagração que o período imperial teve como sinônimo de estabilidade e coesão social:

O Império brasileiro realizou isso em grande parte [a consolidação do Estado em um período de harmonia social]. A auréola que ainda hoje o cinge, apesar de tudo, para os nossos contemporâneos, resulta quase exclusivamente do fato de ter encarnado um pouco esse ideal. A imagem de nosso país que vive como projeto e aspiração na consciência coletiva dos brasileiros não pôde, até hoje, desligar-se muito do espírito do Brasil imperial; a concepção de Estado figurada nesse ideal não somente é válida para a vida interna da nacionalidade como ainda não nos é possível conceber em sentido muito diverso nossa projeção na vida internacional.<sup>197</sup>

---

<sup>195</sup> Para o autor, o Império assegurou “ao conjunto nacional certa harmonia que nunca mais foi restaurada”. *Ibidem*, p. 209.

<sup>196</sup> Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque. “A herança colonial – sua desagregação”, p. 15.

<sup>197</sup> HOLANDA, *Raízes do Brasil*, 27ª edição, p. 210.

Todavia, esse modelo político sofreu forte abalo no evento de 1888, marco simbólico, como já explorado nos capítulos anteriores, do amplo processo de desarticulação que o fenômeno da modernização acarretava desde meados do século XIX na fisionomia do país. Com a Abolição, rompeu-se definitivamente a lógica estruturante de trabalho dos domínios rurais e, assim, em conjugação à experiência de urbanização crescente desde a vinda da família real portuguesa ao país, em 1808, modificou-se o substrato econômico e social nacional, até então de amplo predomínio rural:

A persistência dos velhos padrões coloniais viu-se pela primeira vez seriamente ameaçada, entre nós, em virtude dos acontecimentos que sucederam à migração forçada da família real portuguesa para o Brasil, em 1808. O crescente cosmopolitismo de alguns centros urbanos não constituiu perigo iminente para a supremacia dos senhores agrários, supremacia apoiada na tradição e na opinião, mas abriu certamente novos horizontes e sugeriu ambições novas que tenderiam, com o tempo, a perturbar os antigos deleites e lazeres da vida rural.<sup>198</sup>

A nação submetia-se, desse modo, a um longo processo de crise introduzida pela mudança substancial das formas de vida, cuja concretude pode ser analisada sob o ângulo das temporalidades, a nosso ver. A conjunção dos processos de urbanização e modernização das relações sociais e de trabalho, consubstanciados no fato marcante da Abolição, propiciou na virada do século o desafio da alteração do núcleo de toda a organização política da sociedade brasileira. Esse complexo de fenômenos histórico-sociais foi compreendido pelo autor, com efeito, como uma singular *revolução*:

Se a data da Abolição marca no Brasil o fim do predomínio agrário, o quadro político instituído no ano seguinte quer responder à conveniência de uma forma adequada à nova composição social. Existe um elo secreto estabelecendo entre esses dois acontecimentos e numerosos outros uma revolução lenta, mas segura e concertada, a única que, rigorosamente, temos experimentado em toda a nossa vida nacional.<sup>199</sup>

Como todo processo revolucionário, as mudanças provocaram *desenraizamento* – a faceta visível da introdução de elementos modernos na vida social – e se realizam, de acordo com a esfera da sociedade que impactam, sob ritmos particulares e dissonantes. A experiência de crise orientada pelo abalo da velha ordem – rural e patriarcal – é vivenciada a partir de uma situação de impasse, de desajuste temporal, amparada pela coexistência de estruturas coloniais e novas instituições sob configuração no presente. Esse desequilíbrio entre as instâncias da vida social e política fundamentou a compreensão da assimetria permanente entre as novas dinâmicas da sociedade e a ordem política, a qual respondia ainda à forte presença de lógicas

---

<sup>198</sup> Ibidem, p. 193.

<sup>199</sup> Ibidem, p. 203.

patriarcais e personalistas remanescentes do passado. Em outras palavras, a falta de correspondência entre as dimensões culturais e políticas em relação às instâncias sociais e econômicas renovava, mais uma vez, a sensação de desterro em nossa própria terra, para repisar a tese clássica de abertura do texto.

Segundo o autor,

A urbanização contínua, progressiva, avassaladora, fenômeno social de que as instituições republicanas deviam representar a forma exterior complementar, destruiu esse esteio rural, que fazia a força do regime decaído [o imperial] sem lograr substituí-lo, até agora, por nada de novo. O trágico da situação está justamente em que o quadro formado pela monarquia ainda guarda seu prestígio, tendo perdido sua razão de ser, e trata de manter-se como pode, não sem grande artifício.<sup>200</sup>

Retomando a problemática que introduzimos nesse subcapítulo, extraída do livro, sobre “como esperar transformações profundas em país onde eram mantidos os fundamentos tradicionais da situação que se pretendia ultrapassar?”, isto é, à luz da tensão abrigada na experiência do tempo, do elo entre passado, presente e futuro, como se dará qualitativamente a *dissolução* das raízes de um mundo cuja configuração, em processo classificado como a “nossa revolução”, está em curso?

Para Sérgio, como hermenêuta, tratava-se de acompanhar a composição que o tempo produziria:

Se o movimento que, através de todo o Império, não cessou de subverter as bases em que assentava nossa sociedade ainda está longe, talvez, de ter atingido o desenlace final, parece indiscutível que já entramos em sua fase aguda. Ainda testemunhamos presentemente, e por certo continuaremos a testemunhar durante largo tempo, as ressonâncias últimas do lento cataclismo, cujo sentido parece ser o do aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura para a inauguração de um estilo novo, que crismamos talvez ilusoriamente de americano [...]. No dia em que o mundo rural se achou desagregado e começou a ceder rapidamente à invasão impiedosa do mundo das cidades, entrou também a decair, para um e outro, todo o ciclo das influências ultramarinas específicas de que foram portadores os portugueses.<sup>201</sup>

Como lembrou François Hartog ao propor a categoria “regime de historicidade” como modo de compreensão do tempo histórico, “as relações com o tempo podem esclarecer, mas não se decretar”.<sup>202</sup> Em suas teses sobre o conceito de história, Walter Benjamin argumentou acerca dessas relações que o passado sob o ponto de vista da historiografia não existe enquanto dado da realidade, mas somente como articulação de uma experiência que reside na reminiscência, no ato de reconstrução dos processos realizado pelo intérprete no presente. Para

---

<sup>200</sup> Ibidem, pp. 209-10.

<sup>201</sup> Ibidem, pp. 204-05.

<sup>202</sup> HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 247.

Benjamin, “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento do perigo”<sup>203</sup>.

Arriscando complementar o filósofo, a imagem construída do passado – enquanto momento da operação interpretativa – é colocada em questão, isto é, abre-se ao debate teórico, sobretudo em um contexto de *crise*, no qual as raízes da formação social e cultural e os dilemas do processo histórico de desenvolvimento nacional manifestos na ordem do dia são perscrutados na perspectiva de uma reconfiguração política que demarca a experiência presente do tempo<sup>204</sup>. Retomando o filósofo germânico, é como se o passado, então, se consubstanciasse numa explosão de “agoras”, na medida em que a “história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio”<sup>205</sup>.

Inserido nessa atmosfera intelectual de debate de formação da nação, Sérgio construiu, em contexto cuja nacionalidade se constituía como objeto em tempo de remodelação, um modelo interpretativo cuja forma discursiva encontrada era o ensaio histórico, por sua radiografia da relação passado & presente na perspectiva da temporalidade nacional e, sobretudo, pela projeção lançada ao futuro de “desenraizamento”.

Como arremate de sua hermenêutica histórica do processo de revolução em questão, o autor projetou:

Se o processo revolucionário a que vamos assistindo, e cujas etapas mais importantes foram sugeridas nestas páginas, tem um significado claro, será este o da dissolução lenta, posto que irrevogável, das sobrevivências arcaicas, que o nosso estatuto de país independente até hoje não conseguiu extirpar. Em palavras mais precisas, somente através de um processo semelhante teremos finalmente revogada a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as consequências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar.<sup>206</sup>

À guisa da imagem de sua interpretação, legada ao pensamento social nacional, o Brasil das “sobrevivências arcaicas” demarca a forte presença de um passado que “não passa” em um presente que está, sob o signo da revolução lenta, periodicamente em curso.

---

<sup>203</sup> BENJAMIN, Walter. “Teses sobre o conceito da história”. In: Walter Benjamin – obras escolhidas, vol. 1. *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987 [1940], pp. 222-232, tese 6.

<sup>204</sup> No entender de Fernando Nicolazzi, o ensaio enquanto gênero de análise histórica e social respondeu a uma demanda crítica conformada pela situação de impasse relativa ao período da Primeira República, o que poderia ser vislumbrado em Euclides da Cunha, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque, por exemplo. Ver: NICOLAZZI, Fernando. “*Raízes do Brasil* e o ensaio histórico brasileiro: da história filosófica à síntese sociológica, 1836-1936”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 36, nº 73, 2016, p. 91

<sup>205</sup> BENJAMIN, op. cit., tese 14.

<sup>206</sup> *Ibidem*, pp. 214-15.

#### 4.2. UMA INTERPRETAÇÃO MODERNA(ISTA) E NÃO DE-FINITIVA: O ENSAIO HISTÓRICO NA PROJEÇÃO DAS RAÍZES DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Como fora até agora tratado, a conjuntura social e intelectual de escrita de *Raízes* ensejava o repensar da experiência histórica nacional em torno da apreensão da realidade brasileira como totalidade singular, concretamente existente, e passível de refundação, haja vista sua “redescoberta” pelos modernistas dos anos 1920<sup>207</sup>. Para ajustar a lente hermenêutica dirigida à interpretação do texto, importa afastarmo-nos de leituras da historiografia que atribuíram ao livro o significado de busca das origens fundantes da nossa sociedade nesse contexto, os quais supõem em seu objeto – a formação da sociedade brasileira – a perspectiva de configuração dos fundamentos da identidade nacional e das mazelas do desenvolvimento histórico nacional. Encarado dessa forma, o livro arriscaria tornar-se registro de elementos permanentes de uma suposta entelúquia que paira sobre os processos sociais – o pretense “caráter nacional” –, a que caberia ao intérprete a tarefa de decodificar. O ensaio transmuta-se, assim, de interpretação do país a espelho da realidade, como dado imediato.

André Botelho, em perspectiva crítica a esse enquadramento dado aos ensaios, afirma que

Tais pressupostos uniformizadores [que tomam o ensaio como gênero uniforme e indiferenciado] recorrentes na sua fortuna crítica se fazem presentes especialmente quando os ensaios são abordados a partir do tema mais geral que os perpassa como um problema mais amplo do seu tempo: a “identidade nacional”. Verdadeira obsessão em países periféricos, orientada muitas vezes pelo ideal europeu de “civilização integrada” (cf. Arantes, 1992), a autointerpretação da formação social e, assim, a busca pela “identidade nacional” colocam-se, para muitos, na raiz mesmo dos ensaios de interpretação do Brasil.<sup>208</sup>

A tentativa de conferir unidade a algo que é, de outro modo, descontínuo, fragmentário, como a realidade e o próprio discurso ensaístico atesta, segundo um de seus principais performadores, o crítico e ensaísta Theodor Adorno<sup>209</sup>, não escapa nem mesmo a um historiador

---

<sup>207</sup> Eduardo Moraes definiu o exercício modernista de produção de um modelo cultural propriamente nacional a partir do estudo de nossa singularidade – daí a tendência às análises da realidade social – e identidade – os desdobramentos culturais do suposto caráter e psicologia brasileiros – como perspectiva de construção de uma realidade una, nacional, integrada – um “ser” Brasil. Veja-se: “Traços distintivos na nacionalidade, por um lado, na medida em que nos destacam no conjunto das nações que participam do concerto internacional, os elementos que constituem a brasilidade são por outro lado o que possibilita referir-se à nação brasileira como uma realidade una e indivisa. O modernismo crê poder atingir por trás do Brasil das aparências, de superfície, onde se expressa a diversidade, uma realidade nacional mais profunda, essencial, em que o país se dá como uma totalidade”. In: MORAES, Eduardo Jardim, op. cit., p. 236.

<sup>208</sup> Ver: BOTELHO, André. “Passado e futuro das interpretações do país”. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 22, n. 1, junho 2010, p. 49.

<sup>209</sup> Segundo Adorno, acerca do estatuto do ensaio, defende-se que “Ele [o ensaio] se revolta sobretudo contra a doutrina, arraigada desde Platão, segundo a qual o mutável e o efêmero não seriam dignos da filosofia; revolta-se contra essa antiga injustiça cometida contra o transitório, pela qual este é novamente condenado no conceito”. Cf.



reconhecido como Fernando Novais, que insistiu na tese de que Sérgio empresava a tarefa de definir uma problemática central que seria comum a toda sua vasta produção intelectual: a “questão da identidade nacional”<sup>210</sup>. Na linha crítica de Botelho, em vez de conferir ao ensaio o equacionamento de um problema que o suplanta, tratemos de realizar outro movimento interpretativo: compreender, de outra forma, o seu sentido projetivo, isto é, partindo da leitura da experiência histórica radicada na formação da sociedade brasileira que um ensaio como *Raízes* apresenta, objetiva-se avançar no exame do que o fundamenta enquanto exercício de interpretação *histórica* – a nosso ver, a condição de abertura à situação de mudança social em seu contexto de escrita.

Na conjugação de papéis entre o pensador social e a testemunha ocular da história que o crítico-ator ostenta, a dimensão temporal ganha contornos vívidos e o ensaio adquire, em seu modo de operação, a tarefa de articular a tradição legada pelas estruturas sociais e culturais – o estatuto do passado representado em jogo – e a modernidade aspirada na conjuntura de sua formulação – consubstanciada nas potencialidades apresentadas pelo devir histórico. Restitui-se, assim, a complexidade e ambiguidade característica do momento de transição entre a tradição herdada do passado (passadista, nos termos do movimento modernista, por exemplo) e a atualidade (a perspectiva contemporânea que orientava a produção intelectual modernista) que a modernidade supõe.

Robert Wegner, pensando a forma-ensaio enquanto chave de leitura de *Raízes*, assinalou que

[...] procurando enfatizar especialmente como Sérgio Buarque de Holanda pensou a relação entre tradição e modernização no país, sugiro um modo de ler *Raízes do Brasil* que ressalte o fato de que lidamos com um ensaio, e, como tal, suas teses só podem ser compreendidas levando em consideração a sua forma.<sup>211</sup>

Interessa atentar, portanto, para o modo de interação existente entre as temporalidades “passado” e “presente” – em perspectiva, a *tradição* e a *modernização* – que esse texto de interpretação nacional engendrou, na medida em que se constata como horizonte compreensivo “o seu papel [do ensaio] na cultura intelectual brasileira, ligando o passado, o presente e o

---

ADORNO, Theodor. *Notas de literatura I*. Tradução de Jorge M. B. Almeida. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2003, p. 25.

<sup>210</sup> Para Novais, o tratamento da identidade nacional “está no centro do empreendimento que dá unidade às reflexões de Sérgio. (...). Quando ele está tratando de problemas muito específicos, a questão está presente. É a problemática central na obra dele”. Cf. *Sérgio Buarque de Holanda*. 3º Colóquio UERJ. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992, p. 79.

<sup>211</sup> Cf. WEGNER, Robert. “Um ensaio entre o passado e o futuro”. In: ARAÚJO, Ricardo Berzaquen & SCHWARCZ, Lilia. *Raízes do Brasil – Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, edição comemorativa de 70 anos, p. 337.

futuro”<sup>212</sup>. Tomemos o ensaio, nessa medida, como instaurador de uma nova perspectiva temporal: a *temporalidade nacional*, do Brasil como conceito, ancorado na tese firmada pelos modernistas – Sérgio entre eles – da singularidade da realidade social brasileira<sup>213</sup>.

Embora não conformassem uma unidade estrutural em termos de conteúdos programáticos pré-definidos, nem tampouco assumissem contornos de movimento cultural organizado, como ressaltou Botelho<sup>214</sup>, os ensaios de interpretação do país, com *Raízes* em seu conjunto, vicejaram ao longo das décadas de 1920 e 1940 como resposta à percepção de uma crise profunda de ordem político-institucional, social e identitária que abalara a sociedade da chamada Primeira República, a qual promoveu o olhar de intérprete e observador das mudanças sociais à cena. O texto de Sérgio, inserido na produção ensaística da época, manifestava, conforme já fora apontado pela crítica especializada, uma tendência literária e intelectual voltada à análise histórico-social naquele contexto destacado de aceleração do tempo social, sendo sua produção mais rica<sup>215</sup>. É ambientado nesse espírito de época que se justifica, por exemplo, a profusão do uso de locuções adverbiais e advérbios de tempo no ensaio, em expressões como “até hoje”, “ainda”, etc., mobilizados sistematicamente no quadro interpretativo de perspectiva histórica que o autor moldara<sup>216</sup>. Ainda que imponha limitação à capacidade de previsibilidade do hermenêuta, perscrutar o contexto de impasse, a crise instalada como momento de *aporia*<sup>217</sup>, coloca a temporalidade como questão de ordem: tratava-se, com efeito, de um contexto de aceleração temporal da sociedade, de modernização, de, como disse uma vez Octavio Ianni, “colocar-se no tempo do seu tempo”<sup>218</sup>.

---

<sup>212</sup> BOTELHO, André, op. cit.

<sup>213</sup> Sobre a contribuição do modernismo enquanto movimento que funda a temporalidade própria que caracteriza a nação brasileira, o filósofo Eduardo Jardim de Moraes afirmou: “A conceituação da modernidade no Brasil no tempo do modernismo que se inicia em 1924 e que constitui a marca mais importante de todo o movimento é resultado de um esforço de compatibilização do antigo e do novo. Só desta forma, através da adoção desta solução que busca fundar a cultura nacional nova em um registro da temporalidade próprio, nacional, onde também se abriga o passado, é que se poderá pensar o ingresso da produção cultural do país no concerto das nações cultas”. Consultar: MORAES, Eduardo Jardim. “Modernismo revisitado”. *Revista Estudos Históricas*, FGV, Rio de Janeiro, 1988, v. 1, n. 2, p. 231.

<sup>214</sup> Ver: BOTELHO, André. *Passado e futuro das interpretações do país*. Tempo Social, São Paulo: Revista de Sociologia da USP, v. 22, n. 1, 2010.

<sup>215</sup> Ver: CANDIDO, Antonio. “Literatura e cultura de 1900 a 1945”. In: *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006, 9ª edição.

<sup>216</sup> Essa discussão, em boa medida, já a exploramos na perspectiva da revisão e releitura realizada para a segunda edição de *Raízes*, trabalhada no segundo capítulo da dissertação.

<sup>217</sup> Consultar a apreensão do conceito em: PALTI, Elías. “Temporalidade e refutabilidade dos conceitos políticos”. In: JÚNIOR, João Feres & JASMIN, Marcelo (orgs.). *História dos Conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ed. Loyola: IUPERJ, 2007, pp. 61-76.

<sup>218</sup> *Apud* NICOLAZZI, Fernando. “Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado”. Tese de doutorado do Programa de Pós-graduação em História da UFRGS, 2008, p. 4.

Em breve excursão sobre o ensaio enquanto forma discursiva, já foi bastante discutido pela crítica literária o fato de não existir uma definição conceitual precisa e consensual que o unifique enquanto categoria teórica, dado o caráter maleável do objeto e a multiplicidade de tradições intelectuais que a praticaram<sup>219</sup>. Adorno chegou a postulá-lo como uma alternativa ao cientismo metódico cartesiano, e o classificou como uma construção inacabada, dedicada a interpretar principalmente processos em fluxo (seria o caso, a título de exemplo, da leitura de a “nossa revolução”, sugerida por Sérgio).

Para Adorno,

O ensaio não segue as regras do jogo da ciência e da teoria organizadas, segundo as quais, como diz a formulação de Spinoza, a ordem das coisas seria o mesmo que a ordem das idéias [sic]. Como a ordem dos conceitos, uma ordem sem lacunas, não equivale ao que existe, **o ensaio não almeja uma construção fechada, dedutiva ou indutiva.**<sup>220</sup> (grifo nosso).

Acima, destacamos no excerto o que seria uma espécie de definição ao avesso do ensaio: por meio dele, não se pretende configurar uma construção acabada, “fechada”, da qual se poderia dizer definitiva, na medida em que seu procedimento de escrita não é o habitual científico (dos métodos dedutivo e indutivo) de tratamento do objeto. É nesse sentido que a noção de ensaio se aplica à compreensão, como aliás já fora amplamente assinalado pela crítica especializada<sup>221</sup>, da inexistência de um programa político no desfecho de *Raízes*, aspecto que foi marca habitual da estrutura narrativa de vários discursos intelectuais produzidos no decurso dos anos 1930<sup>222</sup>. Amparado por esse entendimento, ponto de vista que adotamos aqui, pode-se perceber o mau uso que é dado ao se projetar as lentes de análise política do período, posicionadas à interpretação de textos preocupados, em geral, com a problemática de redefinir os rumos da organização política nacional, à leitura do ensaio buarqueano. Justifica-se, assim,

---

<sup>219</sup> Nas palavras de Andréia Guerini, ancorada na perspectiva de Graham Good, “[...] percebe-se que a Teoria Literária não chegou a dar uma definição precisa e rigorosa do ensaio enquanto gênero, pois as teorizações sobre o assunto são, como já visto, praticamente inexistentes. Afinal, o gênero foi inventado por um francês, ganhou notoriedade e uma forma peculiar na Inglaterra e foi teorizado por alemães”. Ver: GUERINI, Andréia. “A teoria do ensaio: reflexões sobre uma ausência”. *Anuário de Literatura* 8, UFSC, 2000, pp. 18-19.

<sup>220</sup> Cf. ADORNO, op. cit., p. 25.

<sup>221</sup> Como já referido nos outros capítulos, citamos, por exemplo, Maria Odila Dias e Robert Wegner. Ver: DIAS, Maria Odila. “Negação das negações”. In: MONTEIRO, Pedro Meira & EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008, pp. 317-347; WEGNER, Robert. “A montanha e os caminhos: Sérgio Buarque de Holanda entre Rio de Janeiro e São Paulo”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 36, nº 73, 2016, p. 114.

<sup>222</sup> Para Lamounier, os ensaios histórico-sociológicos representativos de discursos autoritários do período de crise da Primeira República, nos anos 1920, estruturavam-se em torno de três sessões: a reflexão histórico-sociológica da formação do país, o diagnóstico crítico do presente e, como produto final, uma proposta alternativa de modelo político-institucional ao país. Ver: LAMOUNIER, Bolívar. “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação”. In: FAUSTO, Boris. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1985, 3ª ed., *O Brasil Republicano*, tomo III, v. II, cap. 10.

a necessidade de enfatizar, a nosso ver, a compreensão do livro em sua forma discursiva ensaística, pois a forma condiciona a estrutura narrativa e, mesmo, as pretensões de quem a mobiliza.

À luz da perspectiva ensaística, mais próxima em termos de afinidade à crítica da cultura do que a teoria política, construiu-se o texto como interpretação que acompanhou (“assistiu”, nos termos do próprio autor) processos em curso de transformação radical da sociedade, das quais se buscou extrair impressões que projetavam os desdobramentos do acontecimento em análise, mais do que indicar caminhos adequados. Ancorado nessa leitura, que supõe a interpelação de um texto em aberto, compreende-se a falta de conclusão programática apontada pela crítica justamente, portanto, como um elemento constitutivo da forma ensaística adotada no texto, na medida em que o ensaio histórico – gênero discursivo talhado por Sérgio –, compõe antes um retrato do que dispõe um manual de ação prática.

Sobre essa condição do ensaio, a capacidade de reflexão quase “impressionista” sobre o que está sendo vivido como acontecimento, afirmou Adorno que “O ensaio, porém, não quer procurar o eterno no transitório, nem destilá-lo a partir deste, mas sim eternizar o transitório. A sua fraqueza testemunha a própria não-identidade, que ele deve expressar”<sup>223</sup>.

Para Maria Odila Dias, uma das mais abalizadas críticas da obra buarqueana, *Raízes* apresentava “um momento de impasse no processo dialético de tese e de antítese, sobre o qual construiu seu estilo narrativo de historiador”, isto é, nas palavras da autora, ao livro seria atribuído “um exercício de negação das negações, pois, em vez de chegar à síntese, os antagonismos redundam em impasse”<sup>224</sup>. Essa condição deu impulso à produção de um retrato do país, que *Raízes* desenvolveu dando seguimento a certa tradição intelectual<sup>225</sup> como expressão do “segundo tempo do modernismo”<sup>226</sup>, fase iniciada em 1924 que demarcou a reorientação do movimento em direção à apreensão da problemática da nacionalidade e da configuração de um caminho próprio, *nacional*, à modernidade do país em sua inserção no concerto internacional.

Segundo Moraes, nessa fase do movimento, configurou-se

A busca do que é próprio da nação brasileira, daquilo que a singulariza e a distingue no concerto internacional é o traço mais característico do segundo tempo do

---

<sup>223</sup> Cf. ADORNO, “O ensaio como forma”, p. 27.

<sup>224</sup> Cf. DIAS, Maria Odila. Op. Cit., p. 321.

<sup>225</sup> Citam-se aqui, como representantes desta tradição, os ensaios “Retrato do Brasil”, de Paulo Prado (1928), e “Casa-Grande & Senzala”, de Gilberto Freyre (1933).

<sup>226</sup> Expressão tomada de empréstimo do filósofo Eduardo Jardim de Moraes. Ver: MORAES, Eduardo. “O modernismo revisitado”, p. 236.

modernismo. Os "retratos-do-brasil" vão procurar, em sua dimensão positiva, ressaltar estes aspectos específicos, singulares - a própria brasilidade.

[...] Os "retratos-do-brasil" apresentam-se assim, durante toda a década, desempenhando um duplo papel. Por um lado, exercendo a função de crítica da cultura, pretendem denunciar a inadequação dos saberes vigentes na medida em que se enraízam no processo de importação de representações. Por outro lado, mesmo pagando o preço de pessimisticamente constatar, por um momento, a nossa inconsistência de caráter, visam identificar positivamente a identidade substancial da nação.<sup>227</sup>

Tributário do clima modernista de exame das questões nacionais referentes à singularidade da realidade social e da identidade do ser nacional que constituíam a experiência interpretativa da expressão cultural brasileira, o ensaio<sup>228</sup> vinculava-se à inflexão da “redescoberta” do Brasil<sup>229</sup> e de sua posição de singularidade frente ao universalismo ocidental, características da fase pós-1924<sup>230</sup>, ao momento pessoal de ajuste de contas com a vanguarda intelectual (*intelectualista*, segundo a crítica ácida buarqueana) desse movimento, protagonizado a partir de um artigo lançado com finalidades de balanço histórico do fenômeno, em 1926<sup>231</sup>.

Uma das chaves de sua crítica ao movimento, endereçada aos até então seus companheiros e interlocutores de produção literária, foi o interesse pela história, entendida, em sua visão, como realidade dinâmica dos processos sociais do vivido, em constante fluxo de devir. Para Sérgio, a história era produzida a partir da realização do espontâneo que caracteriza o tecido social, o que justificava a recusa do autor em percebê-la como palco de elaborações intelectuais formais e voluntárias, ainda que exuberantes, pois incorreriam em artificialismo.

---

<sup>227</sup> Cf. MORAES, Eduardo Jardim, *ibidem*.

<sup>228</sup> Para Eduardo Guimarães, “*Raízes do Brasil* é um ensaio na linha das reflexões modernistas sobre a sociedade”. Ver: GUIMARÃES, Eduardo Henrique de Lima. “A modernidade brasileira reconta as tradições paulistas”. In: MONTEIRO, Pedro Meira & EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008, p. 45. Berenice Cavalcante, na mesma tônica, ao analisar as relações entre a experiência modernista e a perspectiva de produção do conhecimento histórico em Sérgio Buarque, trabalhou com a hipótese interpretativa de que o modernismo da segunda fase – na mesma linha proposta por Eduardo Jardim de Moraes – em torno de suas discussões acerca da questão nacional e da reflexão da sociedade brasileira marcaram a publicação de *Raízes*. Ver: “História e modernismo. Herança cultural e civilização nos trópicos”. In: MONTEIRO, Pedro & EUGÊNIO, João Kennedy. *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*, 2008, pp. 138-39.

<sup>229</sup> Paulo Prado, outro crítico e ensaísta do Brasil, afirma o impacto dessa “redescoberta” do Brasil por que passa a experiência modernista ao citar o seguinte exemplo: “Oswald de Andrade, numa viagem a Paris [o então centro cultural das Belas Artes e do academicismo], do alto de um atelier da Place Clichy – umbigo do mundo – descobriu, deslumbrado, a sua própria terra. A volta à pátria confirmou, no encantamento das descobertas manuelinas, a revelação surpreendente de que o Brasil existia”. Este exemplo é luminar para a compreensão do destino de Sérgio Buarque ao viajar como correspondente internacional do “Diários Associados” na Alemanha, de 1929 a 1931. *Apud* MORAES, Eduardo. *Op. Cit.*, p. 229.

<sup>230</sup> *Ibid.*, *op. cit.*

<sup>231</sup> Trata-se do artigo intitulado “O lado oposto e outros lados”, publicado na Revista do Brasil, em 15 de outubro de 1926. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O espírito e a letra. Estudos de crítica literária I, 1920-1947*. Organização, introdução e notas Antonio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 224-228.

Esse foi um dos pontos cardeais de seu afastamento do movimento e um dos pilares que estruturou a argumentação central de *Raízes* – a recusa do bacharelismo e intelectualismo formal “construtivista” avesso à dinâmica da realidade social do país<sup>232</sup>.

Como exemplo dessa divergência, Sérgio afirmou, no acerto de contas com o que se tornava dali em diante o seu passado, que a problemática da arte de expressão nacional e a possibilidade de elaboração da identidade nacional brasileira eram construções delineadas pelo tempo histórico, em seu ritmo e compasso, a que o ensaio procurava encontrar, e não deveriam ser perspectivadas como fabricações planejadas *a priori* por uma vanguarda intelectual:

Penso naturalmente que poderemos ter em pouco tempo, que teremos com certeza, uma arte de expressão nacional. Ela não surgirá, é mais que evidente, de nossa vontade, nascerá muito mais provavelmente de nossa indiferença. Isso não quer dizer que nossa indiferença, sobretudo nossa indiferença absoluta, vá florescer por força nessa expressão nacional que corresponde à aspiração de todos. Somente me revolto contra muitos que acreditam possuir ela desde já no cérebro tal e qual deve ser, dizem conhecer de cor todas as suas regiões, as suas riquezas incalculáveis e até mesmo os seus limites e nos querem oferecer essa sobra em vez da realidade que poderíamos esperar deles.<sup>233</sup>

No mesmo propósito, a crítica ao construtivismo intelectualista ressurgiu com força no livro, com a diferença de ser, nesse caso, lastreada por uma leitura de representação da história nacional, não apenas significativa de um balanço da experiência modernista. Veja-se:

O prestígio da palavra escrita, da frase lapidar, do pensamento inflexível, o horror ao vago, ao hesitante, ao fluido [...] têm determinado assiduamente nossa formação espiritual. [...] Não existiria, à base dessa confiança no poder milagroso das ideias, um secreto horror à nossa realidade? [...] Tudo assim conspirava para a fabricação de uma realidade artificiosa e livresca, onde nossa vida verdadeira morria asfixiada”.<sup>234</sup>

Se a crítica ao construtivismo tipicamente “futurista” endereçada ao modernismo, obstinado a acelerar o tempo social brasileiro e colocá-lo em consonância com o tempo “avançado” da civilização ocidental moderna, girava em torno do argumento da falta de leitura da história nacional, ou, na pior das hipóteses, devido à falta de interesse histórico, nos termos de Sérgio, e o retorno às glórias do passadismo não se tratava de uma saída plausível e atual ao então jovem crítico, por incorrer na trama da velha tradição do bacharelismo e academicismo

---

<sup>232</sup> Odila Dias afirmou sobre este ponto: “Em 1926, estranhava, em artigo para *Terra Roxa e Outras Terras*, como a maioria dos modernistas ‘não demonstra níquel de interesse pelo passado ou pela história a não ser pela face do pitoresco, que propõe o seu ponto de vista’”. HOLANDA, Sérgio Buarque. “Pathé-Baby”. *Terra Roxa e Outras Terras*, 6 julho 1926. In: DIAS, Maria Odila. “Negação das negações”, p. 318. Sobre este tema, ver também: MALERBA, Jurandir. “Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda”. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 14, n. 25, jul.-dez. 2013, p. 13.

<sup>233</sup> Extraído de: HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O lado oposto e outros lados”, 1926, in: *O espírito e a letra. Estudos de crítica literária I, 1920-1947*, pp. 225-6.

<sup>234</sup> Cf. HOLANDA, *Raízes do Brasil*, 27ª edição, pp. 189-195.

nacionais, impõe-se a seguinte questão: como ser moderno negando as vias oferecidas por esses caminhos polares? Em torno dessa problemática, *Raízes* afigura-se, desde sua estrutura narrativa e estilística, poderíamos acrescentar, como resposta sem incorrer na opção por um dos lados opostos.

Segundo Antonio Candido, em análise clássica do texto,

*Raízes do Brasil* é construído sobre uma admirável metodologia dos contrários, que alarga e aprofunda a velha dicotomia da reflexão latino-americana. Em vários níveis e tipos do real, nós vemos o pensamento do autor se constituir pela exploração de conceitos polares. O esclarecimento não decorre da opção prática ou teórica por um deles, como em Sarmiento ou Euclides da Cunha; mas pelo jogo dialético entre ambos.<sup>235</sup>

À interpretação de Candido, poderíamos acrescentar a ideia de que o esclarecimento que o método dialético do texto proporciona deve-se igualmente a outra matriz do pensamento do autor: o interesse e o raciocínio de fundo histórico, aberto radicalmente à dinâmica de transformações do fluxo que compreende a sociedade. A não opção prática pela modernização a todo custo – o construtivismo lapidar – ou pelo passadismo – a continuidade do reino de importações clássicas da cultura estrangeira – sustenta-se na tese de que as posições antagônicas compartilham o mesmo universo de ideias, no qual destoam apenas em grau. Optar-se por um dos lados opostos é, segundo esse raciocínio, advogar a defesa de manutenção da mesma órbita, ou seja, reproduzir a lógica binária de não superação<sup>236</sup>. Este ponto de vista encontra-se representado em duas passagens listadas abaixo que demarcam a posição abertamente histórica – poderia-se afirmar historicista – do autor no texto. Veja-se:

Tradicionalistas e iconoclastas movem-se, em realidade, na mesma órbita de ideias. Estes, não menos do que aqueles, mostram-se **fiéis preservadores do legado colonial**, e as diferenças que os separam entre si são unicamente de forma e superfície.<sup>237</sup> (grifo nosso).

No que tange ao comportamento das elites políticas, a mesma estrutura argumentativa se faz presente:

Colocado no polo oposto à despersonalização democrática, o “caudilhismo” muitas vezes se encontra no mesmo círculo de ideias a que pertencem os princípios do

---

<sup>235</sup> Cf. CANDIDO, Antonio. “O significado de *Raízes do Brasil*”, pp. 13-4.

<sup>236</sup> Interessante perceber como os intérpretes consolidaram a imagem de crítica iconoclasta na categorização do pensamento buarqueano, na contramão da perspectiva defendida pelo próprio autor, que procurou se desvencilhar de posições extremas como o tradicionalismo e a iconoclastia. Como exemplares da defesa dessa imagem, consultar: MALERBA, Jurandir. “Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda”, p. 11.

<sup>237</sup> HOLANDA, *Raízes do Brasil*, 27ª edição, pp. 101-02. Esta passagem foi reeditada em artigo ao jornal O Estado de São Paulo, datado de 21 de março de 1946. Ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Tradicionalistas e iconoclastas”. In: *Para uma nova história*. Organização de Marcos Costa. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, pp. 89-93.

liberalismo. Pode ser a forma negativa, da tese liberal, e seu surto é compreensível se nos lembramos de que a história jamais nos deu o exemplo de um movimento social que não contivesse os germes de sua negação – negação essa que se faz, necessariamente, dentro do mesmo âmbito. Assim, Rousseau, o pai do contrato social, pertence à família de Hobbes, o pioneiro do Estado Leviatã; um e outro vêm da mesma ninhada.<sup>238</sup>

Essa lógica é responsável por manter a muitas vezes apontada atualidade do texto<sup>239</sup>, ainda que se incorra, sob essa qualificação, em indisfarçável anacronismo. A questão de fundo que dá sentido e pertinência à sentença é, com efeito, a percepção clara da elaboração de um modelo interpretativo atento à configuração do “vir-a-ser” da sociedade, decorrente da leitura acurada dos efeitos que os desdobramentos de processos históricos em curso no presente representam em relação ao passado. Esses, ainda que transfigurados pelo passar dos anos, têm provocado marcas no tecido social que concernem (*ainda*, bem ao gosto da narrativa buarqueana, carregada de advérbios temporais) ao Brasil contemporâneo. Nesse sentido, a opção historista do texto – característica de um ensaio histórico, como fora explorado anteriormente - , evitou que o livro recebesse o carimbo de datado, antiquário ou que a retomada de sua interpretação respondesse somente à demanda de entendimento do contexto político-social de sua produção, a partir do enquadramento do texto como representante de um ponto de vista marcadamente ideológico, como foi o caso, por exemplo, do que ocorreu com a obra de Oliveira Vianna.<sup>240</sup>

A obra de Sérgio construiu, segundo essa chave analítica, um modelo perspectivado na análise de processos histórico-sociais constituintes da temporalidade presente, os quais, em seu universo de ação, pelos efeitos potenciais de seu acontecimento, modificam a ordem da

---

<sup>238</sup> Idem, *ibid.*, p. 214.

<sup>239</sup> Sobre a atualidade do texto para a compreensão do Brasil contemporâneo, Fernando Novais afirmou: “Assim, podemos compreender, finalmente, a extraordinária fortuna crítica dessa obra clássica: sua atualidade decorre exatamente do fato de que esses processos estão em curso, e esses dilemas ainda persistem. Parece que o Homem Cordial ainda respira, apesar de Sérgio Buarque ter encerrado a polêmica com Cassiano Ricardo dizendo, melancolicamente, que receava já ter ‘gasto muita cera com esse pobre defunto’”. NOVAIS, Fernando. “De volta ao homem cordial”. In: *Folha de São Paulo*, segunda-feira, 1 de maio de 1995. Encontra-se disponível online em: [https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/01/caderno\\_especial/1.html](https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/01/caderno_especial/1.html). Consultado em 17/01/2019.

<sup>240</sup> Este parece ter sido o caso de Vianna, que foi durante muito tempo estudado como arquiteto teórico do governo Vargas, imbricando-se sua produção intelectual às funções que desempenhou em cargos burocráticos do governo. Nessa visada, restringiu-se toda à produção do autor na perspectiva de crítico da cultura e intérprete da sociedade de antes e depois do período varguista em detrimento de suas posições políticas autoritárias, em um enquadramento claramente político de sua obra. Interessante observar que a crítica do autor por Sérgio Buarque cooperou nesse sentido, ao mirar seu alvo na “vasta construção jurídica e política, expressa nas leis trabalhistas, da era Vargas, a que ela [a obra de Vianna] pretende fornecer o necessário suporte científico”. Consultar: HOLANDA, Sérgio Buarque. “Apresentação”. In: *Tentativas de Mitologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979, p. 9. Recentemente, houve a retomada – quase um “resgate” - pela historiografia do pensamento social em estudá-lo e, minimamente, “escutar” sua interpretação sem tachá-la *a priori* pela régua dos posicionamentos políticos biográficos do autor. Ver: BASTOS, Élida Rugai & MORAES, João Quartim de (orgs.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. São Paulo: Unicamp, 1993; BRESCIANI, Maria Stella. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.



sociedade e deslocam as raízes rurais, coloniais e patriarcais no bojo do fenômeno de modernização brasileira. O desenraizamento suscitado não implica, como já foi sugerido na crítica, a vitória de uma temporalidade linear, progressiva, de superação unilateral da herança ibérica passada pela “emergência da modernidade substantiva”<sup>241</sup>. Conhecedor da história nacional e dos impasses que a herança colonial reservou ao processo de modernização, cujo complexo cultural, social e político de mudanças demanda, em suas palavras, uma “verdadeira” revolução, o texto não procurou responder de forma definitiva às questões que levanta. As problemáticas e as sugestões que oferece, por seu turno, constituem sua prática de historiador hermenêuta da temporalidade nacional e da realidade social imbricada que está na coexistência de instituições remanescentes do passado (de “sobrevivências arcaicas”) na modernidade em construção do presente<sup>242</sup>.

Não se tratava, portanto, de ao fim e ao cabo, resolver os dilemas abertos pelas transformações estruturais da sociedade no século XX, mas indicar os desafios e as limitações que condicionavam a natureza e o ritmo desse processo introdutor de mudanças. Como exemplo dessa postura pontuada por sugestões interpretativas em vez de orientações políticas práticas, característica de seu pensamento sociocultural, revela-se a seguinte passagem acerca do alcance da revolução brasileira:

Essa vitória [de democratização do país] nunca se consumará enquanto não se liquidem, por sua vez, os fundamentos personalistas e, por menos que o pareçam, aristocráticos, onde ainda assenta nossa vida social. Se o processo revolucionário a que vamos assistindo, e cujas etapas mais importantes foram sugeridas nestas páginas, tem um significado claro, será este o da dissolução lenta, posto que irrevogável, das sobrevivências arcaicas, que o nosso estatuto de país independente até hoje não conseguiu extirpar. Em palavras mais precisas, somente através de um processo semelhante teremos finalmente revogada a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as consequências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar.<sup>243</sup>

Nesse excerto, pode-se destacar dois pontos em especial: a condição de intérprete da sociedade, sintetizada no termo “sugeridas” como tentativa de compreensão do processo

---

<sup>241</sup> Este é o ponto de vista defendido por Alfredo Cesar Melo, assim enunciado: “Crítico acerbo da herança ibérica – que havia legado ao Brasil o patrimonialismo e uma cultura política bastante autoritária – Sérgio Buarque vislumbrava no futuro uma progressiva dissolução desta herança, acompanhada por um contínuo processo de depuração da modernidade brasileira. [...]. Há pouca coexistência de tempos: a herança ibérica vai desaparecendo enquanto a modernidade tende a se afirmar”. MELO, Alfredo Cesar. “Os mundos misturados de Gilberto Freyre”. In: *Luso-Brazilian Review*, vol. 43, n. 2, 2006, p. 42.

<sup>242</sup> Sobre a discussão em *Raízes* da resistência no presente de instituições sociais e políticas do passado, cuja lógica assentava-se no funcionamento de estruturas da época colonial, consultar a análise de Raymundo Faoro, amparada no conceito filosófico de “instituição” de Merleau-Ponty. Ver: FAORO, Raymundo. “Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras”. In: *A República inacabada*. Organização e prefácio de Fábio Konder Comparato. São Paulo: Globo, 2007, pp. 267-280.

<sup>243</sup> HOLANDA, *Raízes do Brasil*, 27ª edição, pp. 214-15.

revolucionário, e, ao mesmo tempo, a perspectiva de ser testemunha ocular, condição que pode ser apreendida pela expressão “vamos assistindo”, relativa à observação presente do fenômeno social. Configurou-se, assim, a hermenêutica historicista do texto no ato de elaboração do retrato histórico nacional.

Tal postura se deixa revelar na estrutura narrativa, no que concerne à composição da arquitetura da obra, como já sugerem, de partida, os próprios títulos do livro e de seus capítulos, a começar por “*Raízes do Brasil*”. Sobre a expressão, existe certa ambiguidade no seu emprego ao longo do texto, transitando entre o que representaria os fundamentos históricos do mundo social (o exame das origens) e, em outro contexto, o movimento de transformação da sociedade, ressignificado pelo processo de desenraizamento que a modernização suscita nas estruturas da sociedade<sup>244</sup>. Os títulos dos capítulos exploraram, sob esse fio condutor da temporalidade, metáforas temporais e espaciais, como se pode perceber em *Fronteiras da Europa*, primeiro capítulo (de metáfora espacial/topológica – fronteiras); *Herança rural*, terceiro capítulo (de metáfora temporal - heranças); *Novos tempos*, sexto capítulo (reflexão temporal) e *Nossa revolução*, sétimo capítulo (reflexão temporal). A diretriz histórica, sob o eixo temporal e espacial, orienta a arquitetura do texto.

Segundo Dias,

Estudar as relações entre o estilo e a interpretação histórica em seus livros é um verdadeiro desafio intelectual, pois afloram os problemas mais vitais e mais contemporâneos na discussão da natureza do conhecimento histórico e dos métodos de representação do passado, entre os quais avulta o estudo do papel que desempenha a construção da narrativa nos processos de interpretação histórica.<sup>245</sup>

Esta interação entre construção narrativa e interpretação histórica dos processos da vida social é obtida no trânsito entre a análise de fatos particulares e a proposta de generalização que os conceitos pressupõem, partindo-se do exame da experiência concreta à construção do instrumental conceitual. Aliado ao poder sugestivo de conceitos típico-ideais, à moda weberiana, como já bastante explorado na historiografia<sup>246</sup>, as imagens que as expressões

---

<sup>244</sup> O primeiro sentido foi destacado por Candido em seu prefácio a *Raízes*. Ele afirmou: “(...) Sérgio Buarque de Holanda analisa os fundamentos do nosso destino histórico, as ‘raízes’, aludidas pela metáfora do título”. Ver: CANDIDO, “O significado de *Raízes do Brasil*”, p. 14. Sob outra perspectiva, Sérgio Costa sustentou a ideia de que, pelo uso metafórico de “raízes”, Sérgio Buarque apreendia a relação das temporalidades passado e futuro. Ver: COSTA, Sérgio. “O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda”. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 29, n. 3, set./dez. 2014, pp. 823-24, nota de rodapé 3.

<sup>245</sup> DIAS, Maria Odila (org.). *Sérgio Buarque de Holanda*. Coleção grandes cientistas sociais, série História, 1985, pp. 9-10.

<sup>246</sup> Consultar: MONTEIRO, Pedro Meira. “A queda do aventureiro. Aventura, cordialidade e os novos tempos em *Raízes do Brasil*”. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas, 1996, 269 f.

utilizadas evocam, em sucessivas metáforas visuais, que esclarecem sua condição de observador, entremeadas por uma série de apostos explicativos, possibilitam construir um vasto painel da sociedade e do mundo histórico brasileiro. Sua narrativa ganha contornos de descrição-compreensão da realidade sem pretender dispor de uma elaboração teórica descolada do vivido, mas como interpretação rente aos processos contemporâneos que, em seus desdobramentos, realizam a história<sup>247</sup>. Nessa medida, o dinamismo da narrativa de “*flashes*” entre passado, presente e futuro parecem reconstituir a dinâmica histórica que movimenta o real no texto.

Para além da profusão do uso de metáforas que demarcam seu estilo literário, a imbricação entre forma e conteúdo, indissociáveis, efetiva-se em torno de jogos semânticos que iluminam, numa perspectiva relacional, a compreensão da realidade a partir da proposição de conceitos polares, antitéticos, que jogam luz e sombra à análise da sociedade. Como sugerem os títulos de três outros capítulos da obra, *Trabalho & aventura* – segundo capítulo –, *O semeador e o ladrilhador* – quarto capítulo – e *O homem cordial* – quinto capítulo –, o forte apelo imagético e contrastante que os conceitos dispõem avançaram na generalização compreensiva da experiência social brasileira para sintetizá-la pelo recurso dos tipos ideais – ficções que abstraem a realidade para melhor explicá-la.

A construção de um deles – *homem cordial* – e a questão da cordialidade a que induz é representativa dessa plataforma de interpretação que busca, na perspectiva historista, captar a individualidade histórica singular da nacionalidade. Para além da polêmica<sup>248</sup> que gerou sobre o uso dessa expressão desde a recepção de Cassiano Ricardo, nos termos de bondade ou ação embasada em emocionalismos, irracional, o constructo conceitual revela o modo de pensar do autor. Por cordialidade, tem-se um padrão histórico de orientação de condutas que reproduz uma lógica colonial e familista (iberista e rural, poderíamos acrescentar) do predomínio das relações primárias mesmo em espaços públicos.

Segundo Sérgio,

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”. A haneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes

---

<sup>247</sup> Odila Dias sintetiza esse potencial descritivo do ensaio de Sérgio com as seguintes palavras: “Sérgio Buarque também preferia descrever os processos do devir, mais do que afirmar conceitos abstratos”. Cf. DIAS, Maria O. “Negação das negações”. In: MONTEIRO, Pedro et al. *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*, p. 329.

<sup>248</sup> Sobre os termos da polêmica, consultar a nota de rodapé n. 6 do quinto capítulo de *Raízes*. HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O homem cordial”. In: *Raízes do Brasil*, 27ª edição, pp. 240-41.

possam significar ‘boas maneiras’, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante”.<sup>249</sup>

O esforço intelectual de Sérgio adquire, assim, o propósito de identificar o modo de ser que conforma a experiência cultural brasileira no concerto das civilizações. Quando o autor aponta a contribuição brasileira para a civilização, o que está em jogo é a hermenêutica e, em associação, o reforço da singularidade da cultura brasileira, uma marca da leitura modernista e historista do país. Essa poderia ser apontada como mais um dos influxos “germânicos” do livro, aspecto inalterado mesmo após a sua revisão. Sobre isso, José Guilherme Merquior, outro autor e ensaísta brasileiro que se dedicou à perspectiva da crítica cultural, sintetizou as ligações entre o historicismo e o conceito de cultura particularmente alemão: “(b) já ‘cultura’, uma acepção sobretudo alemã, refere-se a um padrão de vida *particular*; em última análise não importável, centrado em *produtos* históricos específicos ‘significativos’, mais do que em potencialidades gerais”<sup>250</sup>.

Como já fora apontado amplamente pela crítica, em suas diversas facetas de atuação intelectual, de crítico literário e cronista de jornal a historiador, sua erudição e domínio de vastas áreas das ciências humanas e sociais orientou sua produção como autor. A nosso ver, as interpenetrações entre as análises de cultura e a interpretação substancial da sociedade desdobram-se em uma leitura política que percebe essas instâncias da vida social como dimensões articuladas, sem a justaposição de disposições hierárquicas das infra e superestruturas.

Afastada dessa perspectiva, é de relativamente fácil apreensão a constatação de que os trabalhos sobre a trajetória intelectual do autor enfatizaram cortes em sua formação cultural modernista e historista que implica, como síntese, a escrita de *Raízes* ou sua produção mais propriamente historiográfica, presente, por exemplo, no livro *Do Império à República*. Sobre essas produções, foram destacadas a perspectiva da crítica literária<sup>251</sup> como chave analítica de sua produção durante os anos iniciais de 1920-1926, de experiência modernista, e sua investida historiográfica após *Raízes*, particularmente desde o livro *Monções* (1945), compreendido como a obra de estreia dessa fase.

---

<sup>249</sup> Cf. HOLANDA, *Raízes do Brasil*, 27ª edição, p. 176.

<sup>250</sup> Cf. MERQUIOR, José Guilherme. “Comentários sobre a teoria da cultura. Do historicismo à antropologia”. In: *O véu e a máscara: ensaios sobre cultura e ideologia*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz, 1997, p. 49.

<sup>251</sup> Como exemplo, consultar: PACHECO, Guilherme Pinheiro. *A crítica literária de Sérgio Buarque de Holanda entre os anos 1920-1926*. Dissertação apresentada no programa de pós-graduação em Culturas e Identidades Brasileiras da Universidade de São Paulo, 2016, 207 f.

O horizonte de preocupações e interesses intelectuais do autor faz nuançar a classificação de sua obra completa em momentos seja por meio da díade juventude/maturidade, seja pela de crítico literário/historiador. Como podemos perceber, sua análise da cultura e a constituição de painéis da sociedade brasileira não dizem respeito somente à escrita de *Raízes*, mas margeiam obras como seus estudos sobre o período imperial brasileiro. Mais do que anunciá-lo em temas comuns, sua perspectiva compreensiva entre a particularidade e a construção do geral concebeu uma narrativa histórica ao longo de sua produção, analisada em tom memorialístico e autobiográfico (da *escrita de si*)<sup>252</sup> nas páginas de apresentação da coletânea *Tentativas de Mitologia*, onde realizara o balanço de sua profissão de fé como crítico<sup>253</sup>.

Como anunciado em uma das epígrafes do capítulo, Raymundo Faoro, também ele um intérprete do Brasil, defendeu a existência de uma complementaridade de fundo entre as obras *Raízes do Brasil e Do Império à República*, duas pontas da trajetória intelectual do autor. Separadas por trinta e seis anos, tomando como referência a edição original do ensaio, o confronto, para Faoro, entre os textos pode ajudar a esclarecer os caminhos de produção de uma análise panorâmica e ainda corrente da sociedade brasileira, basicamente em torno da perspectiva cultural e política das obras, a que ele, em boa medida, pela chave do patrimonialismo, inseriu-se como tributário.

Segundo ele,

Entre o Brasil colonial (estudado em *Raízes*) e o Brasil do Segundo Reinado (objeto analisado em *Do Império à República*) o elo de continuidade partirá do patriarcalismo, e, por obra desse lastro, culminará na enfermidade da ordem política, da qual até hoje padecem nossas instituições.<sup>254</sup>

Na perspectiva de estabelecimento do diálogo entre essas obras do período pós-1945, avançaremos na sua leitura sob o enfoque da cultura política, noção que permite compreender o modo de pensar buarqueano imbricado entre a crítica da cultura e a história social. A conexão entre os olhares informados na cultura e na sociedade, conduzidos pela experiência do tempo, conferiram aos textos, principalmente *Raízes* em primeiro plano, a marca de pensamento social

---

<sup>252</sup> Para uma análise da obra sob a perspectiva da escrita de si produzida por Sérgio Buarque, consultar: CARVALHO, Raphael Guilherme de. “*Tentativas de Mitologia* (1979), escrita de si e memória de Sérgio Buarque de Holanda”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 30, nº 62, pp. 701-720, setembro-dezembro de 2017.

<sup>253</sup> Cf. HOLANDA, Sérgio B. *Tentativas de Mitologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

<sup>254</sup> Cf. FAORO, Raymundo. “Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras”. In: *A República inacabada*. Organização e prefácio de Fábio Konder Comparato. São Paulo: Globo, 2007, p. 269.

que caracterizou o lugar de seu autor na cultura nacional<sup>255</sup>. Se à luz da crítica da cultura interessou-se pelo modo de ser e pelos padrões de conduta que lastreavam as identidades e os arranjos cordiais que configuraram (e, em boa medida, ainda configuram, atualizando sua leitura...) a ordem política patriarcal do país, pela ótica da história social, para falar nos termos de Hobsbawm<sup>256</sup>, ele descreveu as mudanças de caráter revolucionário por que passava a sociedade.

Sob esse respaldo teórico, a problemática da cultura política – como projeção do conceito “mentalidade”, esse sim trabalhado no livro – possibilita vislumbrar o substrato cultural de reorientação dos padrões de conduta a partir do desenraizamento do meio social patriarcal e, em agregação, o incipiente processo de modernização e urbanização como construtores de uma ordem social e pública moderna e impessoal, potencialmente democrática. Em torno do que o conceito permite introduzir à análise, encontra-se a perspectiva de desagregação no presente de heranças cordiais, patriarcais e personalistas características dos tempos – já tão distantes, do ponto de vista cronológico – coloniais. A temporalidade, quando acionada na esfera cultural, adquire ritmo próprio cujo processamento é, como sabido, mais lento, gradual, na medida em que as modificações efetivas se tornam permanentes no tecido social. Se as estruturas econômicas e sociais já são de ordem urbana e modernas (modernizadas), os padrões culturais de relacionamento e os arranjos políticos ainda não o são, dadas as “sobrevivências arcaicas” de um tempo que não passou por completo. Esse é, com efeito, o sentido da frase abaixo, em que Sérgio anunciava o estado da arte da manifestação de uma nova visão de mundo adaptada aos tempos modernos – de feição “americana”<sup>257</sup>:

Se a forma de nossa cultura ainda permanece largamente ibérica e lusitana, deve atribuir-se tal fato sobretudo às insuficiências do ‘americanismo’, que se resume até agora, em grande parte, numa sorte de exacerbamento de manifestações estranhas, de decisões impostas de fora, exteriores à terra. O americano ainda é interiormente inexistente.<sup>258</sup>

---

<sup>255</sup> Candido assinalou sobretudo a influência da nova história social francesa, na perspectiva da *Escola dos Annales* e da sociologia da cultura alemã, com Weber e Simmel à frente, na escrita do ensaio clássico. Ver: CANDIDO, “O significado de *Raízes do Brasil*”, p. 11.

<sup>256</sup> HOBBSAWM, Eric. “Da história social à história da sociedade”. In: *Sobre história*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, pp. 106-135.

<sup>257</sup> Lembra-se passagem já citada sobre o confronto entre iberismo e americanismo. Disse Sérgio: “Se o movimento que, através de todo o Império, não cessou de subverter as bases em que assentava nossa sociedade ainda está longe, talvez, de ter atingido o desenlace final, parece indiscutível que entramos em sua fase aguda. Ainda testemunhamos presentemente, e por certo continuaremos a testemunhar durante largo tempo, as ressonâncias últimas do lento cataclismo, cujo sentido parece ser o do aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura para a inauguração de um estilo novo, que crismamos talvez ilusoriamente de americano, porque seus traços se acentuam com maior rapidez em nosso hemisfério”. Ver: HOLANDA, *Raízes do Brasil*, 27ª edição, p. 204.

<sup>258</sup> Idem, op. cit, p. 205.

Quando utiliza o conceito de mentalidade, o autor o aplica para categorizar o lastro personalista de padrões de conduta recorrentes da história nacional:

Tal mentalidade [criada pelas condições especiais de nosso desenvolvimento histórico], dentro ou fora do sistema liberal, exige que, por trás do edifício do Estado, existam pessoas de carne e osso. As constituições feitas para não serem cumpridas, as leis existentes para serem violadas, **tudo em proveito de indivíduos e oligarquias**, são fenômeno corrente em toda a história da América do Sul.<sup>259</sup> (grifo nosso).

O sistema político, oligárquico por extensão da concretude das relações personalistas que demarcam os arranjos sociais e condicionam a ordem política, permanece como continuidade da estrutura de sociedade arcaica – a chamada “velha ordem” – que já não diz mais respeito à contemporaneidade, mas enxerta-se no presente.

Não à toa, Sérgio arremata da seguinte forma sua análise sobre os momentos finais do período imperial: “Nem nesse momento [de garantia dos direitos do imperador deposto], nem ao deixar o portão do quartel-general, estava certo, Deodoro de que as oligarquias monárquicas pertenciam ao passado, e ia começar o tempo da oligarquia republicana”<sup>260</sup>.

Essa ideia serve de complemento à interpretação já presente em *Raízes* sobre a situação de crise introduzida pela escala de modernização social:

No Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização – que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades – ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje.<sup>261</sup>

Em seu pensamento, o funcionamento de uma nova estrutura social e política deve, para seu sucesso, estar articulado à estruturação de uma renovada cultura política nacional – *mentalidade* – que fundamente a lógica de arranjos de um sistema democrático e republicano, que não seja “improvisado”<sup>262</sup> nem tampouco um “lamentável mal-entendido”<sup>263</sup>. Como pressuposto, a ideia de que o comportamento dos agentes e seu modo de ser – aspectos constituintes da cultura política – repercutem na conservação do modelo político<sup>264</sup>. Essa visão

---

<sup>259</sup> Idem, op. cit, p. 217.

<sup>260</sup> Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque. “O Brasil monárquico. Do Império à República”. *História geral da civilização brasileira*. Direção de Sérgio Buarque de Holanda, tomo II, vol. 5, p. 360.

<sup>261</sup> Cf. HOLANDA, *Raízes do Brasil*, 27ª edição, p. 175.

<sup>262</sup> Faz-se menção, aqui, à expressão “democracia improvisada” proposta por Sérgio ao analisar a relação da monarquia brasileira com a representação do povo. Como crítica à expressão “democracia coroada”, a expressão buarqueano dá nome a um capítulo do livro. Ver: HOLANDA, Sérgio B. “A democracia improvisada”. In: *Do Império à República*. Série O Brasil monárquico, coleção História geral da civilização brasileira.

<sup>263</sup> Cf. HOLANDA, *Raízes do Brasil*, 27ª edição, p. 192.

<sup>264</sup> Como argumentou, entre outros autores, o crítico José Guilherme Merquior, “todo sistema político pressupõe, evidentemente, um determinado tipo de ‘cultura política’”. Ver: MERQUIOR, José Guilherme. *A natureza do processo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 119.

articulada entre as esferas cultural, social e política, sustentada na concepção de correspondência entre as diferentes instâncias da sociedade, nutre a tese de que, após a dissolução das raízes agrárias e coloniais da sociedade, do mundo antigo herdado pelo Brasil-nação, a construção de uma nova ordem política depende da vigência de um complexo cultural não mais ibérico, personalista e cordial, mas afinado a padrões urbanos e coletivos de associação que impactem na cristalização da modernidade. A democracia, temática bastante explorada nos escritos do autor, tem em suas condições de implementação o sucesso justamente dessa superação a um só tempo cultural e política.

Como bem constatou Brasílio Sallum Jr.,

Claro está que aquilo que Sérgio Buarque de Holanda denomina “democracia despersonalizada” não existia como regime efetivo; era apenas aspiração socialmente existente e, creio, forma política para a qual tendia, segundo Sérgio Buarque de Holanda, o processo de transformação histórica subjacente de urbanização e industrialização.<sup>265</sup>

Nesse âmbito, mediante a lente da crítica cultural associada à análise política, a qual destaca-se por projetar o desenvolvimento do ser “americano” no horizonte histórico do *modus vivendi* nacional, demonstra-se que a interpretação da sociedade formulada por Sérgio é profundamente irrigada pela representação das experiências dissonantes do tempo. O modelo interpretativo de ensaio histórico que Sérgio Buarque legou ao pensamento social permanece a nos interpelar, na medida em que a revolução a que procurou analisar ainda (novamente!), de certa forma, não se esgotou em face do Brasil contemporâneo. A questão que fica é, portanto, se estamos prontos para lidar com o desenraizamento desse nosso destino ou, tal qual sugerido no livro, o processo está ainda em curso? Buarqueamente, trata-se de acompanhar o movimento histórico da sociedade entre os ritmos dissonantes e as “sobrevivências arcaicas” que desenham a atual temporalidade nacional.

---

<sup>265</sup> Cf. SALLUM JR., Brasílio. “As raízes do Brasil e a democracia”. *Sinais sociais*, Rio de Janeiro, v. 7, nº 19, maio/agosto 2012, p. 54.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos propormos a releitura de um texto canônico do pensamento nacional, bastante discutido pela historiografia em sua produção de sentidos sobre a realidade social brasileira, nosso olhar foi mobilizado por uma perspectiva da História Intelectual direcionada a apreender o texto em sua historicidade interna (através da análise diacrônica de suas edições) e externa (relativa à sua interação com contextos extratextuais) que possibilitassem compreender a transformação do livro, desde sua revisão, em discurso radical. Em foco, o problema estudado correspondia à natureza do processo que modificou, radicalmente, o texto a ponto de redefinir sua interação com a época de origem do clássico, fortemente conservadora.

Sob essa apreensão, mais do que definir o sentido da mensagem política original de *Raízes*, da edição de 1936, a nosso ver era de maior relevância compreender o movimento realizado no processo textual – de tessitura do texto – que sinalizava a reorientação por que passou no intervalo de doze anos entre as edições. Sendo assim, defendemos a posição de que as alterações e rearticulações efetuadas por Sérgio Buarque visavam a redefinir a relação do texto com sua época original, em um exercício de “atualização” frente a um contexto (anos 1930) que ficou marcado pelas posições hegemônicas conservadoras e autoritárias no plano intelectual e político. Em nossa lente interpretativa, poder-se-ia afirmar que *Raízes*, após seu processo de revisão, tornou-se um texto radical (como construção *a posteriori*) reinserido em um tempo consideravelmente conservador.

Assim, nossa leitura pretendeu demonstrar a temporalização que argumentos centrais à trama do texto receberam, deixando-o com a fisionomia de um ensaio histórico relativista, radical e progressista desde a segunda edição, de 1948. O cotejamento entre as primeiras edições que realizamos foi orientado nesse sentido: identificar a perspectiva historista que impactou a radicalização do discurso de interpretação do país. Por essa classificação, nossa linha argumentativa embasou-se no modo com que foi representado o passado, no que tange ao reforço no texto – por meio de expressões temporais – como “ainda hoje”, “até”, etc. – do estatuto colonial que impacta na configuração do presente, cuja velha ordem patriarcal não se desfez, ainda, por completo. Essa leitura do passado produziu alterações de alcance político na obra, o que justificou em nossa vista o enfoque do estudo na experiência hermenêutica de “auto revisor” do autor. A partir dessa compreensão, procuramos sustentar que as heranças remanescentes do ponto de vista cultural e político do passado no desenho do presente não implicam a construção de uma temporalidade linear, à espera dos resultados do processo de

transformação social da chamada “nossa revolução”, mas fundamentam a percepção de uma temporalidade plural, múltipla, que forma a imagem do Brasil das “sobrevivências arcaicas”.

Não há teleologia nem tampouco um programa político cabal no desfecho da obra que justifique a concepção de uma transformação unidirecional e progressiva onde não coexistam os ritmos dissonantes da temporalidade nacional como ela é, para o autor: plural, assimétrica e desarticulada. Tratando-se, antes, de *temporalidades* – cujas diferentes dinâmicas abarcam dimensões particulares do real, a saber, pelos menos, o discernimento de três – a temporalidade econômico-social, a política e a cultural. Se do ponto de vista do nível econômico e social a mudança já se apresenta realizada – por via da transição de uma estrutura agrária e escravocrata para a modernizada de predomínio urbano e livre –, conforme a Abolição, selecionada como marco simbólico dessa transformação escalar, atesta, de outro modo, sob a perspectiva cultural, o padrão de relações cordiais alinhadas a uma estrutura de fundo ainda patriarcal condiciona, no plano político-institucional, a ordem política de feição oligárquica. Em suma, no plano da cultura política, não efetuamos o desalojar da lógica personalista ainda vigente, elemento que remonta à herança colonial. Esse o peso (o fardo) do passado *presentificado*.

A perspectiva histórica do livro, aberta ao devir que posiciona o ingresso da nação à modernidade, foi construída em torno de um princípio do contraponto que, de “negação a negação”, da tese à antítese, não se solucionou definitivamente numa síntese a-histórica e nem em uma opção por uma das vertentes concorrentes, mas, em postura hermenêutica, assistiu e conferiu sentido aos processos sociais em curso no seu presente, responsáveis pela fisionomia do Brasil contemporâneo. A história emerge, desse modo, como experiência de *desenraizamento*, que postulamos, com certa audácia, ser o significado intencional do autor ao intitular o livro com a metáfora “raízes”. No Brasil, vivia-se (vive-se) a experiência histórica do desenraizamento.

Se o texto, portanto, não foi acompanhado de um programa propriamente político, informado por diretrizes de ação no presente, como muitas vezes se esperou do livro dado o seu contexto de origem – cujos ensaios correntemente terminavam com uma proposta de solução político-institucional ao país –, deveu-se, possivelmente, à sua opção pela compreensão de processos em acontecimento durante sua escrita. A esse aspecto, alinha-se outro condicionante que não o encerrou em um argumento incisivo e fechado. É de se ter em vista que a radicalidade da interpretação, com um discreto ceticismo final weberiano, baseia-se também em sua mensagem *aberta*, característica de sua forma ensaística: aberta às transformações do presente, imbricado no processo atual de deslocamento das raízes do passado.

Como imagem formulada de sua leitura do Brasil, a desagregação *radical* da velha ordem colonial é de ritmo *liberal*, na medida em que o compasso cujo movimento se realiza é lento, sem provocar rupturas abruptas na ordem social ou um momento rompante de aceleração do tempo. A revolução é, definitivamente, processada, já que a formação nacional ainda está vinculada às suas sobrevivências arcaicas. A esse processo de transformação social, a configuração política da nação no presente abre-se a uma perspectiva temporal dinâmica que fatora as raízes de sua desordem (da assimetria das temporalidades como tese e do “desterro” como sentimento permanente) e projeta-se no deslocamento do *ainda* histórico e suas últimas “ressonâncias” no tecido social rumo a sua transfiguração em elementos de uma *já* velha ordem; com efeito, da colônia como tempo histórico do *passado* nacional.

Por essa razão, ao longo da dissertação analisamos o livro sob uma lente que privilegiou a sua dimensão de pensamento sociocultural estruturado na linha do ensaio histórico (o esforço central de nosso terceiro capítulo) e fundamentado na perspectiva historista de interpretação (mote do segundo capítulo), o lugar que postulamos designá-lo no cânone do pensamento nacional. Afastando-se, nessa medida, de sua apreensão pela teoria política, como em geral foi abordado o sentido da mensagem do livro, constituindo a disputa simbólica e interpretativa entre seu caráter porventura liberal ou radical-democrático nas vertentes da matriz sociológica de análise a que categorizamos; ou, ainda, conservador, na tendência de estudos recentes da historiografia que se concentrou em classificar o sentido do discurso original do texto (como exploramos no primeiro capítulo).

A partir do enfoque na historicização do discurso que sustentamos como uma das razões-chave da revisão que sofreu o livro, nossa proposta de avanço em relação ao estado da arte da historiografia foi a tentativa de se dissociar dos estudos de lente essencialmente política, o que esperamos que possa suscitar novos debates e reabrir interpretações muitas vezes consolidadas como canônicas. Talvez, retomar os estudos sobre esse clássico em novos eixos de leitura nos permita dispor, com licença poética, do sabido anacronismo: continua (ainda) atual. Que sua análise, para o avanço da sociedade democrática brasileira, não mais o seja.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor. *Notas de literatura I*. Tradução de Jorge M. B. Almeida. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2003.
- ASSIS, Gabriella Lima de. “Raízes do Paraíso: uma análise whiteana de Sérgio Buarque de Holanda”. Tese de doutorado em História, UFMT, 2017, 223 f.
- AVELINO FILHO, George. *Cordialidade e civilidade em Raízes do Brasil*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 5 (12): pp. 5-15, 1990.
- AVRITZER, Leonardo. “O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 37, n. 02, maio-agosto 2018, pp. 273-289.
- AXT, Gunter & SCHULER, Fernando (orgs.). *Intérpretes do Brasil: cultura e identidade*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.
- BASTOS, Élide Rugai & MORAES, João Quartim de (orgs.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. São Paulo: Unicamp, 1993.
- BAUMER, Franklin. *O pensamento europeu moderno: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Edições 70, s/d, vol. II.
- BENJAMIN, Walter. “Teses sobre o conceito da história”. In: Walter Benjamin – obras escolhidas, vol. 1. *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987 [1940], pp. 222-232.
- BOTELHO, André. “Passado e futuro das interpretações do país”. *Tempo Social*, São Paulo: Revista de Sociologia da USP, v. 22, n. 1, 2010.
- BOTELHO, A.; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma*. Lua Nova, n. 82, pp. 11-16, 2011.
- BOTELHO, André & SCHWARCZ, Lilia (orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BOTELHO, André & LAHUERTA, Milton. *Interpretações do Brasil, pensamento social e cultura política: tópicos de uma necessária agenda de investigação*. *Perspectivas*, v. 28, pp. 7-15, 2005.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.
- BRESCIANI, Maria Stella. *O charme da ciência e a sedução da objetividade*. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: UNESP, 2005.
- CANDIDO, Antonio. “O significado de Raízes do Brasil”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014 [1967].
- CANDIDO, Antonio. “Sérgio em Berlim e depois”. *Novos Estudos*, n. 3, pp. 4-9, 1982.
- CANDIDO, Antonio. *Radicalismos*. Estudos Avançados, São Paulo, vol. 4, nº 8, jan.- abril 1990.
- CANDIDO, Antonio. *A Sociologia no Brasil*. São Paulo: Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1, pp. 271-301, junho 2006.
- CANDIDO, Antonio. “Literatura e cultura de 1900 a 1945”. In: *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006, 9ª edição.

- CANDIDO, Antonio. “A visão política de Sérgio Buarque de Holanda”. In: MONTEIRO, Pedro M. & EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- CARVALHO, Raphael Guilherme de. “Tentativas de Mitologia (1979), escrita de si e memória de Sérgio Buarque de Holanda”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 30, nº 62, pp. 701-720, setembro-dezembro de 2017.
- CASSIMIRO, Paulo Henrique. *A Revolução Conservadora no Brasil. Nacionalismo, Autoritarismo e Fascismo no pensamento político brasileiro dos anos 30*. In: Revista Política Hoje, UFPE, vol. 27, edição especial, 2018, pp. 138-161.
- CASTRO, Conrado Pires. “A ‘eterna juventude’ de um clássico”. In: MONTEIRO, Pedro Meira & SCHWARCZ, Lilia. *Raízes do Brasil: edição crítica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- CATROGA, Fernando. “Ainda será a História Mestra da Vida?” In: *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, Edição Especial, n. 2, pp. 7-34, 2006.
- CAVALCANTE, Berenice. “História e modernismo. Herança cultural e civilização nos trópicos”. In: MONTEIRO, Pedro & EUGÊNIO, João Kennedy. *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*, 2008.
- CEPÊDA, Vera. *Dilemas do Pensamento Político: famílias intelectuais e as interpretações sobre o Brasil*. Revista de Sociologia e Política, v. 16, n; 31, pp. 231-238, 2008.
- COSTA, Marcos Antonio Silva. *Biografia histórica: a trajetória intelectual de Sérgio Buarque de Holanda entre os anos de 1930 e 1980*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, 2007.
- COSTA, Sérgio. “O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda”. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 29, n. 3, set./dez. 2014, pp. 823-839.
- COSTA, Valeriano. *Vertentes democráticas em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque*. In: Lua Nova – Revista de Cultura Política, nº 26, São Paulo, agosto 1992, pp. 219-248.
- DIAS, Maria Odila (org.). *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Editora Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, série História, 1985.
- DIAS, Maria Odila. “Negação das negações”. In: MONTEIRO, Pedro Meira & EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008.
- FAORO, Raymundo. “Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras”. In: *A República inacabada*. Organização e prefácio de Fábio Konder Comparato. São Paulo: Globo, 2007.
- FELDMAN, Luiz. “Um clássico por amadurecimento: *Raízes do Brasil*”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 28, nº 82, junho 2013.
- FELDMAN, Luiz. “Organizar a desordem: *Raízes do Brasil* em 1936”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 58, nº 4, 2015.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. “A relação entre leis e costumes no pensamento político e social brasileiro”. In: BOTELHO, André & FERREIRA, Gabriela Nunes (orgs.). *Revisão do*

- pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010, pp. 55-75.
- FURTADO, André & VENANCIO, Giselle Martins. “Passados (im)perfeitos ou a ótica buarqueana sobre o Império do Brasil na América”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, nº 73, 2016, pp. 135-157.
- GOMES, Ângela de Castro. “A dialética da tradição”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, ANPOCS, v. 5, n. 12, 1990.
- GOMES, Ângela de Castro. “A experiência colonial e as raízes do pensamento social brasileiro: Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda”. *Revista Portuguesa de História*, Universidade de Coimbra, t. XLI, 2010, pp. 291-304.
- GUERINI, Andréia. “A teoria do ensaio: reflexões sobre uma ausência”. *Anuário de Literatura* 8, UFSC, 2000.
- GUIMARÃES, Eduardo Henrique de Lima. “A modernidade brasileira reconta as tradições paulistas”. In: MONTEIRO, Pedro Meira & EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- HOBBSBAWM, Eric. “Da história social à história da sociedade”. In: *Sobre história*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, pp. 106-135.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. “A herança colonial – sua desagregação”. In: *O Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, direção de Sérgio Buarque de Holanda, coleção História geral da civilização brasileira, tomo II, vol. 1, capítulo I, pp. 9-39, 1993.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. “Apresentação”. In: *Tentativas de Mitologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de história do Império*. Organização de Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O espírito e a letra. Estudos de crítica literária I, 1920-1947*. Organização, introdução e notas Antonio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HOLANDA, Sérgio B. “Os problemas da democracia mundial”. In: COSTA, Marcos (org.). *Para uma nova história: textos de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004 [1949].
- HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 1ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 27ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014 [1969].
- IANNI, Octavio. “Tendências do pensamento brasileiro”. *Tempo Social*, São Paulo, vol. 12, nº 2, nov. 2000, pp. 55-74.
- KOSELLECK, Reinhart. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Ediciones Paidós, 2001.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LACAPRA, Dominick: “Repensar la historia intelectual y leer textos”. In: PALTÍ, Elías (org.). Giro Lingüístico e Historia intelectual, Buenos Aires, Universidad Nacional de Quilmes, 1998.

LAMOUNIER, Bolívar. “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação”. In: FAUSTO, Boris. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1985, 3ª ed., *O Brasil Republicano*, tomo III, v. II, cap. 10

LAMOUNIER, Bolívar. *Tribunos, profetas e sacerdotes: Intelectuais e ideologias no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LYNCH, Christian. “Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970)”. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, vol. 56, nº 4, 2013, pp. 727-767.

LYNCH, Christian. “Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 19, Brasília, janeiro-abril de 2016, pp. 75-119.

MALERBA, Jurandir. “Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda”. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 14, n. 25, jul.-dez. 2013.

MALERBA, Jurandir e ROJAS, Carlos Aguirre (org.). *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru: São Paulo, EDUSC, 2007. FREITAS, Marcos Cezar de (org.). “Historiografia brasileira em perspectiva”. São Paulo: Contexto, 2014.

MATA, Sérgio da. “Tentativas de desmitologia: a revolução conservadora em *Raízes do Brasil*”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2016.

MELO, Alfredo Cesar. “Os mundos misturados de Gilberto Freyre”. *Luso-Brazilian Review*, vol. 43, n. 2, 2006, pp. 27-44.

MELLO, Evaldo Cabral de. “*Raízes do Brasil* e depois”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014 [1995], pp. 225-230.

MERQUIOR, José Guilherme. *A natureza do processo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

MERQUIOR, José Guilherme. “Comentários sobre a teoria da cultura. Do historicismo à antropologia”. In: *O véu e a máscara: ensaios sobre cultura e ideologia*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz, 1997.

MONTEIRO, Pedro Meira. “A queda do aventureiro. Aventura, cordialidade e os novos tempos em *Raízes do Brasil*”. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas, 1996, 269 f.

MONTEIRO, Pedro Meira. “O brasileiro sem nenhum caráter: Sérgio Buarque de Holanda e o ‘homem cordial’”. In: RIBEIRO, Maria Thereza Rosa (org.). *Intérpretes do Brasil: leituras críticas do pensamento social brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.

MONTEIRO, Pedro Meira & EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008.

MORAES, Eduardo Jardim. “Modernismo revisitado”. *Revista Estudos Históricas*, FGV, Rio de Janeiro, 1988, v. 1, n. 2, pp. 220-238.

NICODEMO, Thiago. “Os planos de historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda”. In: *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 14, abril 2014.

NICODEMO, Thiago. *Para além de um prefácio: ditadura e democracia no diálogo entre Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, nº 73, 2016, pp. 159-180.

- NICOLAZZI, Fernando. “*Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado*”. Tese de doutorado do Programa de Pós-graduação em História da UFRGS, 2008.
- NICOLAZZI, Fernando. “*Raízes do Brasil e o ensaio histórico brasileiro: da história filosófica à síntese sociológica, 1836-1936*”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 36, nº 73, 2016.
- ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 3ª edição, 2001.
- ORLANDI, Eni. *Discurso em Análise: Sujeito, Sentido, Ideologia*. São Paulo: Pontes, 2012.
- PACHECO, Guilherme Pinheiro. *A crítica literária de Sérgio Buarque de Holanda entre os anos 1920-1926*. Dissertação apresentada no programa de pós-graduação em Culturas e Identidades Brasileiras da Universidade de São Paulo, 2016, 207 f.
- PALTI, Elías. “Temporalidade e refutabilidade dos conceitos políticos”. In: JÚNIOR, João Feres & JASMIN, Marcelo (orgs.). *História dos Conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ed. Loyola: IUPERJ, 2007, pp. 61-76.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- PIVA, Luiz Guilherme. *Ladrilheiros e semeadores: A modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007.
- RICUPERO, Bernardo. “A crítica da cópia em Oliveira Vianna”. In: ABREU, Luciano & SILVEIRA, Helder. *De Vargas aos Militares: autoritarismo e desenvolvimento econômico no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, pp. 19-44.
- ROCHA, João Cezar de Castro. “O exílio como eixo: bem-sucedidos e desterrados ou Por uma edição crítica de *Raízes do Brasil*”. In: MONTEIRO, Pedro M. & EUGÊNIO, João Kennedy. *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; RJ: EdUERJ, 2008.
- SANCHES, Rodrigo Ruiz. *Sérgio Buarque de Holanda: a trajetória de um intelectual independente*. Tese de doutorado apresentada no programa de pós-graduação em ciências sociais da UNESP em 2007.
- SALLUM JR., Brasília. “As raízes do Brasil e a democracia”. *Sinais sociais*, v. 17, n. 19, 2012.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- SCHLEGEL, Rogério. “*Raízes do Brasil, 1936: O estatismo orgânico como contribuição original*”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 32, nº 93, fevereiro/ 2017.
- SCHWARCZ, Lilia & MONTEIRO, Pedro Meira (orgs.). *Raízes do Brasil: edição crítica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- SCHWARZ, Roberto. “As ideias fora do lugar”. In: *As ideias fora do lugar: ensaios selecionados*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, pp. 47- 64.
- SKINNER, Quentin. *Visões da política: sobre os métodos históricos*. DIFEL: Difusão Editorial, 2005, v. 1.



- SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015.
- TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa da organização nacional*. Brasília: Universidade Nacional de Brasília, 1982 [1914].
- VAINFAS, Ronaldo. “O imbróglio de Raízes: notas sobre a fortuna crítica da obra de Sérgio Buarque de Holanda”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, nº 73, 2016, pp. 19-40.
- VIANNA, Luiz Werneck. “Weber e a interpretação do Brasil”. *Novos Estudos*, nº 53, março 1999, pp. 33-47.
- VECCHI, Roberto. “Contrapontos à brasileira: *Raízes do Brasil* e o jogo das metáforas”. In: MONTEIRO, Pedro Meira & EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008.
- WAIZBORT, Leopoldo. *O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Hollanda, Raízes do Brasil, 1936*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online], 2011, vol.26, n.76, pp. 39-62.
- WAIZBORT, Leopoldo. “Raízes do Brasil: Inércia e transformação lenta”. In: MONTEIRO, Pedro Meira & SCHWARCZ, Lilia. *Raízes do Brasil: edição crítica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, pp. 465-470.
- WEFFORT, Francisco. *Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens*. São Paulo: Ática, 2006.
- WEGNER, Robert. “Um ensaio entre o passado e o futuro”. In: HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil – edição comemorativa de 70 anos*. Organização de Ricardo Benzaquen de Araújo e Lilia Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- WEGNER, Robert. “Doze anos que abalaram as Raízes do Brasil”. In: MONTEIRO, Pedro Meira & SCHWARCZ, Lilia (orgs.). *Raízes do Brasil: edição crítica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, pp. 476-77.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564  
E-mail: [prograd@pucrs.br](mailto:prograd@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)